

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Revisitando Eugênio Gudín na década de 50: uma investigação sobre seu aperfeiçoamento acadêmico a partir de materiais de arquivo, da Revista Brasileira de Economia e dos *Princípios de Economia Monetária*.

Ivan Gambus Faria

Curitiba

Março/2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Revisitando Eugênio Gudín na década de 50: uma investigação sobre seu aperfeiçoamento acadêmico a partir de materiais de arquivo, da Revista Brasileira de Economia e dos *Princípios de Economia Monetária*.

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de mestre através do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio Ribas Cavalieri

Co-orientador: Prof. Dr. Marcelo Luiz Curado.

Curitiba

Março/2017




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Setor CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
Programa de Pós-Graduação DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **IVAN GAMBUS FARIA** intitulada: **Revistando Eugênio Gudin na Década de 1950**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO.

Curitiba, 02 de Março de 2017.


MARCO ANTONIO RIBAS CAVALIERI
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)


EDUARDO ANGELI
Avaliador Interno (UFPR)


MARCELO LUIZ CURADO
Co-orientador - Avaliador Interno (UFPR)


ANDRÉ RONCAGLIA DE CARVALHO
Avaliador Externo (UNIFESP)

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos não são apresentados em ordem de importância, mas sim na ordem de conveniência. De modo geral aproveito este espaço para expressar minha gratidão àqueles que me auxiliaram e porventura se sintam parte, de uma forma ou de outra, desta pesquisa.

Primeiro, agradeço imensamente ao meu orientador Marco Cavalieri por ter amavelmente me orientado com esse misto de gentileza e rigor que lhe é tão característico. Agradeço a meu segundo mentor, Felipe Almeida, que, embora não tenha tido influência direta nesta pesquisa, ensinou-me muito sobre pesquisa em outras diversas ocasiões. Agradeço ao co-orientador Marcelo Curado pelos comentários sempre oferecidos com prontidão, especialmente na fase inicial da pesquisa. Também agradeço aos avaliadores Eduardo Angeli e André Roncaglia por gentilmente terem aceito gastar seu precioso tempo lendo este longo trabalho. Por fim, agradeço a meu grande amigo e colega Victor Nunes, cujos esforços em períodos anteriores de desbravar o campo e revisitar o pensamento de Eugenio Gudín foram absolutamente fundamentais para a realização desta pesquisa.

Também expresso meus agradecimentos aos envolvidos de forma indireta, cuja definição me impossibilita de listar todos. Por isso, por questões de justiça, não citarei qualquer um destes. Mesmo assim, muito obrigado e até a próxima!

Por fim, expresso meu perdão a todos aqueles que se viram privados, diversas vezes, da minha presença e atenção em prol da condução deste trabalho. Dedico esta dissertação a todos vocês.

[...] *Brazil has been and still is a Mainolesco's paradise* [...]

(Carta de Eugênio Gudín enviada a Jacob Viner em 29 de Janeiro de 1959)

*I am touched that you continue to find me worth quoting,
and evidently consider that past words of mine still have
relevance to continuing problems. I wish I were producing
fresh words which were commanding, and perhaps even
deserving, similar appreciation*

(Excerto da derradeira correspondência de Jacob Viner enviada a Eugênio Gudín em 12 de Agosto de 1969 após diagnóstico do comprometimento de seu sistema circulatório, o qual o levaria a óbito um ano depois)

RESUMO

Os principais elementos da mensagem de Gudin, isto é, seu diagnóstico e sua prescrição de política econômica para a economia brasileira, oferecem as lentes necessárias para analisar a história intelectual do autor. A hipótese nuclear dessa dissertação é de que Gudin manteve um mesmo diagnóstico de hiperemprego (hiperinvestimento), lançado em sua discussão com Roberto Simonsen, e o sujeitou a um processo de sofisticação acadêmica no período entre 1945 a 1957. Destacamos como contexto profissional e intelectual relevante para este processo a fundação e internacionalização da Revista Brasileira de Economia, ambos eventos diretamente relacionados à atuação de Eugênio Gudin como primeiro editor do periódico. Inclusive, a partir de evidências disponíveis em de fontes de arquivo, procuramos destacar as influências de Jacob Viner e Gottfried Haberler neste processo de atualização acadêmica constante. Buscamos sustentar nossa hipótese oferecendo aos leitores ligações ainda não exploradas pela literatura entre os *Princípios de Economia Monetária* e o trabalho editorial de Gudin frente à Revista Brasileira de Economia. Por meio de uma leitura sistemática das três primeiras edições de seu livro, sublinhamos como a sofisticação ocorreu a partir da especialização de tópicos essenciais em seu argumento, progressivamente incorporados, ou detalhados, a cada edição do seu livro-texto. Citamos, por exemplo, a importância da questão cíclica, inflação como origem do desequilíbrio no balanço de pagamentos brasileiro, a baixa produtividade e o desemprego disfarçado e suas prescrições de política econômica. A especialização, portanto, conferiria sofisticação acadêmica à mensagem de Gudin, reconhecido patrono dos economistas do Brasil e engenheiro de formação.

Palavras-chave: Eugênio Gudin, História do Pensamento Econômico Brasileiro, História Intelectual, Revista Brasileira de Economia, *Princípios de Economia Monetária*.

ABSTRACT

The Brazilian economy diagnosis and its prescriptions consisted on Eugenio Gudin's major intellectual tenets. When adjoined, both elements yield the lens through which one may study the author's intellectual evolution. Our claim is that Gudin adopted the hypothesis of hyperemployment for the Brazilian economy during the dispute with Mr. Roberto Simonsen in 1945 and, later on, subjected it to a process of academic sophistication during the following years. Indeed, the exam of primary sources indicates that the author sophisticated his hypothesis of hyperemployment, and many other arguments, as the result of his sustained process of comprehensive intellectual enhancement. Gudin's academic improvement of his thesis is embedded on his own broader effort of consolidating economics as an independent social science in Brazil, aided by first rank scholars. For instance, Gudin's main intellectual mentors, Jacob Viner and Gottfried Haberler, played an active role on aiding Gudin to propose the first independent curriculum of economics and to edit the very first specialized Brazilian journal on the subject. Additionally, Gudin's main academic publications, his text-book on monetary economics and scientific articles published on his own journal, evidence the result of his intellectual refinement embedded on his broader professional experiences of constantly interacting with international scholars. The primary sources consulted suggest that the main feature of his intellectual sophistication consisted on progressively incorporating the hypothesis of hyperemployment on his text-book and providing deeper theoretical arguments to justify it.

Keywords: Eugênio Gudin, History of Brazilian Economic Thought, Intellectual History, Revista Brasileira de Economia, *Princípios de Economia Monetária*.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 10 |
| CAPÍTULO 1 – O PENSAMENTO ECONÔMICO DE GUDIN DE 1945 A 1957: DIAGNÓSTICOS E PRESCRIÇÕES À ECONOMIA BRASILEIRA E SUA INSERÇÃO NO DEBATE SOBRE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO..... | 13 |
| 1.1 RUMOS DE POLÍTICA ECONÔMICA NA CONTROVÉRSIA DO PLANEJAMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA: GUDIN E SIMONSEN. | 13 |
| 1.2 “A MÍSTICA DO PLANEJAMENTO” E “A MÍSTICA DO EQUILÍBRIO ESPONTÂNEO”: A DISCUSSÃO GUDIN E PREBISCH. | 18 |
| 1.2.1 A Mística do Planejamento, Correio da Manhã, 1953..... | 19 |
| 1.2.2 A Mística do Equilíbrio Espontâneo, Diário de Notícias, 1953..... | 22 |
| 1.3. A PARTICIPAÇÃO NO CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO ECONÔMICA INTERNACIONAL EM 1957..... | 24 |
| CAPÍTULO 2 – O PROCESSO DE SOFISTICAÇÃO ACADÊMICA DE EUGÊNIO GUDIN OBSERVADO ATRAVÉS DA DIREÇÃO DA REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA..... | 32 |
| 2.1 A REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA EDITADA POR EUGÊNIO GUDIN: ESTILO EDITORIAL E INTERNACIONALIZAÇÃO..... | 33 |
| 2.2 GUDIN ENQUANTO ORGANIZADOR E DIVULGADOR DA SEQUÊNCIA DE CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS (1947-1954) ATRAVÉS DA REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA. | 38 |
| 2.2.1 Primeiros contatos com a academia americana e a primeira conferência de Haberler..... | 42 |
| 2.2.2 As conferências de Jacob Viner. | 43 |
| 2.2.3 As conferências de Ragnar Nurkse e Lionel Robbins. | 46 |
| 2.3 GUDIN ENQUANTO AUTOR: A SOFISTICAÇÃO DE SEUS ARGUMENTOS ATRAVÉS DA TRÍADE DE 1952, 1954 E 1956. | 48 |
| 2.3.1 O Caso das Nações Subdesenvolvidas (1952). | 49 |
| 2.3.2 Produtividade (1954). | 53 |
| 2.3.3 Orientação e Programação do Desenvolvimento Econômico (1956). | 55 |

2.4 Considerações finais quanto à sofisticação acadêmica de Gudin através do conteúdo da Revista Brasileira de Economia: “*the Manoilescu mechanism*”.57

CAPÍTULO 3 – A SOFISTICAÇÃO ACADÊMICA DE EUGÊNIO GUDIN EXPRESSA NAS SUCESSIVAS EDIÇÕES DOS *PRINCÍPIOS DE ECONOMIA MONETÁRIA*: O APRIMORAMENTO TEÓRICO AOS DIAGNÓSTICOS E PRESCRIÇÕES PARA A ECONOMIA BRASILEIRA.....60

3.1 O CONTEÚDO DA PRIMEIRA EDIÇÃO DOS *PRINCÍPIOS DE ECONOMIA MONETÁRIA* FRENTE A OUTROS MANUSCRITOS: CÂMBIO CADENTE, ECONOMIA REFLEXA E “PRODUTIVIDADE E PREÇOS”.....63

3.2 SOFISTICAÇÕES DA SEGUNDA EDIÇÃO DOS *PRINCÍPIOS DE ECONOMIA MONETÁRIA*: A INFLUÊNCIA DO RELATÓRIO “RUMOS DE POLÍTICA ECONÔMICA”.....70

3.3 A TERCEIRA EDIÇÃO DOS *PRINCÍPIOS DE ECONOMIA MONETÁRIA*: APLICAÇÃO DA DISCUSSÃO DO CASO BRASILEIRO E POLÍTICA ECONÔMICA.....77

3.3.1 Balanço de Pagamentos.....79

3.3.2 Análise Cambial.....84

3.3.3 Ciclos Econômicos.....84

3.3.4 Questão do Emprego.....87

3.3.5 Aspectos gerais e principiológicos: política econômica.....92

CONCLUSÃO.....99

REFERÊNCIAS.....100

ANEXO.....109

INTRODUÇÃO

Eugênio Gudín é o patrono da profissão de economista no Brasil. Praticamente construindo sozinho a reflexão econômica mais sofisticada nesse país, Gudín preocupou-se muito mais com a aplicação do que aprendia com a literatura vinda dos centros de reflexão econômica no mundo ao Brasil do que com desenvolvimentos teóricos. Sendo um economista pioneiro de um país subdesenvolvido, ele constrói o que podemos chamar de um modelo de desenvolvimento, isto é, um conjunto interligado de ideias cujo núcleo reside em seus diagnósticos e prescrições para a superação do atraso da economia brasileira. Neste conjunto, aparecem recorrentemente elementos como o comércio exterior livre e a necessidade do aumento da produtividade no setor agrícola como motores do desenvolvimento econômico. Portanto, Gudín sustentava uma posição contrária ao mote da industrialização que dominaria o pensamento e as práticas econômicas brasileiras durante meados do século passado.

Dentro disso, a pesquisa apresentada nessa dissertação procurou compreender como a argumentação de Gudín passou por um contínuo processo de sofisticação baseado na atualização e internacionalização de sua atividade profissional. O patrono dos economistas brasileiros pautou sua atividade tanto acadêmica como pública por um esforço persistente de “*catching up*” intelectual em relação ao que se desenvolvia nos centros produtores de conhecimento da área.

O período compreendido entre as décadas de 40 a 50 torna possível observar em detalhes este processo, pois engloba diversos episódios acadêmicos da carreira do autor. É nesse tempo, por exemplo, que Gudín publica as três primeiras edições do seu livro-texto, inicia seu trabalho editorial frente à Revista Brasileira de Economia e se engaja em duas discussões de grande repercussão pública (com Roberto Simonsen, entre 1944 e 1945, e com Raúl Prebisch, em 1953). Em 1957, ele participa ativamente da organização do encontro da Associação Econômica Internacional no Rio de Janeiro. Aliás, o contato com autoridades intelectuais da área econômica nos Estados Unidos, principalmente, e na Europa, secundariamente, foi uma tônica do processo de sofisticação intelectual narrado nessa dissertação.

Sendo assim, no trabalho aqui apresentado, a contribuição de economistas do porte de Jacob Viner e Gottfried Haberler, com quem Gudin nutriu até mesmo amizade pessoal, é tomada como central para a argumentação. Estudamos essa relação entre o brasileiro e esses economistas através de fontes em um grau de detalhe inédito na literatura sobre história do pensamento econômico brasileiro. Desde já podemos adiantar que a relação com Viner e Haberler foi fulcral para a sofisticação intelectual de Gudin em economia. Os quatro materiais de arquivo consultados seguem listados: (1) Jacob Viner Papers. Seeley G. Mudd Manuscript Library. Princeton University, Princeton; caixa 12, pasta 15, "Eugenio Gudin" (2) Besa Garcia, José F. ed. Dr Raúl Prébisch, 1901-86: Archivo de Trabajo. Santiago, Chile: ECLAC, 2003 NJ, rolos de microfilme 2 e 3, pasta 57; (3) Arquivos Pessoais de Eugênio Gudin. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ; (4) Gottfried Haberler Papers. Hoover Institution. Stanford University, Stanford, CA caixa-pasta 13: Gudin, Eugenio, Caixa-pasta 28: Rio-de-Janeiro Lectures, 1963. Os embates do patrono dos economistas brasileiros com Roberto Simonsen e com Raúl Prebisch também fazem parte da narrativa dessa dissertação. Ainda, consideramos como fontes importantes os artigos da Revista Brasileira de Economia e as sucessivas edições dos Princípios de Economia Monetária (PEM) publicados no período em foco.

Em relação ao que já foi escrito sobre Gudin, cabem alguns comentários a fim de localizar a contribuição do trabalho de pesquisa dessa dissertação.

A literatura é pródiga em destacar a importância de Gudin como pioneiro e importante pensador econômico brasileiro (BARREIROS 2009, BIELSCHOWSKY 2000, 2001, BOIANOVSKY 2012, BORGES 2000, CHIESA e GASPARY 2014, DANTAS et al. 1999, HADDAD 1981, VON DOELLINGER [1971] 2010, LOPES 2013, LOUREIRO 1992, 1996; RODRIGUES 2005, SCALERCIO e ALMEIDA 2012). Inclusive, o esforço de Gudin em manter-se constantemente atualizado já foi reconhecido por outros autores (BIELSCHOWSKY 2000, 2001; CHIESA e GASPARY 2014, VON DOELLINGER [1971] 2010, RODRIGUES 2005, SCALERCIO e ALMEIDA 2012).

Entretanto, em nossa opinião, os trabalhos que citam Gudin ora não o tratam como personagem central, ora carecem de um tratamento mais detalhado sobre

vários aspectos de suas ideias. Ademais, praticamente nenhum trabalho utiliza extensamente fontes primárias para estudar a evolução do pensamento de Gudin. Apenas as contribuições de Bielschowsky (2000, 2001), Borges (2000) e Boianovsky (2012) eventualmente se referem a poucas edições dos *Princípios de Economia Monetária*, ou aos artigos da Revista Brasileira de Economia; porém sem endereçá-los de um modo sistemático.

Nosso estudo, portanto, procura preencher estas lacunas. Oferecemos uma investigação do viés acadêmico de seu processo de sofisticação intelectual. Isto é, como Gudin, ao longo de nosso recorte cronológico, ao sustentar sua agenda liberal para uma audiência acadêmica, refina seus argumentos econômicos. Entende-se, portanto, como processo de sofisticação: o aperfeiçoamento de ideias antigas, lançamento de ideias novas, ou incorporação de uma literatura internacional mais atualizada em sua argumentação.

CAPÍTULO 1 – O PENSAMENTO ECONÔMICO DE GUDIN DE 1945 A 1957: DIAGNÓSTICOS E PRESCRIÇÕES À ECONOMIA BRASILEIRA E SUA INSERÇÃO NO DEBATE SOBRE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

Esse capítulo cumpre o propósito de apresentar certa continuidade dos princípios e ideias utilizados por Eugênio Gudín para debater com interlocutores que estavam no lado oposto, ou seja, defendendo a intervenção governamental, a industrialização e o planejamento econômico. O objetivo é mostrar como, mesmo nestes debates distantes da academia, o autor evidencia sua sofisticação intelectual entre as discussões.

Desse modo, a seção 1.1 se remete ao debate com Roberto Simonsen. A seção 1.2 aborda o debate com Raúl Prebisch ocorrido em 1953. Já a seção 1.3 ocupa-se da sua participação no congresso da Associação Econômica Internacional (AEI).

1.1 RUMOS DE POLÍTICA ECONÔMICA NA CONTROVÉRSIA DO PLANEJAMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA: GUDIN E SIMONSEN.

“Rumos de Política econômica” é um texto de 1945 escrito por Gudín em resposta a “Planificação da Economia Brasileira”, escrito por Roberto Simonsen em 1944. O texto de Simonsen foi produzido a partir dos dados levantados pelo Ministério do Trabalho e, anteriormente, pela Missão Cooke, que estivera no Brasil durante a Segunda Grande Guerra para levantar a capacidade produtiva do país passível de ser utilizada no esforço de guerra. Simonsen fazia parte do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial. Gudín estava em outro grupo de estudos do governo Vargas, curiosamente, a Comissão de Planejamento Econômico. O presidente, que flutuou com habilidade entre o grupo dos agricultores e dos industrialistas, submeteu o projeto de planejamento nacional de industrialização de Simonsen ao órgão de Gudín. O liberal, então, escreveu o texto citado no início desse parágrafo.

Essencialmente, o documento produzido por Gudín cumpria dois objetivos. Primeiro, contestava a necessidade de se utilizar o planejamento como instrumento

para a industrialização. Para resumir seu argumento contrário à industrialização planejada, o liberal cunhou a expressão “mística do planejamento”. Segundo, ele oferecia prescrições alternativas às sugestões de Simonsen, nas quais ressaltava a importância do comércio internacional livre para a promoção do crescimento.

O documento de Gudin também contava com o que pode ser tomado como um diagnóstico original para a economia brasileira. Diagnóstico esse que foi apresentado através do que Gudin ([1945] 2010, p.92-98) definiu como conjunto de “três princípios” para a economia brasileira.¹

O primeiro deles dizia respeito à utilização dos fatores de produção e definia o conceito de emprego total (GUDIN [1945] p.89). Para Gudin, ocorreria emprego total quando todos os fatores de produção passassem a ser utilizados de modo que novos investimentos não fariam aumentar a produção, mas somente os preços.

No segundo princípio, Gudin (1945 [2010], p.89-90) lança seu diagnóstico para a conjuntura brasileira como sendo de emprego total e inflação decorrente de novos investimentos, mesmo sem apresentar qualquer base empírica para sustentar seu argumento. Dessa forma, ainda de acordo o segundo princípio de Gudin, a medida correta a se tomar é o controle inflacionário, uma vez que não há como aumentar a produção, pois os fatores de produção encontram-se esgotados.

Finalmente, o terceiro princípio de Gudin (1945 [2010], p.91) versava quanto à necessidade de se moderar as novas obras, as quais se referiam a investimentos públicos (notadamente a industrialização a partir da ação estatal). Portanto, é a partir dos três princípios de Gudin que surge o diagnóstico de hiperemprego e hiperinvestimento. Os termos adotados são utilizados por Gudin (1945 [2010], p.92) para definir o problema de excessivos investimentos públicos, originado pelo padrão

¹ O vocábulo “princípios” era característico do linguajar de Gudin. O autor não ofereceu uma definição precisa aos empregos que realizava do termo. Por exemplo, sua principal produção literária também fazia uso do vocábulo: “Princípios de Economia Monetária”. Devido à amplitude do termo, parte da literatura sobre Eugênio Gudin oferece algumas discussões. Por exemplo, os princípios liberais de Gudin e a sua aplicação ao caso Brasileiro, ou a renovação dos seus princípios liberais que podem caracterizá-lo como Neoliberal foram discutidos por: BIELSCHOWSKY 2000, 2001; BORGES 1996, 2000, 2004; SCALERCIO & ALMEIDA 2012. Por outro lado, para uma discussão de cunho metodológico, ou filosófico, de classificação e consistência dos princípios de Gudin, ver BORGES (2004).

de intervenção do Estado getulista, responsável por gerar o desequilíbrio doméstico entre o setor de investimentos e de consumo (GUDIN [1945] 2010, p.92-94).²

Estes princípios, juntamente com a análise do comércio exterior e sobre indústria e produtividade, constituem a base para as recomendações de política econômica de Gudin apresentadas ao final do documento.

A respeito do comércio internacional, Gudin prescreve uma política comercial baseada na dinamização da economia através do aumento da exportação de produtos agrícolas (GUDIN [1945] 2010, p.98-99). O liberal insistiria durante meados do século passado inteiro, em sua luta com os desenvolvimentistas, na aposta na vocação agrícola do Brasil. O aumento da produtividade desse setor, em lugar da industrialização forçada, é que deveria ser a prioridade.

Na defesa da inserção internacional do Brasil alicerçada na agricultura, surgem algumas citações de autores norte-americanos que fazem parte do nosso tema no seguinte sentido: mostram-nos o que Gudin teria lido da literatura internacional e quão atualizado e sofisticado estava seu argumento naquele momento. Gudin cita Viner (1932) junto de Gottfried Haberler (1936) e Bertil Ohlin (1933) para atacar as medidas protecionistas (tarifárias) preconizadas por Simonsen, identificando-as com a “Teoria do Protecionismo” de Mihail Manoilescu³ (GUDIN [1945] 2010, p.100). O que Viner (1932), assim como Gudin ao se apropriar inteiramente do conteúdo, argumenta é como o princípio das vantagens comparativas opera mesmo sob condições de protecionismo tarifário em um regime de comércio internacional, pois tanto preços e salários variam de modo que o

² Gudin não proveu maiores detalhes teóricos a para o diagnóstico a do emprego no Brasil fora de um ambiente acadêmico. A questão só é tratada em maior profundidade na terceira edição de seu livro “*Princípios de Economia Monetária*”, cujo segundo volume contempla um capítulo dedicado exclusivamente à teoria do emprego. O tópico será exaustivamente tratado no capítulo 3 desta dissertação, pois o oferecimento de uma discussão teórica mais profunda, contemplando definição e origem, do que viria a ser o hiperemprego só ocorreu após algumas etapas da sofisticação acadêmica de Gudin. Portanto, se Gudin já havia uma formulação mais profunda destas questões em 1945, ainda não havia as publicado na primeira edição de seu livro-texto em 1943.

³ Mihail Manoilescu foi um intelectual Romeno (1891-1950) de extensa obra com contribuições a diversos campos do conhecimento. Suas incursões no campo econômico tornaram-se notáveis a partir de 1927 com a primeira edição, em francês, de seu livro “*Theory of Protectionism and International Exchange*”. No campo da economia e política, o autor romeno foi um reconhecido defensor de ideias como protecionismo, industrialização, nacionalismo e antisemitismo. Muito curiosamente, a mando de Roberto Simonsen, o livro contara com uma tradução endossada pelo autor romeno logo em 1931 e já circulava no Brasil com o título *Theoria do Proteccionismo e da Permuta Internacional*.

princípio das vantagens comparativas permanece válido.⁴ A crítica de Viner (1932, p.122) demonstrava como preços e salários se equalizam entre os países uma vez que as trocas se estabelecem. A lógica da equalização dos preços dos fatores fora ignorada no argumento de Manoilescu e, somada aos seus estudos empíricos, criara um falso argumento a favor do protecionismo permanente (VINER 1932).

Gudin ([1945] 2010, p.98) também utilizou outros autores para justificar um maior grau de abertura à política comercial. Por exemplo, é o caso da utilização de Taussig (1911), um antigo liberal norte-americano que fora durante muitos anos da virada do século XIX para o XX o chefe do Departamento de Economia de Harvard. De acordo com Gudín, Taussig pontuara que importações e exportações estão essencialmente conectadas e não se pode aumentar o volume de comércio somente através das exportações, como defendido por uma política protecionista. De acordo com a leitura de Gudín sobre os princípios de Taussig, a única maneira de aumentar o comércio era liberalizando-o, pois somente comércio geraria mais comércio. A tarifa, portanto, era tida como uma medida ineficiente.

Nesse texto, Gudín também introduziu sua visão sobre produtividade e indústria brasileira. Novamente baseado em Taussig (1911, 1927), com o conceito de capital e excedente, Gudín advogava o fim do protecionismo e a especialização geográfica (GUDIN [1945] 2010, p. 98, 116). O diagnóstico apresentado por Gudín era de que se necessitava aumentar a produtividade para a geração de maior excedente através da atividade agrícola exportadora, a qual deveria conduzir o processo de “formação de capital e sua melhor aplicação” (GUDIN [1945] 2010, p.106-108).

Curiosamente, Gudín julgava ambos os setores da economia brasileira, industrial e agrícola, atrasados. Primeiro, porque reconhecia que o Brasil não possuía uma vantagem genuinamente geográfica para a produção agrícola como outros países, inclusive reconhecendo a importância da indústria (GUDIN [1945] 2010, p.106-107). Segundo, devido à baixa produtividade generalizada, expressa

⁴ A apropriação, por Gudín, do argumento de Viner se dá quase que exclusivamente através de uma tradução do artigo de Viner para o português. Uma comparação entre as tabelas e explicações de Viner (1932, p.123-125) e Gudín (1945 [2010], p.101) pela utilização do exemplo numérico para o comércio entre Portugal e Inglaterra releva como os conteúdos são idênticos. Gudín, contudo, não deixou explícita a referência, como era de praxe à época, que é somente mencionada ao longo da discussão junto de outros autores como Gottfried Haberler e Bertil Ohlin.

pela escassez dos fatores de produção, especialmente o capital (GUDIN [1945] 2010, p.107).

Outra faceta da demarcação entre setores de Gudin residia nas causas dos desajustes domésticos. Por exemplo, o desequilíbrio da economia brasileira com base no “hiperemprego” e “hiperinvestimento” nos setores ligados à produção, enquanto havia uma grave deficiência nos setores destinados ao consumo (GUDIN [1945] 2010, p.93). Ou seja, o autor identificava um desequilíbrio setorial proveniente dos esforços de industrialização estatal característicos do período.

Além de seus diagnósticos, Gudin também condenou as recomendações de intervenção e planejamento de Simonsen. Ele o faz através do que chamava de “mística da planificação” (GUDIN [1945] 2010, p.65-78). Na visão de Gudin, o elemento místico da planificação consistia na justificativa para a intervenção e o planejamento, à qual Gudin atribuía a experiência histórica do “*New Deal*” norte-americano (GUDIN [1945] 2010, p.75,79). Inclusive, Gudin, ao identificar o paralelismo⁵ entre suas ideias, de um lado, e os argumentos de Simonsen e o Institucionalismo norte-americano do outro, buscava desqualificar o argumento do industrial paulista:

Deixando de lado grandes economistas americanos, como Taussig, Berstein, Viner e outros, o presidente [do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, Simonsen] apelou para um grupo de ‘inovadores’ que passaram a constituir o chamado brain trust [de Roosevelt, durante o *New Deal*], Georges Soule, Stuart Chase, Tugwell etc.(GUDIN [1945] 2010, p.69)

O grupo de “inovadores”, tal qual denominado por Gudin, relacionava-se ao pensamento norte-americano institucionalista, o qual se inseria em um contexto amplo das ciências sociais norte-americanas de reformar o capitalismo através do controle social (CAVALIERI e CURADO 2016, p.411). Neste cenário, conforme Cavalieri e Curado (2016) apontam, o planejamento consistia em um instrumento do controle social, ao qual o Institucionalismo procurava oferecer métodos empíricos para sua realização. Não por acaso, Gudin buscava denegrir as experiências de planejamento e intervenção sociais relacionadas a intelectuais ligados ao Institucionalismo através da associação de suas justificativas com esoterismos: “mas

⁵ O paralelismo entre Gudin e o Institucionalismo norte-americano no pensamento de Roberto Simonsen, assim como as influências dos norte-americanos sobre o pensamento de Simonsen, já foram exaustivamente tratadas em CAVALIERI e CURADO (2016).

a mística do plano não é só o produto da metafísica mais ou menos manicômica desses ‘sociólogos’.” (GUDIN [1945] 2010, p.78).

Embora Gudin apresentasse diagnósticos da economia brasileira na tentativa de desqualificar o planejamento e competir com ideários concorrentes, suas considerações não eram completamente justificadas por estudos empíricos, ainda ausentes no país. Por exemplo, não havia um estudo empírico sobre a produtividade, tampouco quanto ao mercado de trabalho. Por isso, Gudin recorrentemente fazia referências a economistas internacionais para justificar seus diagnósticos. Por exemplo, no caso de Taussig e Viner, ou de estudos aplicados. Ou até mesmo para desqualificar os dados apresentados por Simonsen, como o caso de Colin Clark e a renda nacional (GUDIN [1945] 2010, p.106), no qual são apresentados cálculos diferenciados para a renda nacional daqueles apresentados por Simonsen em “O planejamento da Economia Brasileira”.

Reclamar o status de moderno a seus princípios, em oposição aos esoterismos dos “inovadores” e “sociólogos”, era outro subterfúgio retórico adotado pelo patrono dos economistas do Brasil. Segundo Gudin ([1945] 2010, p.88), a modernidade, tanto na economia quanto em seus princípios, advinha do reconhecimento do comportamento cíclico da economia, que substitui a noção de “emprego total” presente nos “clássicos (Ricardo, Stuart Mill, Thiinen, J.B Say etc.)”.⁶ Isto é, sua diferenciação em relação ao pensamento clássico (e desatualizado) justificaria seus diagnósticos e prescrições.

1.2 “A MÍSTICA DO PLANEJAMENTO” E “A MÍSTICA DO EQUILÍBRIO ESPONTÂNEO”: A DISCUSSÃO GUDIN E PREBISCH.⁷

⁶ Gudin já estava familiarizado com a noção e importância dos ciclos econômicos, pois desde a primeira edição do seu livro-texto já se encontra a análise do comportamento cíclico da economia brasileira, a qual é descrita como uma “economia reflexa” (GUDIN 1943a, p.350).

⁷ O título da réplica de Gudin a Prebisch faz menção ao seu relatório “Rumos de Política Econômica” no qual introduz a expressão *mística do planejamento*. Existem outras aproximações formais entre o título do parágrafo segundo de seu relatório, “O equilíbrio Econômico” com o último bloco de críticas publicados em sua crítica a Prebisch. Além das coincidências formais específicas, todos os demais blocos da crítica a Prebisch já haviam sido endereçados no debate com Simonsen. É o caso, por exemplo, dos parágrafos segundo e terceiro do relatório e os segundo e terceiro blocos, respectivamente, da crítica jornalística a Prebisch.

Em 1953, Gudin protagonizou uma controvérsia envolvendo a política econômica proposta pela Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), em especial na pessoa de Raúl Prebisch. O debate teve início após a publicação do documento intitulado “*Análises e projeções de desenvolvimento econômico*”, no qual a Comissão apresentou oficialmente sua técnica de planejamento econômico (GRUPO MISTO CEPAL-BNDE 1957)⁸.

Após a apresentação do documento, Gudin e Prebisch iniciaram uma discussão através de meios de comunicação impressos. Primeiro Gudin publicou no jornal *Correio da Manhã* uma série de artigos intitulados “*A mística do planejamento*”, publicados no intervalo das datas de 29 de Maio e 11 de Novembro do ano de 1953, contestando publicamente a técnica cepalina de planejamento introduzida pelo documento citado anteriormente (SCALERCIO e ALMEIDA, 2012, p.176). Prebisch o confrontou publicando através do jornal *Diário de Notícias* uma réplica intitulada “*A mística do equilíbrio espontâneo na economia*” (PREBISCH, 1953), disponível de forma integral através do acervo da Cepal.

Escolhemos revisitar esta discussão em maiores detalhes por duas razões: (1) Gudin enviou integralmente todos os cinco artigos a Viner, em correspondência única (Gudin para Viner, 24 de Dezembro, 1953); (2) a literatura sobre Gudin (SCALERCIO e ALMEIDA, 2012) assinala o episódio, porém não o discute.

1.2.1 A Mística do Planejamento, Correio da Manhã, 1953.

A série de cinco artigos de Gudin publicados no jornal *Correio da Manhã* dividia sua crítica à técnica de programação econômica da Cepal em quatro blocos denominados respectivamente de: “A Mística do Planejamento”, “A filosofia”, “A Órbita do Estado” e “As forças de equilíbrio”.⁹

Os artigos foram publicados entre os dias 29/5/1953 e 11/5/1953. Gudin enviou integralmente todos os cinco artigos a Viner, em correspondência única (Gudin para Viner, 24 de Dezembro, 1953). Em sua resposta, Viner relatou concordar com o pouco que entendeu, pois o norte-americano admitia possuir

⁸ O documento foi originalmente colocado em circulação em 1953, porém publicado somente em 1957. BASTOS e D’AVILA (2009, p.196) qualificam-no como a grande contribuição de Furtado durante seu período junto à CEPAL.

alguma dificuldade em compreender português perfeitamente (Viner para Gudin, 11 de Fevereiro, 1954).

No primeiro bloco, seu objetivo foi desqualificar o esforço de introduzir a cepalina técnica da programação. A técnica, para Gudin, consistia em uma intervenção do tipo planejamento, o qual era originado através de projeções. Este último, segundo Gudin, consistia em um “cálculo econômico preciso” (GUDIN 1953b, 1953c). Em outras palavras, Gudin contestava o modo da Cepal sugerir uma política econômica embasada na realização de projeções (cálculo econômico preciso, segundo Gudin) e justificada pelo objetivo de se promover o desenvolvimento econômico (GUDIN 1953b).

A justificativa teórica de Gudin para contestar as recomendações do relatório, na ocasião, baseou-se no argumento de Kenneth Boulding¹⁰. O argumento, conforme brevemente resumido por Gudin, atestava a impossibilidade da existência de um equilíbrio dinâmico da macroeconomia; o que, portanto, comprometia tomadas de decisões realizadas a partir de projeções econômicas. Ao contrário de sua discussão com Simonsen na qual as referências a autores internacionais eram feitas com desenvoltura, Gudin não proveu profundidade em sua menção a Boulding. Contudo, a percepção de Gudin sobre o tema pode ser resumida em suas próprias palavras: “em economia o progresso não se realiza em ritmo contínuo e regular e sim por ‘impulsos’ de amplitudes e períodos incertos” (GUDIN 1953b).

Ainda neste bloco, Gudin ofereceu uma metodologia alternativa, denominada “função social do economista”, na qual não cabia ao economista a elaboração de modelos que objetivassem o desenvolvimento. Pelo contrário, a função do economista, de acordo Gudin, era a de “alertar aos dirigentes [...] contra as consequências das medidas em projeto ou em curso [...] explicando-lhes as relações de causa e efeito (teoria) dos fenômenos econômicos. Além disso [...] acompanhar a ‘conjuntura’” (GUDIN 1953b). Ou seja, Gudin reprovava a elaboração de modelos com o fim de modificarem a realidade, isto é, que justificassem políticas pautadas em algum tipo de intervenção.

10 Kenneth Edward Boulding (1910-1993), um economista inglês estabelecido nos Estados Unidos, era professor da Universidade de Michigan na época. Veja Heilbroner (1975) para uma maior descrição da abordagem de Boulding para a macroeconomia.

No bloco seguinte, “A filosofia”, Gudin reciclou argumentos já presentes em sua discussão com Simonsen a respeito do que chamava de “mística do planejamento”. Especificamente, Gudin criticava novamente a ação do Estado sobre a economia, no sentido de dirigir seus resultados, em especial quanto ao exemplo do “*New Deal*” norte-americano. Nesta seção, Gudin também direcionou suas críticas à recomendação de técnicas de planejamento realizada por dois economistas vinculados a Cepal (provavelmente Prebisch e Furtado) e publicadas no *Digesto Econômico* daquele mesmo ano sob o título de “Teoria do Desenvolvimento Econômico” (GUDIN 1953c).

Nos dois últimos blocos, “A órbita do Estado” e “As forças de Equilíbrio”, surge a discussão a respeito de qual é o tipo de intervenção do Estado admissível. Seria o controle inflacionário a prioridade na ação governamental. Em suas palavras: “[c]om a inflação justifica-se toda a sorte de controles e intervenções” (GUDIN 1953d). Colocação que parece radical dada sua postura anti-intervencionista.

Posto isso, Gudin procede à desqualificação de todas as demais intervenções propostas pela Cepal, especialmente as referentes ao controle do balanço de pagamentos. Gudin argumentava, como lhe foi típico durante a carreira, em favor do aumento da produtividade agrícola, o qual dependia exclusivamente de garantir o bom funcionamento dos mecanismos de mercado, dispensando o planejamento:

...sem haver a necessidade de qualquer plano, porque o incremento da produtividade agrícola teria naturalmente o efeito de fazer baixar os preços dos cereais e aumentar os salários dos agricultores. O incremento da produção agrícola seria absorvido, sem qualquer dificuldade, não só pela própria população, através da melhoria dos salários e a redução dos preços (efeito renda e efeito preço), como pelo aumento do consumo da população industrial através do estímulo da baixa dos preços (GUDIN 1953e).

Assim, em resumo do até então exposto, ainda que Gudin não utilizasse exatamente as mesmas ideias introduzidas na controvérsia com Simonsen, ele, sem dúvida, utilizou ideias compatíveis e consistentes com sua exposição anterior. Negou a noção de um planejamento concebido a partir de um modelo de desenvolvimento e defendeu a sua concepção de manutenção/preservação das forças de mercado como via de desenvolvimento. A ideia que lhe foi cara durante esse período aparece na discussão. O problema estrutural da economia brasileira tinha origem na inflação, que gerava os problemas no balanço de pagamentos. Ao contrário do que era

defendido pelos cepalinos. O que a economia brasileira precisava não era de um plano, mas da ação governamental em resolver o problema da inflação.¹¹

1.2.2 A Mística do Equilíbrio Espontâneo, Diário de Notícias, 1953.

Prebisch apresentou sua réplica sob o título de “A Mística do Equilíbrio Espontâneo”, no periódico *Diário de Notícias*. Seus esforços dividiram-se em dois. Primeiro, esclarecer aspectos da técnica de programação que considerou deturpados por Gudin (PREBISCH 1953, pp.1-14). Segundo, questionar o que denominou, da parte de Gudin: “posição doutrinária que o faz [Gudin] ver com prevenção qualquer ideia de programação” (PREBISCH 1953, pp.14-18). Seus comentários seguem a direção de diferenciar sua perspectiva (que defendia como baseada em crescimento e desenvolvimento) da protagonizada por Gudin (calcada em equilíbrio), que seria advinda da “doutrina clássica” (PREBISCH 1953, pp.6-7). Esta última, para Prebisch, seria em última instância a defesa do princípio das vantagens comparativas, dos ganhos do comércio e do funcionamento desimpedido dos mecanismos de transferência internacional. Prebisch (1953, p.7-9) questiona todas estas dimensões defendendo a necessidade de um “programa de desenvolvimento”.¹²

A questão do balanço de pagamentos e a prescrição do controle inflacionário combinado com a taxa de câmbio de equilíbrio foi um dos pontos debatidos por Prebisch. O argentino argumentou que o estabelecimento da taxa cambial ao nível de equilíbrio via controle da inflação não seria suficiente para assegurar a estabilidade das economias latino-americanas, uma vez que as mesmas dependiam fortemente de importações (PREBISCH 1953, p.15).

¹¹ Gudin não tratou do assunto em sua discussão publicada no *Correio da Manhã* em 1953, ao passo que já tocara marginalmente do assunto em 1945 durante seu debate com Roberto Simonsen (GUDIN [1945] 2010, p.97). Em 1945 Gudin já perseguia esta lógica na qual o balanço de pagamentos é consequência da inflação (GUDIN [1945] 2010, p.97).

¹² Especificamente, Prebisch (1953, p.12) define como objetivo fundamental de um “programa de desenvolvimento” aumentar a taxa de poupança. Em suas palavras, escrevendo sobre os países da América Latina: “...a proporção da renda que é poupada e capitalizada é relativamente baixa e, portanto, é relativamente lento o seu ritmo de crescimento. Para acelerá-lo seria indispensável aumentar o coeficiente da poupança, tanto no setor público da economia como no particular. Este é um dos pontos fundamentais de um programa de desenvolvimento”

Conforme Prebisch ressaltava, o problema consistia no descompasso entre o ritmo das importações e exportações, esse sim sendo o mecanismo de desequilíbrio do câmbio – não a inflação – o que disseminava o desequilíbrio para toda a economia (PREBISCH 1953, p.15). Seu objetivo era mostrar a impossibilidade do funcionamento das forças de equilíbrio espontâneo, através somente do equacionamento da questão monetária da inflação. Dizia Prebisch (1953, p. 16) que a dificuldade em reconhecer o desequilíbrio como advindo da estrutura da economia e não da inflação era a causa da relutância de Gudin com a ideia de programação.

O aumento da produtividade agrícola também foi objeto de debate. Prebisch (1953, p.16) reconheceu a importância do tema, inclusive ratificando sua importância para um programa de desenvolvimento. Contudo, vemos que Prebisch (1953, p. 16) enxergava o aumento da produtividade agrícola e a programação para a industrialização como complementares, inclusive porque seria a indústria que absorveria a mão de obra excedente liberada com o aumento da produtividade no setor agrícola. Caso contrário, ocorreria um “lamentável desperdício de potencial humano”.

Vale ressaltar que esse debate serve, em nossa dissertação, para demonstrar teses que Gudin usaria durante boa parte de sua carreira contra os cepalinos, os desenvolvimentistas e aqueles que preconizavam maior intervenção estatal e planejamento. Contudo, o debate ocorreu em noticiários impressos e, sendo assim, não podemos considerá-lo propriamente acadêmico. Os argumentos de Prebisch parecem mais sofisticados, mas nesse tempo sabemos que Gudin já tinha evoluído bastante em termos da atualização de seus conhecimentos sobre o que acontecia na fronteira do pensamento econômico internacional. Como argumentado por Cruz e Silva (2016), o processo de atualização do livro *Princípios de Economia Monetária* em termos do que estava sendo construído como o novo paradigma da Síntese Neoclássica ou Economia Keynesiana é bastante aparente no segundo volume da terceira edição lançado em 1952. Aqui, fica a nota sobre Kenneth Boulding como uma pequena evidência de que Gudin estava atento à literatura internacional.

1.3. A PARTICIPAÇÃO NO CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO ECONÔMICA INTERNACIONAL EM 1957.

A Associação Econômica Internacional¹³ (AEI) promovia, anualmente, mesas redondas em diferentes países, a serem organizadas por seus membros. Em 1957, com a participação do comitê brasileiro, a organização promoveu sua mesa redonda anual entre os dias 17 e 28 de Agosto de 1957 no Rio de Janeiro. A temática da mesa redonda ficara muito bem expressa em seu título "Capital e Comércio Exterior na teoria do Desenvolvimento Econômico, com especial referência a América Latina".

A lista de palestrantes do evento contou com 28 participantes.¹⁴ Dentre os participantes encontram-se professores universitários, membros do Instituto Brasileiro de Economia, técnicos da Cepal e economistas do FMI. Foram expostos e debatidos 15 trabalhos dentro da temática proposta. Em 1961, Howard S. Ellis e Henry C. Wallich, que estavam entre os organizadores, publicaram todos os trabalhos e comentários realizados durante a conferência sob o título de "*Economic Development for Latin America*" (ELLIS 1961). Gudin, outro membro do comitê organizador, fez uma chamada oficial ao evento na edição de agosto de 1957 na Revista Brasileira de Economia. Nesta chamada, observa-se que a ideia original era realizar o debate de 16 trabalhos, convidando também economistas muito importantes que acabaram por não participar do evento, tal como Jacob Viner e Raul Prebisch.

O material resultante da conferência é importante para nossa dissertação por três motivos. O primeiro é que Gudin faz discussões dentro da mesma temática das apresentadas até aqui, porém, em um ambiente acadêmico, devido ao contexto do

¹³ A associação opera até os dias de hoje, realizando eventos com um intuito semelhante ao daqueles praticados em 1957 no Brasil. Fundada em 1950 com o incentivo da Divisão de Ciências Sociais Aplicadas da UNESCO, a associação teve em Gottfried Haberler seu primeiro presidente eleito para o mandato de 1950-1953. Gudin passou a integrar a diretoria da associação em 1959, embora já estivesse engajado com a mesma, pelo menos, desde 1955.

¹⁴ A seguir reproduzimos a lista de participantes na ordem original apresentada por ELLIS (1963, pp. vii-viii): "John H. Adler, Gerald H. Alter, Jacques Boudeville, P.R. Brahmananda, Otavio G. de Bulhões, Maurice Byé, Roberto de Oliveira Campos, L. M. Dominguez, Howard S. Ellis, Celso Furtado, Eugenio Gudin, Gottfried Haberler, Albert O. Hirschman, H. D. Huggins, Alexandre Kafka, Flavian Levine, Javier Marquez, Jorge Marshall, José Antonio Mayobre, Ragnar Nurkse, Felipe Pazos Helio Schlittler-Silva, Theodore W. Schultz, Jorge Sol, Dorival Teixeira Vieira, Henry C. Wallich, H. M. Phillips e H. Berger Lieser."

encontro e ao quadro de palestrantes. As justificativas para suas posições passam a ser mais propriamente acadêmicas nesse contexto. O segundo motivo é dado pelo fato de o material referente ao encontro ser pouco explorado na literatura a respeito de Gudin. A única menção encontrada em nossa extensa revisão bibliográfica sobre o autor encontra-se em Bielschowsky (2001). Por fim, o último motivo é a relevância da repercussão do evento na formação do pensamento de Gudin detectado a partir das correspondências trocadas entre Gudin e Viner logo após o mesmo (Gudin para Viner, 03 de Setembro, 1957; Viner para Gudin, 30 de Setembro, 1957).

Além de organizador do encontro, a participação de Gudin se deu como comentador dos trabalhos de José Antonio Mayobre¹⁵ – “*Global Programming as an Instrument of Economic Development Policy*” – e de Ragnar Nurkse – “*International Trade Theory and Development Policy*”. Vale destacar como o economista brasileiro já estava bastante familiarizado com a discussão no plano acadêmico, devido a suas experiências enquanto editor da Revista Brasileira de Economia. Por exemplo, apesar de Nurkse proporcionar ideias distintas daquilo defendido por Gudin, o economista brasileiro já havia traduzido e publicado seus textos no periódico mencionado, assim como fez com trabalhos de Prebisch (1949 e 1951). Gudin não tratava a revista que editava de maneira dogmática, publicando muitas vezes textos de adversários intelectuais (SCALERCIO e ALMEIDA 2012, p.93).

O artigo de Mayobre propunha-se a realizar a mesma tarefa que Prebisch já havia feito em 1953 em sua resposta a Gudin: defender a adoção de uma política de desenvolvimento e explicar aspectos metodológicos do trabalho realizado pela Cepal (MAYOBRE 1961, p.29). Para isso, Mayobre (1961, pp.34-39) apresentava uma extensa descrição das etapas do processo de programação proposto pela instituição. A técnica de programação cepalina, tal qual apresentada por Mayobre (1961), consistia em três etapas fundamentais: (1) cálculo de projeções dos agregados macroeconômicos, (2) cálculo de projeções setoriais para setores selecionados, e (3) ajustamento das projeções através da comparação entre as projeções agregadas e setoriais. Conforme a exposição da técnica cepalina por Mayobre (1961, pp.34-39), as etapas serviam para prover as projeções necessárias

¹⁵ À época, José Antônio Mayobre, venezuelano, era secretário da CEPAL encarregado da divisão de desenvolvimento econômico, a qual deixou em 1958 para se tornar ministro da fazenda de seu país. Maiores detalhes biográficos disponíveis em <<<http://www.cepal.org/es/equipo/jose-antonio-mayobre>>>

para a delimitação dos setores chave para se programar a substituição de importações e economia de divisas.

Os registros da réplica de Gudin à exposição de Mayobre exaltam sua posição contrária ao planejamento, favorável ao desenvolvimento econômico autônomo, e centrada no aumento da produtividade, dada a falta de material humano (GUDIN 1961a, p.44-47). A respeito da autonomia do desenvolvimento econômico, fato que dispensava a execução de planos, Gudin retoma o argumento produzido a partir das conferências de Viner em 1952 e reproduzido em um de seus célebres artigos “O caso das nações subdesenvolvidas” (GUDIN 1952a). Naquela ocasião de suas conferências internacionais, Jacob Viner (1952a e 1952f) equacionou o problema do desenvolvimento, preservando o funcionamento das vantagens comparativas, levando-o a privilegiar fatores demográficos e a exploração de fatores geográficos em sua delimitação do problema do desenvolvimento, o qual definia como crescimento acelerado. Gudin absorveu estas ideias já em seu texto de 1952 e as reutilizou em 1957 para questionar a necessidade da intervenção proposta pela Cepal.

Ainda em sua réplica a Mayobre, Gudin novamente utiliza o argumento de Boulding (1955) para desqualificar a utilização de projeções como subsídio à realização do planejamento econômico, isto é, a metodologia da Cepal destinada a programação (GUDIN 1961a, p.46). Observa-se, assim, embora em um ambiente mais próximo da academia, uma grande semelhança entre as respostas de Gudin a Mayobre, em 1957, e a Prebisch em 1953. Ambas partilhavam, por exemplo, da crítica a utilização de projeções macroeconômicas para pautar e justificar o planejamento.

A participação de Nurkse no congresso consistiu em uma longa exposição a respeito da utilização de uma estratégia do tipo “*balanced growth*”¹⁶ para o desenvolvimento dos países pobres, como os da América Latina (NURKSE 1961). Inclusive, Nurkse, que desde o princípio afirma reconhecer a validade do princípio das vantagens comparativas (NURKSE 1961, pp. 234-235), aborda problemas

16 De acordo com Nurkse (1961 p.249): “*The argument is concerned with establishing a pattern of mutually supporting investments over a minimum range of industries wide enough to overcome the frustration of isolated advance, precisely in order to create a forward momentum of growth. The factors determining the optimum pattern of diversification have to do with technology, physical conditions, and other circumstances that may vary from country to country*”

relativos ao balanço de pagamentos. Em especial, Nurkse endossou a perspectiva de Hicks (1953), na qual o inglês chamava atenção para a heterogeneidade do efeito de um aumento da produtividade sobre o comércio internacional e apresentou um raciocínio no qual o balanço de pagamentos transforma-se em um problema de ajustamento dos termos de troca de longo prazo.

Nesse sentido, Nurkse expande a lógica de Hicks ao longo prazo, discutindo como alterações na demanda internacional podem afetar a mobilidade de fatores de produção doméstica. O ajuste via termos de troca e preços consistiria no processo pelo qual o comércio internacional proveria o crescimento econômico (NURKSE 1961, p.243-244). Nurkse o fez com o intuito de mostrar que existe uma justificativa teórica para o funcionamento do mecanismo de preços – ainda que, na prática, o ajustamento se processe lentamente devido à disparidade do nível de renda entre os países segundo seu próprio argumento. Justificava-se, portanto, a adoção de uma estratégia do tipo “*balanced growth*” para impulsionar o desenvolvimento de regiões como a América Latina.

Ainda sobre o balanço de pagamentos, Nurkse (1961, p.257) trabalhou teoricamente tanto os problemas que podem surgir a partir da expansão do mercado doméstico, quanto questões relacionadas a pressões inflacionárias e o desequilíbrio do balanço de pagamentos. A respeito do último, um tópico não aprofundado em sua exposição, Nurkse resumia o problema como

It is excess spending associated with inflation that creates balance of payments disequilibria [...] And inflation is generally due [...] the difficulty which the poorer countries gave in living with their means, when there is so much investment to be done (NURKSE 1961, p.263).

Gudin segmenta seus comentários a Nurkse em torno de dois tópicos. O primeiro a respeito das mudanças do comércio internacional, o qual se diz estar de acordo com tudo que Nurkse expôs (GUDIN 1961b, p.267). Sua única ressalva é que nem sempre a América Latina tiraria proveito de todas as possibilidades de suas atividades exportadoras. A respeito da proposta de Nurkse, Gudín a qualifica como sendo do tipo “*big-push*”, sem maiores esclarecimentos, e posiciona-se contrário à mesma (GUDIN 1961b, p.268). Justifica sua posição com base em outro argumento de Viner (1958), o qual restringe a eficiência deste tipo de estratégias que pautam a expansão industrial a partir da existência de um mercado inadequado (GUDIN

1961b, p.268). Tal estratégia, nesta perspectiva introduzida por Viner (1958)¹⁷, não terá eficiência caso a expansão industrial possa ser caracterizada como um dentre os três casos enunciados por Gudin que resumem a questão: “(a) *is cost-reducing instead of output-expanding; (b) is import substituting; (c) is for production for export; or (d) is some combination of these.*” (GUDIN 1963, p.268).

Não obstante, Gudin ratifica a explicação de Nurkse a respeito do balanço de pagamentos e a inflação, sem entrar em maiores detalhes teóricos (GUDIN 1961b, p.269). Conforme comentado por Boianovsky (2012, p.296), o argumento apresentado por Nurkse (1961, p.262) endossava, em última instância, a noção do desequilíbrio do balanço de pagamentos introduzido por David Hume, de que os diferentes ritmos de expansão monetária dos países causavam tanto a inflação como o desequilíbrio do balanço de pagamentos. Ainda segundo Boianovsky (2012, p.296) a noção foi revivida neste debate primeiramente por Lionel Robbins em 1957 através de sua participação no livro em homenagem a Eugênio Gudin, *Contribuições à Análise do desenvolvimento Econômico*. É através do comentário positivo de Nurkse a esse manuscrito de Robbins que a ligação destas ideias se estabelece (BOIANOVSKY 2012, p.296).

Em resumo, tanto em sua participação no congresso da AEI, quanto na discussão com Prebisch em 1953 e até mesmo na controvérsia com Simonsen em 1945, Gudin mantém suas ideias articuladas segundo uma lógica pertencente a um mesmo conjunto de ideias – especialmente as vantagens comparativas, importância da produtividade agrícola e contestação ao planejamento, introduzidos em 1945. Evidentemente, ocorrem refinamentos na sustentação de seus princípios através de uma justificativa acadêmica mais sofisticada aos mesmos. Este processo observa-se, por exemplo, pela mudança nas referências, justificativas, acadêmicas apresentadas por Gudin a seus argumentos.

Os materiais de arquivos também fornecem conteúdo a respeito da participação de Gudin no encontro da AEI de 1957. Como a chamada publicada na Revista Brasileira de Economia em 1957 indica, Viner havia sido convidado para

¹⁷ Embora a publicado somente em 1958, Gudin fazia referência a participação de Viner no congresso da Associação Econômica Internacional ocorrido em Istambul no ano 1955. Conforme evidenciado em sua correspondência com Viner, Gudin teve acesso ao texto em primeira mão, pois participou do congresso, no qual encontrou-se tanto com Viner e Haberler (Gudin para Viner, 16 de Agosto, 1955).

participar do encontro. Em sua mesa, também havia sido programada a presença de Prebisch. No entanto, como confirmado pelas cartas, ambos os autores cancelaram sua participação devido a questões pessoais. Inclusive, Nurkse foi convidado para substituir Viner (Gudin para Viner, 15 de Julho, 1957).

O material de arquivo também oferece um relato extenso de Gudin a Viner sobre o congresso. Gudin elenca os trabalhos de Haberler, Wallich e Nurkse como os melhores do congresso, inclusive mandando-os a Viner junto de seus comentários sobre Nurkse. Gudin relatou algumas discussões específicas do congresso a Viner. Destacou a Viner a discussão sobre os efeitos da substituição de importações sobre o balanço de pagamentos. Gudin relatara ter conduzido uma discussão teórica para melhor compreender o mecanismo de ajuste internacional de preços e seu impacto sobre a distribuição dos fatores de produção domésticos, uma questão até então não muito bem compreendida pelo economista brasileiro conforme sua correspondência sugere. Nurkse o teria feito melhor compreender como se processava, teoricamente, a mobilidade dos fatores de produção quando ocorriam substituições de importações entre os setores de consumo e produção:

[...] in full employment case and absence of inflation, the factors of production set free by the reduction of consumption (replace by imports in the shift of investment) should be made use of either for additional exports or for imports substitutes. (Gudin para Viner, 3 de Setembro, 1957)

Gudin também relatou ter defendido, sem especificar em qual momento, a “*Vinerian View*” a respeito das discussões envolvendo o diagnóstico de desemprego disfarçado para as economias latino-americanas. (Gudin para Viner, 3 de setembro 1957). Dentro da obra de Gudin, a discussão do desemprego disfarçado surgiu como parte de sua posição no debate a respeito do desenvolvimento econômico. Suas contribuições mais precisas sobre o tema surgiram após a divulgação dos trabalhos da Cepal e seus desdobramentos durante a década de 50 através da Revista Brasileira de Economia e da terceira edição dos *Princípios de Economia Monetária*. Portanto, são caras as suas discussões estritamente acadêmicas e reforçam o argumento de que o autor sujeitou um processo de sofisticação acadêmica a seus argumentos ao longo da carreira após o debate com Simonsen em 1945.

Não obstante, quanto ao desemprego disfarçado, Gudin rejeitava sua ocorrência para o caso brasileiro, conforme mostram suas correspondências com Viner e especialmente seus textos publicados na Revista Brasileira de economia na década de 50. Isto é, Gudin (1952a, 1954, 1956) descartava a ocorrência do caso clássico do desemprego disfarçado para o Brasil tal qual como descrito por Joan Robinson¹⁸, pois considerava que o problema consistia na baixa produtividade acompanhada do desemprego sazonal dos períodos de seca do nordeste. Gudin identificava-se com tamanha propriedade com as considerações de Jacob Viner sobre o assunto ao ponto de cunhar a expressão “*Vinerian View of employment*”, conforme podemos ver na correspondência seguida a seguir:

[...] it does not make sense, except under a non-economic motivation and that it should not be confused with: a) low productivity, as in Brazil, b) the existence of an excess army of unskilled labor subject to intermittent unemployment (undisguised); c) unproductive people created by inflation (brokers, intermediaries, extra bank clerks, hairdressers night-clubs etc.).
(Gudin para Viner, 3 de Setembro, 1957).

Adicionalmente, as correspondências também trazem um relato sobre a discussão do efeito, para os países subdesenvolvidos, de um aumento na produtividade dos Estados Unidos ser incorporado através de um ajuste nos salários em vez de uma redução dos preços. Fica implícito que o tópico diz respeito diretamente à tese de Prebisch-Singer a respeito da deterioração dos termos de troca. Como relata Gudin, de acordo com seu entendimento, no longo prazo as taxas de câmbio tendem a se ajustar (assim como Nurkse havia defendido no evento), de modo que os termos de trocas se ajustam no longo prazo a partir do sistema de preços. É o que Nurkse havia defendido como uma extensão da abordagem de Hicks do curto prazo para o longo prazo. Nota-se, por sinal, um relato inseguro de Gudin a Viner durante certa discussão na conferência, na qual defendeu que na ausência de inflação o equilíbrio das taxas de câmbio asseguraria o mecanismo de transferência internacional. Na correspondência Gudin mostra-se receoso, “*maybe without your approval*”, quanto à aprovação de Viner a respeito dos alicerces teóricos de sua argumentação (Gudin para Viner, 3 de Setembro, 1957).

¹⁸ Gudin negava a concepção de desemprego disfarçado em seu sentido clássico cunhado por Joan Robinson, conforme deixa explícito em seu livro texto ao dirigir-se diretamente às obras “*Essays in the Theory of Employment*” (1936) e “*Introduction to The Theory Of employment*” (1937) (GUDIN 1952a, p.229). Ou seja, Gudin negava o diagnóstico de que existiam empregados com produtividade marginal nula em uma situação de subemprego ou desemprego. Afinal, desde sua discussão com Simonsen, argumentava na contramão de que existia hiperemprego.

Por último, Gudin comentou a realização de uma discussão paralela ao congresso sobre um recente livro de Don Patinkin. A respeito do tema, Gudin e Howard Ellis teriam apresentado diferentes leituras a respeito do livro. Inclusive, Gudin relata ter enviado em anexo uma cópia de seu material a quanto ao livro, a qual, segundo ele, contava com alterações sugeridas por Viner (Gudin para Viner, 3 de Setembro, 1957).¹⁹

A resposta de Viner a Gudin quanto ao conteúdo do congresso foi realizada na data de 30 de Setembro. Viner se mostrou de acordo com os argumentos teóricos discutidos por Gudin a respeito das pressões no balanço de pagamentos originadas pela substituição de importações e os distintos desdobramentos possíveis a partir do ajuste de preços nos Estados Unidos (Viner para Gudin, 30 de Setembro, 1957).

Os pontos levantados até aqui são: a coesão das três discussões de Gudin e suas interações com Viner após o congresso. Eles dimensionam, por exemplo, a importância que o próprio Gudin atribuía a Viner em seus posicionamentos. Sobretudo quanto à questão do emprego, cuja caracterização de Gudin a respeito da “Vinerian View” sobre desemprego disfarçado auxilia na compreensão de seus diagnósticos para a economia brasileira discutida, por exemplo, com Simonsen e Nurkse. Os pontos também dimensionam o aprendizado de Gudin quando, por exemplo, mostram a absorção de novas ideias a partir de sua interação com Nurkse no congresso, principalmente por tratarem de temas aos quais Gudin já fazia referência desde sua discussão em 1945 com Simonsen.

¹⁹ Gudin e Viner se envolveram em uma longa troca de cartas a partir de um pedido de Gudin para que Viner revisasse e comentasse um de seus artigos referentes ao livro de Patinkin “Moeda, Preços e Juros”. O material de arquivo dispõe de 5 correspondências trocadas entre Gudin e Viner entre as datas de 17 de Abril e 21 de Junho de 1957. Em linhas gerais, os autores discordavam de pontos teóricos a respeito da macroeconomia e teoria econômica em geral. Contudo, como o teor da discussão foge aos objetivos desta dissertação, optou-se por não explorar o conteúdo das cartas em sua totalidade.

CAPÍTULO 2 – O PROCESSO DE SOFISTICAÇÃO ACADÊMICA DE EUGÊNIO GUDIN OBSERVADO ATRAVÉS DA DIREÇÃO DA REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA.

Este capítulo tem como objetivo explorar o processo de sofisticação acadêmica de Gudin através do conteúdo divulgado na Revista Brasileira de Economia durante a década de 50. As evidências mais concretas encontram-se disponíveis na série de três artigos publicados entre os anos de 1952 a 1956 no periódico, embebidos em um contexto altamente internacionalizado, no qual o desenvolvimento econômico era um tema intensamente debatido.

Enquanto editor do periódico e um dos responsáveis diretos por promover o debate através da Revista Brasileira de Economia, Gudin fora imerso em uma conjuntura diversa na qual enriqueceu seu arcabouço acadêmico. A experiência, ao colocá-lo em contato profissional direto com diversas referências internacionais, em nosso entendimento, o auxiliou a participar ativamente de um debate novo a nível internacional em um curto período de tempo. Vale ressaltar como o tema era inédito para o economista liberal, cujas incursões no tópico até 1950 orbitavam sua crítica ao protecionismo e à utilização do planejamento econômico. Por isso, discutir ativamente o desenvolvimento econômico, revigorado a partir dos argumentos cepalinos, simboliza uma sofisticação acadêmica não trivial.²⁰

Dessa forma, o capítulo desenvolve-se em dois sentidos. Primeiro, descrever a experiência de Gudin enquanto editor do periódico, destacando sua marca editorial de internacionalização. Esta última era fulcral, pois beneficiava seu conhecimento acadêmico de forma ampla. Abordamos a experiência tanto com uma contextualização das características do periódico na década de 50, como também pontuando aspectos específicos de um ciclo de nove conferências ocorrido entre os anos de 1947 a 1954.

Segundo, paralelo à realização destas conferências internacionais, exploramos a sofisticação de Gudin evidenciada pela tríade de artigos publicada no seu próprio periódico. A série de manuscritos representa tanto a participação do

²⁰ Como tratado na seção precedente a este capítulo, a interlocução de Gudin com tema era tamanha que o economista fora organizador do encontro anual na Associação Econômica Internacional em 1957, uma mesa redonda sobre o desenvolvimento econômico. Em certa medida, a experiência acadêmica de Gudin frente à Revista Brasileira de Economia forneceu subsídios aos feitos de 1957.

autor no debate sobre desenvolvimento econômico, quanto a sofisticação acadêmica do autor através do encadeamento da série de publicações sobre o tema recém-introduzido em seu arcabouço acadêmico.

Assim, a seção 2.1 se remete ao estilo editorial de Gudin. A seção 2.2 aborda a divulgação do ciclo de conferências internacionais realizadas no Rio de Janeiro a no período de 1947 a 1954. Na sequência, a seção 2.3 ocupa-se das publicações autorais de Gudin no periódico. Finalmente, a seção 2.4 provê algumas considerações finais sublinhando algumas contribuições dos materiais de arquivo.

2.1 A REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA EDITADA POR EUGÊNIO GUDIN: ESTILO EDITORIAL E INTERNACIONALIZAÇÃO.

A Revista Brasileira de Economia é o periódico econômico de cunho acadêmico mais antigo do Brasil e o segundo mais antigo da América Latina.²¹ Fundado em 1947, o acervo do periódico – 70 volumes com publicação trimestral desde 1948 – encontra-se totalmente à disposição no sitio eletrônico da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. Eugênio Gudin foi o primeiro editor do periódico, ocupando o cargo até 1960, quando passou a ser vice-diretor da Fundação Getúlio Vargas.

As considerações desta seção estão baseadas em dois levantamentos. O primeiro deles, focado no período que coincide com o ciclo ideológico do desenvolvimentismo e de autoria própria, no qual são contabilizados, através do registro das publicações, os principais autores de artigos científicos no periódico (isto é, excluídas resenhas, conferências e divulgação de estatísticas como as contas nacionais). O segundo levantamento, quantitativamente e qualitativamente mais exaustivo, refere-se àquele realizado e divulgado no número especial da Revista Brasileira de Economia na comemoração de seus 30 anos de existência em 1977. Este, por sua vez, é mais abrangente e trabalha em um intervalo no qual a influência

²¹ Informações obtidas através do sitio oficial do periódico <<[http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/Revista Brasileira de Economia](http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/Revista_Brasileira_de_Economia)>> acessado em 01/12/2016.

de Gudin não é exclusiva. Ambos os exercícios chegaram essencialmente aos mesmos resultados, as divergências só ocorrem aos recortes arbitrários distintos.

Durante o período no qual Gudin ocupava o cargo de editor, a Revista Brasileira de Economia publicava textos dos mais variados matizes, pois como editor, o liberal brasileiro nunca deixou de dar espaço até mesmo para os adversários intelectuais (SCALERCIO e ALMEIDA 2012, p.93; FURTADO 1997 V. I; FURTADO 2002). A publicação de três manuscritos atribuídos a Prebisch (1949, 1951, 1956), os manuscritos de Furtado (1950, 1952) e a publicação da conferência de Hans Singer (1950a, 1950b, 1950c) de 1950 ilustram a pluralidade editorial de Gudin.²²

Em 1977, a Revista Brasileira de Economia promoveu a realização de uma retrospectiva a respeito das contribuições originadas a partir do próprio periódico enfocando os sete seguintes campos: (1) desenvolvimento econômico, (2) economia internacional, (3) moeda e inflação, (4) finanças públicas, (5) o papel da agricultura no desenvolvimento brasileiro, (6) história econômica, e (7) recursos humanos e mercado de trabalho (KOGUT 1977; HADDAD 1977; LEMGRUBER 1977; WERNECK 1977; FENDT 1977; SILVA et al. 1977; NEHAUS 1977; SENNA 1977).

Silva et al. (1977) assinalaram o pioneirismo da Revista Brasileira de Economia para a profissão de economista no Brasil, pois ela consistia no primeiro periódico ligado a um centro de pesquisa latino-americano, além da Cepal, no contexto do pós-guerra. Durante o período de “criação e consolidação” do periódico (1947-1955), os autores da retrospectiva destacaram a paridade na participação de autores estrangeiros e autores nacionais (SILVA et al., 1977).²³ Gudin sabia que precisava internacionalizar o conhecimento econômico no Brasil, levando textos de autores de fronteira para a então diminuta audiência acadêmica da área no país.

Dessa forma, a Revista Brasileira de Economia apresentava um significativo grau de internacionalização graças ao trabalho de Eugênio Gudin. Por exemplo,

²² Não obstante, em 1954 um grupo de economistas liderados por Furtado, descontentes com o espaço editorial da Revista Brasileira de Economia, fundaram a associação para economistas heterodoxos *Clube de Economistas* junto da revista *Econômica Brasileira* (ANDRADA et al. 2015).

²³ O levantamento de SILVA et al. (1977) abrange o período de 1947 a 1977 e conta com medições bibliométricas, além da análise qualitativa, elaboradas a partir do índice remissivo da revista disponível na edição especial de maio de 1977. Vale destacar que o índice, assim como as análises derivadas, foram elaborados com base nos critérios da “*American Economic Association*” em voga à época.

durante seu período como editor (1947-1960), seus 132 colaboradores dividiam-se entre 76 nacionais e 56 estrangeiros (SILVA et al. 1977, tabela 3, p.571). Sobretudo, a análise bibliométrica de Silva et al. (1977) encontrou uma equivalência entre o número de autores brasileiros e internacionais para o período de 1947 a 1955, período que os analistas consideram o de consolidação da revista (SILVA et al. 1977, p. 570). Sem dúvida, Gudín empreendeu um esforço, através da Revista Brasileira de Economia, de internacionalização do conhecimento econômico no Brasil. Adicionalmente, nota-se a presença de resumos em línguas estrangeiras (inglês e francês) desde a primeira edição do periódico.

Sobre a profundidade das discussões teóricas, o levantamento de Silva et al. (1977, p.568) destaca duas marcas do período de 1947 a 1977. Primeiro, grosso modo, não havia discussões teóricas expressivas publicadas na Revista Brasileira de Economia (com exceção de textos oriundos de conferências internacionais promovidas no Brasil por Gudín). Segundo, os temas que predominaram, em ordem de importância, foram os seguintes: (1) desenvolvimento econômico, (2) comércio internacional, (3) estatísticas econômicas e (4) agricultura. No que diz respeito às conferências internacionais, os autores da retrospectiva destacaram como as mesmas, levadas a cabo na década de 50, influenciaram na respeitabilidade do periódico. Nas palavras de Silva et al. (1977, p.574): “foi através deste debate que a Revista Brasileira de Economia se firmou e praticamente monopolizou a publicação especializada da profissão no Brasil por mais de uma década”. O debate, como se referem os autores, englobava a realização de todas as conferências. Desta forma, a multiplicidade de visões nas conferências, as quais trabalhavam os temas predominantes do periódico – desenvolvimento econômico e comércio internacional – era o que conferia prestígio tanto ao periódico quanto ao debate.

O principal tema tratado pelas publicações do periódico, o desenvolvimento econômico, foi resumido por Kogut (1977) como sendo dividido entre dois subtemas: (1) a discussão a respeito da tese Prebisch-Singer e o crescimento equilibrado; e (2) o papel do Estado no processo de desenvolvimento. Kogut (1977, p. 609-611) destaca a unidade do pensamento crítico de Haberler, Viner, e Gudín à tese de Prebisch-Singer, especialmente sobre suas implicações para o crescimento e desenvolvimento das economias atrasadas. A respeito do crescimento equilibrado, Kogut (1977, p.612) apresenta a multiplicidade de visões originadas a partir da

conferência de Nurkse, em 1951, na qual o autor atribuiu à baixa produtividade dos países subdesenvolvidos a escassez de capital. Essa tese corroborava parcialmente os diagnósticos de Gudin para a economia brasileira, trabalhados em detalhe, por exemplo, no manuscrito “Produtividade” (1954).²⁴ A convergência de Gudin com as teses dos autores estrangeiros é uma testemunha importante do processo de sua sofisticação intelectual. Retomaremos esse assunto de modo mais específico adiante.

A título de observação, a interação de Gudin com as ideias assinaladas com a Cepal não se dera exclusivamente como editor do periódico. Historiadores como Toye e Toye (2003) e Dosman (2008) sugerem que Gudin foi um dos poucos a ter acesso à pesquisa desenvolvida por Prebisch antes da sua divulgação no próprio periódico. Isto é, em Novembro de 1947, Prebisch revelara para Gudin uma versão preliminar de sua interpretação para as economias latino-americanas. Ele estava, na realidade, informando a Gudin um resumo sobre seu programa de pesquisa, o qual, ainda implicitamente, já continha elementos da tese da deterioração dos termos de troca (TOYE e TOYE 2003, p. 444). Contudo, este e os demais contatos entre os autores, prévios à divulgação do argentino no Brasil, não proporcionam evidências concretas de que o economista brasileiro teria se valido das discussões com Prebisch para sofisticar seu arcabouço, ou mesmo influenciar o trabalho editorial do periódico.²⁵

No que concerne ao papel do Estado no desenvolvimento econômico, Kogut (1977, p.614) destaca como a Revista Brasileira de Economia manteve espaço para duas tendências opostas. Kogut (1977. p.614) ressalta a corrente na qual o próprio Gudin se inseria junto aos demais autores como Haberler, Ellis, Viner, Kaldor, e

²⁴ A atribuição da escassez de fatores de produção, dentre os quais o capital era incluso, à baixa produtividade das economias é uma das principais teses de Gudin para a o caso brasileiro também aplicada aos países da América Latina. A título de exemplo, a noção já estava presente em seu relatório “Rumos de Política Econômica” sendo desenvolvida posteriormente. A nível acadêmico, já se observa a ideia com a participação do autor no Primeiro Congresso Brasileiro de Economia em 1943, no manuscrito de 1952 “O caso das nações subdesenvolvidas”, em 1954 e discutido no capítulo VIII do segundo volume de seu livro texto a partir de 1952.

²⁵ Nossa consulta às fontes primárias, mencionadas pelos historiadores, indicou que Prebisch e Gudin tiveram um contato razoavelmente intenso em 1947 evidenciado em suas 17 correspondências. O que se observa é que Gudin mais colecionara tentativas frustradas de interagir profissionalmente com Prebisch do que qualquer interação de fato profícua. Por exemplo, o argentino recusara o convite de Gudin para colaborar com a primeira edição da Revista Brasileira de Economia em 1947. Igualmente, não pode atender ao convite para assessorar a criação da Superintendência da Moeda e do Crédito junto a Haberler em 1947 (Gudin para Prebisch, 2 de julho, 1947; Gudin para Prebisch, 21 de agosto, 1947).

Octávio Bulhões. Kogut (1977, p. 615-620) descreve como todos estes autores defendiam, em diferentes graus e formas, a ineficiência do planejamento como impulsionador do desenvolvimento. O outro grupo de autores a defender o oposto, ou seja, que o planejamento poderia servir de instrumento à promoção do desenvolvimento econômico, era composto por autores como Hans Singer, Ragnar Nurkse, Celso Furtado e Arthur Burns (KOGUT 1977, p.615). Ainda conforme a retrospectiva histórica mencionada, o grupo notadamente heterogêneo formava uma coalisão que de modo geral oferecia argumentos favoráveis à intervenção do Estado na promoção do desenvolvimento econômico devido a falha do sistema de preços em guiar o processo.

Sobre o comércio internacional, o levantamento feito por Haddad (1977, p.671) releva a distribuição do tema sobre os seguintes tópicos: teoria das vantagens comparativas, política comercial e política cambial. Obviamente, o assunto das vantagens comparativas intersecta-se com a discussão da tese de Prebisch-Singer. Haddad (1977, p.671) destaca o papel desempenhado pela Revista Brasileira de Economia no ensino da economia internacional, especialmente na década de 50. Para Haddad (1977, p.673) a publicação das conferências de Viner, Robbins e Haberler, somadas aos trabalhos de Bernstein (1956), Campos (1950), Gudin e Kingston (1949), Haberler (1948, 1952, 1965, 1966), Hansen (1949), Kafuri (1947) e Senna (1974) contribuíram para preencher uma lacuna do ensino do comércio internacional no país. Contudo, os desenvolvimentos mais recentes do campo, por exemplo, trabalhos ligados a Paul Samuelson e James Meade da mesma década (BACKHOUSE 1985), fizeram-se ausentes.

Quanto à substituição de importações, Haddad (1977, p.674-675) delinea dois ciclos de debate a respeito do tema. O primeiro, relevante para o nosso recorte, deu-se logo após a divulgação dos trabalhos de Singer (1950) e Prebisch (1949), com os comentários realizados por Viner em suas conferências de 1950, seguidos das críticas de Nurkse (1951), Baldwin (1952), Viner (1953), Gudin (1959) e Haberler (1959). O fio condutor deste conjunto de críticas divulgado no periódico consistia na negação do desequilíbrio externo tal qual advogado pela Cepal e a defesa, em última instância, da validade do princípio das vantagens comparativas.

Haddad (1977, p.675) destaca como o argumento apresentado por Nurkse (1951), quanto à ineficácia de se incrementar o investimento doméstico através da importação de bens de capital, só foi enfatizado por Gudin (1959) anos depois. Conforme mostramos no capítulo 1, a partir das correspondências de Viner e Nurkse, existem indícios de que a experiência do congresso da Associação Econômica Internacional, em 1957, proporcionou um melhor entendimento para Gudin a respeito dos argumentos de Nurkse, a ponto de adotá-los parcialmente anos depois. A corroboração é parcial, pois Gudin não endossava as prescrições de política econômica de Nurkse, ao passo que concordava com suas interpretações para o problema do balanço de pagamento e críticas à substituição de importações, objeto da apropriação de Gudin em 1959.

A criação de um periódico, em si mesma, já revela como Gudin pretendia instalar uma discussão mais qualificada sobre economia no país. Além disso, a publicação de autores estrangeiros que estavam nos centros de ponta, em especial dos Estados Unidos, demonstra como o liberal brasileiro tentava promover o progresso da compreensão da economia no Brasil em direção à fronteira contemporânea dessa ciência.

Na sequência, exploramos o contato de Gudin estabelecido com parte dos colaboradores internacionais da Revista Brasileira de Economia, buscando explicitar como isso foi parte do processo de sofisticação intelectual do economista. Encontramos correspondências com Gottfried Haberler, Jacob Viner, Nicholas Kaldor, Ragnar Nurkse, Lionel Robins e Edward Bernstein. Dentre esses autores, para o período da Revista Brasileira de Economia que analisamos acima, a correspondência relevante foi a trocada com Jacob Viner.

2.2 GUDIN ENQUANTO ORGANIZADOR E DIVULGADOR DA SEQUÊNCIA DE CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS (1947-1954) ATRAVÉS DA REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA.²⁶

²⁶ A organização do Ciclo de Conferências é uma matéria de escassa literatura. Veja-se, por exemplo, a ausência de maiores detalhes a respeito do assunto até mesmo na biografia autorizada de Eugênio Gudin, organizador da maioria dos eventos.

O estilo editorial de Gudin de internacionalização do periódico também contemplou a divulgação de conferências internacionais organizadas pelo editor e divulgadas por meio do periódico. Entre 1947 e 1961, foram realizadas 14 conferências internacionais com a presença de 12 economistas estrangeiros, todas publicadas integralmente no periódico em português, com um breve resumo em inglês.²⁷ De modo geral, as conferências promoviam o avanço da disciplina no país ao colocar estudantes e profissionais em contato direto com membros de destaque da academia internacional. A título de exemplo da importância desse tipo de iniciativa, foi a partir destes eventos que ocorreram as discussões entre Celso Furtado e Ragnar Nurkse, as quais originaram desdobramentos profícuos segundo Boianovsky (2010, p. 223). Adicionalmente, as conferências preenchiam a lacuna de material teórico no conteúdo divulgado pela Revista Brasileira de Economia, notadamente de cunho aplicado.

Como no observado pela seção anterior, a retrospectiva de Silva et al. (1977) destaca como essas conferências, levadas a cabo na década de 50, influenciaram a respeitabilidade do periódico. Nas palavras de Silva et al. (1977, p.574): “foi através deste debate que a Revista Brasileira de Economia se firmou e praticamente monopolizou a publicação especializada da profissão no Brasil por mais de uma década” (ver página 35 desta dissertação).

Consideremos dois fatores relacionados ao valor histórico das conferências, o primeiro relacionado ao contexto dos anos 1950, o segundo, relativo à própria Revista Brasileira de Economia. Primeiro, como destacam Silva et al. (1977), a profissão de economista no país encontrava-se em um estágio embrionário. Vale mencionar que, no Brasil, a disciplina havia surgido efetivamente como profissão de nível superior havia menos de 10 anos, inclusive com a participação direta de Gudin e Haberler.²⁸ Segundo, conforme indicado pelo levantamento de Silva et al. (1977), as conferências preenchiam uma lacuna na literatura nacional sobre teoria econômica. Conforme apontam, além do estágio precoce do ensino, apenas uma

²⁷ Uma lista exaustiva das conferências organizadas por Gudin e Publicadas na Revista Brasileira de Economia compreende: HABERLER 1947; SINGER 1950a, 1950b, 1950c, 1950d, 1950e; VINER 1951a, 1951b, 1951c, 1951d, 1951e, 1951f; NURKSE 1951a, 1951b, 1951c, 1951d, 1951e, 1951f; BERNSTEIN 1952; BARRERE 1953; BURNS 1953; BOULDING 1954a, 1954b, 1954c, 1954d, 1954f; ROBBINS 1954a, 1954b, 1954c, 1954d, 1954e, 1954f; KALDOR 1957a, 1957b, 1957c, 1957d, 1957e; HABERLER 1959; HIGGINS 1961; NORTH 1961.

²⁸ Ver também SCALERCIO & ALMEIDA 2012, capítulo 8 e CHACEL 1979.

ínfima parcela das publicações da Revista Brasileira de Economia, por exemplo, dedicava-se a temas propriamente teóricos. As conferências com economistas que trabalhavam no desenvolvimento da fronteira da ciência vinham suprir essa falta. Segundo Silva et al. (1977), o ciclo de conferências ocorrido entre 1950 e 1954 consistiu em um marco histórico do periódico, pois promovia o debate entre as ideias cepalinas e as visões distintas, estas últimas majoritariamente de economistas norte-americanos de ponta. Ao mesmo tempo, o ciclo constituiu a iniciativa de maior repercussão do periódico em seus primeiros trinta anos de história.

Por isso, dentro da proposta desta dissertação, opta-se por buscar maiores detalhes a respeito de um subconjunto de conferências realizadas entre 1947 a 1954. Dentro disso, trataremos das conferências relativas ao comércio internacional mais próximas à discussão do livre-cambismo, posição identificada com a de Gudin (BIELSCHOWSKY 2000, 2001). Portanto, restringe-se a discussão às conferências de Haberler (1947), Viner (1950), Nurkse (1951) e Robbins (1954).

Quanto às conferências estritamente pertencentes ao relevante ciclo de 1950-1954 destacado por Silva et al. (1977), existem congruências entre as conferências de Viner, Nurkse e Robbins, as quais justificam sua proeminência como grupo. Com apresentações singulares, as três conferências foram as únicas do ciclo a abordar, simultaneamente, questões relativas a: política comercial, desequilíbrio do balanço de pagamentos e as interações entre comércio, inflação e planejamento econômico (NURKSE 1951a, 1951b; ROBBINS 1954a, 1954b, 1954c, 1954d; VINER 1951a, 1951b, 1951c, 1951d).

Por mais heterogêneas que as conferências fossem, observa-se uma convergência de conteúdo em três pontos essenciais. Primeiro, a inflação como causa do desequilíbrio persistente do balanço de pagamentos (NURKSE 1951a, p.56-57; ROBBINS 1954a, p.16-18; VINER 1951, p.49-51). Segundo, a relação entre inflação e restrições sobre o comércio internacional devido ao estabelecimento de políticas orientadas ao desenvolvimento, as quais impactavam o mecanismo de ajuste da taxa de câmbio (NURKSE 1951b, p.150; ROBBINS 1954d, p.198; VINER 1951b, p.113; 1951c, p.151). Terceiro, a concepção de que existia de fato uma tendência natural ao equilíbrio do balanço de pagamentos (NURKSE 1951a, p.57, ROBBINS 1954b, VINER 1951b). Percebe-se, portanto, como o conteúdo encaixava-

se dentro dos temas mais divulgados pelo periódico ao se relacionar aos tópicos do desenvolvimento econômico e comércio internacional.

Com efeito, o subgrupo talvez seja o de maior repercussão internacional dentre as conferências divulgadas pela Revista Brasileira de Economia. As conferências de Viner e Nurkse originaram respectivamente seus livros: *“International trade and economic development: lectures delivered at the National University of Brazil”* e *“Problems of capital formation in undeveloped countries”* (ver também SCALERCIO e ALMEIDA 2012, p.93). Inclusive, os livros contaram com reconhecida repercussão internacional pela literatura da história do pensamento econômico (FINDLAY 1973, p.131; PERROTA 2016, OMAN e WIGNARAJA 1991, p.9).

Ainda assim, a palestra de Haberler ocorrida em 1947 permanece de extrema importância para o ciclo de conferências ocorrido entre 1950 a 1954. Haberler, junto a Maurice Byé²⁹, foram autores entre os primeiros contatos internacionais de Gudin, especialmente com a academia americana³⁰.

A relação entre as conferências de Haberler e Viner é de especial importância. Conforme Gudin informou em correspondência a Viner, devido à experiência da palestra de Haberler, as conferências passaram a ser publicadas individualmente e em um número “especial” do periódico, para que se obtivesse maior visibilidade (Gudin para Viner, 2 de Agosto, 1951). Isso traduz sobremaneira como o objetivo de Gudin era o de espalhar as ideias dos grandes economistas estrangeiros entre o público brasileiro.

²⁹ Maurice Byé era um acadêmico francês professor de economia política da universidade de Toulouse em 1936 antes de lecionar em Paris a partir de 1948, quando por sinal orienta a tese de doutorado de Celso Furtado. Byé também esteve no Brasil em 1939. Foi um membro do grupo de intelectuais franceses católicos presentes na fundação da Universidade do Rio de Janeiro, depois transformada na Universidade do Brasil (PAULA 2002, p.150). A instituição era a mesma na qual Gudin assumira a cadeira de Moeda e Crédito em 1938, um ano antes da sua visita ao Brasil. Outra aparição relevante de Byé nesse contexto fora com seu prefácio à primeira edição dos *Princípios de Economia Monetária* e participando do congresso da AEI ocorrido em 1957 tratado no primeiro capítulo.

³⁰ Ambos os acadêmicos assessoraram Gudin em 1940 durante sua visita aos Estados Unidos para a formulação da reforma do ensino de economia no Brasil, apresentada em 1941 e acatada parcialmente em 1945 (SCALERCIO e ALMEIDA 2012, p.76).

2.2.1 Primeiros contatos com a academia americana e a primeira conferência de Haberler.

Coube a Haberler apresentar o primeiro ciclo de conferências organizado por Gudin e divulgado pela Revista Brasileira de Economia. Realizado em 1947, o ciclo teve o título de “Haverá depressão nos Estados Unidos?” Diferentemente do que ocorreu com as demais conferências, somente a primeira conferência das seis ministradas por Haberler foi publicada através da Revista Brasileira de Economia. O conteúdo completo das conferências ficou restrito a uma coletânea editada pela Fundação Getúlio Vargas, denominada “Problemas de Conjuntura e de Política Econômica”. Esta configuração conferiu menor visibilidade ao conteúdo, levando à troca de formato posteriormente: após a palestra de Haberler, todas as demais 13 conferências passaram a ser publicadas integralmente na Revista Brasileira de Economia a fim de se prover maior visibilidade.

Na ocasião de sua primeira conferência (1947), Haberler discutiu temas caros ao contexto do final da década de 40, como a possibilidade de uma nova depressão nos Estados Unidos e a inserção internacional da Rússia e da América Latina. Não se observa uma preocupação em apresentar temas relacionados à teoria do comércio internacional ou ciclos econômicos. Conforme evidenciado pelas correspondências entre Gudin e Prebisch, as conferências de Haberler consistiram em um subproduto de sua estadia de três meses para assessorar Gudin no projeto de criação de um Banco Central brasileiro (Gudin para Prebisch, 2 de Julho, 1947).

Durante o debate promovido pela Revista Brasileira de Economia ao longo de toda década de 50, Haberler dedicou-se a uma interlocução mais profunda.³¹ Interagiu com as ideias provenientes das análises de Prebisch em diversas ocasiões, por exemplo, por meio de conferências (HABERLER 1959), e de artigos publicados na Revista Brasileira de Economia (1949, 1952, 1965, 1966). Sua postura geral era defender a posição liberal dos ataques advindos dos teóricos do desenvolvimento cepalinos, especialmente das teses de Prebisch. A preocupação de Haberler em discutir com Prebisch se insere na repercussão internacional do

³¹ De acordo com o já mencionado levantamento de Silva et al. (1977, p.582) Haberler fora o maior contribuinte do periódico entre 1947 e 1976. O *scholar* publicou 11 artigos no periódico brasileiro neste período de tempo, colocando-a a frente de economistas brasileiros ligados ao Instituto Brasileiro de Economia como Julian Magalhães Chacel e Alexandre Kafka.

trabalho do argentino (DOSMAN 2008), cuja dimensão foi à época comentada por Baer (1962) e Flanders (1964).

Sobretudo, Haddad (1970, p.675) destaca como Haberler, além de ser um dos maiores contribuintes para a divulgação da teoria do comércio internacional através da Revista Brasileira de Economia nos anos 1950, foi o crítico mais abrangente de Prebisch. Haddad (1970, p.675-676) sublinha como Haberler, em comparação aos demais críticos, insistia na impossibilidade de se tirar conclusões a respeito do levantamento empírico do argumento Prebisch-Singer, devido ao seu caráter controverso.

2.2.2 As conferências de Jacob Viner.

As conferências ministradas por Viner em 1950 consistiram em um marco para o debate veiculado através da Revista Brasileira de Economia a respeito do comércio internacional e desenvolvimento econômico, demarcando tanto seu começo quanto a sequência de oito conferências de destaque da década de 50.³² Em especial, a palestra de Viner é reconhecidamente uma das primeiras contestações à tese Prebisch-Singer da deterioração dos termos de troca da década de 50 (DOSMAN 2008, PERROTA 2016, OMAN e WIGNARAJA 1991).

Conforme as correspondências indicam, Jacob Viner e Eugênio Gudín tiveram seu primeiro contato em um jantar realizado na casa do professor Oskar Morgensten, em 1949. Gudín fora introduzido a Viner por Haberler, seu anfitrião nos Estados Unidos à época (Gudin para Viner, 28 de Setembro, 1949).

As correspondências indicam que desde seu primeiro encontro, Gudín já havia feito um convite informal para que Viner ministrasse uma série de conferências no Brasil, sendo o convite oficial realizado na data em setembro de 1949. A boa experiência com Haberler no Brasil foi citada por Gudín para convencer Viner a ministrar as conferências (Gudin para Viner, 28 de Setembro 1949).

Jacob Viner e Gottfried Haberler inclusive trocam correspondências sobre o assunto. Ao ser indagado por Viner, Haberler descreve sua boa experiência brasileira graças a Gudín. Entretanto, Haberler faz um alerta ao colega quanto do

³² Veja-se, por exemplo, DA SILVA (1977), FURTADO (1985) e HADDAD (1977).

baixo conhecimento dos estudantes sobre inglês e economia. Mesmo assim, encoraja fortemente a visita graças à hospitalidade e ao bom nível de conhecimento econômico de Gudin, o qual é descrito junto a Bulhões como “[...] *certainly the best economists down there* [...]” (Haberler para Viner, 15 de Outubro, 1949).

O aceite oficial de Viner, realizado após a troca de correspondências com Haberler, não teve qualquer discussão a respeito do conteúdo a ser exposto, ou sequer menções ao conteúdo da tese Prebisch-Singer (Viner para Gudin, 15 de Outubro, 1949). Devido as reconhecidas críticas à tese cepalina introduzidas pelas palestras do *scholar* norte americano, era de se esperar que a tese pelo menos fosse mencionada nos primeiros preparativos da conferência. Porém, a menção só ocorre posteriormente conforme mostramos a seguir.

Prebisch passa a ser mencionado somente a partir do dia 26 de Outubro de 1949. Gudin informa que sua revista havia recentemente publicado o trabalho do economista argentino junto a um relatório da Cepal, cujo conteúdo Gudin atribui a Paul Singer. Após fazer boas considerações a respeito de Prebisch e seu trabalho, Gudin convida Viner a escrever um comentário a respeito do trabalho de Prebisch para serem publicados na edição de Dezembro daquele mesmo ano. Para isso, Gudin informa já ter providenciado as traduções e as estar enviando através de seu colega Otávio Bulhões (Gudin para Viner, 26 de Outubro, 1949).

Viner recebe parcialmente o material providenciado por Gudin somente na data de 17 de Novembro daquele mesmo ano. Porém, o relatório das Nações Unidas não fora entregue. Viner declarou que lia o artigo de Prebisch. Ainda assim, solicitou a Gudin mais informações antes de se decidir se faria ou não um comentário a ser publicado na Revista Brasileira de Economia (Viner para Gudin, 23 de Novembro, 1949). O desenrolar destes acontecimentos impossibilitou que Viner atendesse o primeiro pedido por comentários de Gudin ao trabalho de Prebisch.

Não obstante, em 23 de Janeiro de 1950, quatro meses após a palestra ter sido confirmada por Viner, Gudin realizou um segundo pedido por comentários às teses de Prebisch enquanto acordavam o conteúdo das seis conferências a serem ministradas por Viner no Rio de Janeiro (Gudin para Viner, 23 de Janeiro 1950).³³

³³ A seguir, uma transcrição do trecho no qual Gudin sugere os quatro temas às conferências de Viner:

“1 – *Recent developments in the theory of international trade. The contribution of the income approach and the foreign multiplier.* 2 – *Distribution of gains from trade. The trend of terms of trade as between industrialized and non-industrialized areas (with possible reference to view expressed in recent papers*

Com a provisão das versões traduzidas no tempo adequado, Viner concordou em comentar os trabalhos durante suas conferências (Gudin para Viner, 25 de janeiro, 1950). De toda forma, o conteúdo das conferências voltou a ser debatido e atualizado em 12 de Maio. Os temas referentes aos trabalhos de Prebisch e Singer são novamente mencionados, porém sem configurar nenhum pedido explícito por comentários críticos (Gudin para Viner, 12 de Maio, 1950). Com a atualização, percebe-se a inclusão de dois novos pontos, os quais faziam-se presentes na discussão suscitada por Prebisch no manuscrito de 1949.³⁴

Os pedidos de Gudin foram parcialmente atendidos por Viner. Ao final, as conferências dedicaram-se a: contextualizar a teoria clássica do comércio internacional, planejamento, política econômica (monetária, fiscal e comercial) e a economia do desenvolvimento. As conferências reservaram-se a tratar sobre aspectos mais teóricos dos tópicos, deixando as discussões empíricas em segundo plano, como viria a ser característico na sequência de conferências inaugurada por Viner e alimentada por Gudin até 1954 com a participação de sete outros membros da academia internacional.

Ainda assim, os materiais de arquivo e o produto final das conferências tornam forçoso afirmar que a tese de Prebisch foi o objeto central durante as conferências de Viner. Prebisch foi citado somente uma vez, quando Viner desqualifica seus argumentos alegando serem baseados em uma “dogmática identificação da agricultura com pobreza por leis naturais inerentes” (VINER 1951c, p. 97-98). Mesmo tendo conhecimento do texto original de Prebisch, de 1949, e do relatório das Nações Unidas (VINER 1951c, p. 95-96), a extensiva base empírica dos argumentos não foi mencionada em detalhes.

Em contrapartida, o tema do desenvolvimento econômico foi um tópico exaustivamente trabalhado durante as conferências, por exemplo, mencionado em todas – inclusive durante a última conferência, dedicada à discussão exclusiva do

by Singer and Prebisch) 3 – The theory of comparative costs and the problems of industrialization and development of new areas. 4 – Exchange devaluation and foreign trade. Theoretical and practical aspects of the devaluation of the pond.” (Gudin para Viner, 25 de Janeiro, 1950).

³⁴ A seguir uma atualização dos temas sugeridos por Gudin, com dois novos tópicos

“1 – Dollar shortage and its diagnosis. 2 – Terms of trade between industrialised and under-developed countries (dealt with in some recent issues of the Revista Brasileira de Economia by H.W Singer (ONU) and R. Prebisch. 3 – Industrialization of under-developed countries, generally, and in connection with disguised unemployment. 4 – International Commodity Agreements and their possible practical effects as anti-depression weapon. 5 – The Revival of Trade Restrictions and the future of I.T.O. 6 – Appraisal effects of recent devaluations on internal prices, terms of trade and exchange position of devaluation countries” (Gudin para Viner, 12 de Maio, 1950).

tema. É preciso destacar como Viner mantinha a discussão em termos teóricos e abstratos. Procurou desqualificar a tese de uma tendência secular à deterioração dos termos de troca, mas novamente sem se remeter aos dados empíricos. Vale notar que Viner, durante a conferência, confirma ter tido acesso aos documentos de Prebisch e Cepal (VINER 1951c, p. 31; ver também PERROTA, 2016, seção 3.3).

Os arquivos ainda ajudam a dimensionar a repercussão das conferências sobre Gudin. No mesmo ano após as conferências, Gudin admite a Viner ter encontrado inspiração em suas conferências para finalizar a edição do seu segundo volume (Gudin para Viner, 28 de Novembro, 1950).

2.2.3 As conferências de Ragnar Nurkse e Lionel Robbins.

As conferências de Nurkse (1951) e Robbins (1954) mantiveram acesa a importância do comércio internacional para o desenvolvimento durante a sequência de conferências. Ambas as conferências deram continuidade à discussão iniciada por Viner e ofereceram novas perspectivas sobre o problema do balanço de pagamentos. Longe de constituir uma defesa declarada e exclusiva do livre-cambismo, ambos os autores debateram o funcionamento teórico do mecanismo de ajustes internacionais, oferecendo distintos tipos de intervenção.

As conferências de Nurkse, como o título “Problemas da Formação de Capitais em Países Subdesenvolvidos”, centraram-se na relação do desenvolvimento econômico com a acumulação de capital, sem excluir discussões referentes ao comércio internacional.

Ainda sobre a exposição de Nurkse, observa-se a presença da discussão de temas relativos ao comércio internacional, com apresentação da teoria e discussão das ideias recentes à época em quatro das seis conferências. Do ponto de vista teórico sobre o balanço de pagamentos, Nurkse sustentou que uma explicação plausível para a existência de desequilíbrios persistentes no balanço de pagamentos era o fenômeno inflacionário (NURKSE 1951b, p.48). Em sua perspectiva, portanto, os desequilíbrios do balanço de pagamentos requeriam, em primeiro lugar, corrigir a inflação e distorções presentes na taxa de câmbio (NURKSE 1951b, p.48); contudo, conforme o objetivo geral das conferências de Nurkse, o comportamento do consumo consistia em um dos maiores empecilhos tanto à eliminação da inflação

quanto ao aumento da capacidade de importar bens de capital dos países em desenvolvimento (NURKSE 1951b).

As conferências divulgadas em 1954 provenientes das conferências de Lionel Robbins deram continuidade às questões relativas à escassez de dólares (uma questão também comentada por Viner e Nurkse) e às origens do desequilíbrio no balanço de pagamentos dos países. Tal qual Nurkse o fez em termos teóricos, Robbins (1954a, p.10) ressaltou a presença do fenômeno inflacionário para explicar o desequilíbrio persistente do balanço de pagamentos nos países subdesenvolvidos (ROBBINS 1954a, p.17-18). O tema tinha tamanha relevância que sua segunda conferência foi dedicada exclusivamente a discussão teórica quanto à origem da inflação e os mecanismos de estabilização (ROBBINS 1954b).

Adicionalmente, Robbins escolheu por abordar as questões relativas à taxa de câmbio isoladamente das questões monetárias. Foi o caso da terceira conferência, na qual Robbins contextualizou o livre-cambismo através de diversos modelos teóricos, sempre restringindo o caso do ajustamento automático a uma situação teórica frugal aos casos reais (ROBBINS 1954c).

As quatro conferências, conforme buscamos brevemente resumir, preservaram, de distintas formas e perspectivas, a ideia de que os ganhos através do comércio só são deturpados na presença de um fenômeno inflacionário de origem doméstica. Isto é, na perspectiva das quatro conferências, o comércio internacional consistia em um meio de promover crescimento e desenvolvimento.³⁵ Sobretudo, deixava-se subentendido que não se verificava, tal como preconizado por Prebisch (1949 e 1951) a possibilidade de uma fonte de desequilíbrio externa ao balanço de pagamentos. Em especial, estes quatro autores – Haberler, Viner, Nurkse e Robbins – proferiram argumentos atualizados do livre-cambismo, o qual até 1947 era defendido por Gudin ainda com base nos princípios de Taussig (1911, 1927).

Mais especificamente, a assimetria entre o pensamento de Taussig e os conferencistas, responsável por sofisticar o pensamento de Gudin, por exemplo, é que enquanto a teorização do primeiro ainda se produzia ao fim dos tempos áureos

³⁵ Vale ressaltar que apenas, dentre os quatro conferencistas, Nurkse era o único que se mostrava favorável à adoção de algum tipo de política para auxiliar o desenvolvimento da região.

do padrão outro, o segundo grupo já propunha justamente uma atualização para os princípios do câmbio-livre os quais careciam de novas justificativas após importantes marcos históricos como: a grande depressão de 1929, ruína do sistema monetário internacional tal qual concebido no padrão-ouro e, principalmente, dificuldades cambiais no contexto do pós-guerra. Não por acaso, estes eram os temas recorrentemente tratados por este grupo de conferencistas em tela especialmente a escassez de dólares no pós-guerra.

Nesse sentido, observa-se que este subgrupo dos ciclos de conferências, organizados e divulgados por Gudin, coaduna-se com alguns de seus princípios relativos à inflação e o desequilíbrio doméstico, tal qual como já destacado no capítulo 1 e sublinhado por Bielschowsky (2000, 2001). Isto não significa reduzir, de forma alguma, a rica e diversa experiência das 14 conferências à exposição de ideias favoráveis aos princípios de Gudin. Consiste, somente, na constatação de que um subgrupo do universo de conferências sustentava ideias compatíveis com aquelas defendidas por Gudin, porém com maior profundidade e com argumentos mais atualizados em relação àquilo apresentado pelo autor até a segunda edição do seu livro-texto *Princípios de Economia Monetária*, o qual sustentava os mesmos princípios ainda baseados em Taussig (1911, 1927).

Conforme será explorado exhaustivamente no capítulo 3, o economista brasileiro fora em alguma medida influenciado pela experiência do ciclo de conferências levando-o a uma atualização do conteúdo de seu livro-texto, o qual faz uso das palestras, reservado a apresentar e discutir as teorias do comércio internacional. Essa mesma atualização se manifestou através da sua tríade de artigos divulgada no próprio periódico em paralelo à realização das conferências, conforme exploramos a seguir.

2.3 GUDIN ENQUANTO AUTOR: A SOFISTICAÇÃO DE SEUS ARGUMENTOS ATRAVÉS DA TRÍADE DE 1952, 1954 E 1956.

Gudin utilizou o periódico inclusive como instrumento de propagação declarada de suas próprias ideias: o economista liberal guardava o posto de autor com o maior número de publicações nos primeiros trinta anos do periódico, tendo

publicado 16 artigos (SILVA ET AL. 1977, p.583). Adicionalmente, percebe-se como os anos entre a fundação do periódico (1947) até a década de 1960 concentraram quatorze das dezesseis publicações.³⁶

O momento de maior consistência da produção de Gudin divulgada através da Revista Brasileira de Economia foi o interregno de 1952 a 1956. Nestes seis anos, o autor produziu uma série de artigos bianuais com elevado grau de continuidade temática. Isto é, em paralelo ao principal processo de promoção das conferências internacionais, Gudin consistentemente abordou as mesmas questões em seus artigos: O caso das nações subdesenvolvidas (1952), Produtividade (1954) e Orientação e Programação do Desenvolvimento Econômico (1956).

A tríade representou a participação de Gudin no debate sobre o desenvolvimento econômico promovido pela Revista Brasileira de Economia. Sua posição era caracterizada fundamentalmente por: (1) identificar o comércio internacional como propulsor do crescimento, (2) defender o aumento da produtividade agrícola como condição essencial para o crescimento econômico genuíno, (3) contestar o protecionismo tarifário e denunciar seus efeitos deletérios sobre os demais setores da economia, (4) por consequência, opor-se às proposições que envolvessem a intervenção e planejamento econômico objetivando o desenvolvimento. Chamamos atenção como estes pontos chave da tríade de 1952-1956 também poderiam ser utilizados para descrever os esforços de Gudin descritos no primeiro capítulo em sua discussão com Simonsen, se não fosse pela sofisticação destes argumentos.

A seguir, a seção desenvolve este processo de sofisticação da argumentação de Gudin em nível acadêmico por meio de uma observação detalhada do conteúdo propriamente dito e acompanhada de sua intensa troca de correspondências com Jacob Viner durante o período.

2.3.1 O Caso das Nações Subdesenvolvidas (1952).

³⁶ Dados obtidos através da contagem, já mencionada anteriormente, confrontada com as análises disponíveis em Silva et al. (1977).

O ano de 1952 consistiu em uma data emblemática para o início dos esforços de Eugênio Gudín em se contrapor academicamente a ideias sustentadas por Prebisch e endossadas pelos Cepalinos. Por exemplo, até mesmo em seu livro-texto, Gudín (1952b, p. 258) comentou o argumento empírico de Prebisch para a tese da deterioração dos termos de troca: “a experiência parece demonstrar uma acentuada tendência para a piora, a longo prazo, da relação de troca desses países”. Inclusive, apresentou ainda no material didático a interpretação alternativa baseada na sua hipótese de hiperemprego e hiperinvestimento, na qual explicava a piora através da inflação doméstica (GUDÍN 1952b, p.258); porém sem muita ênfase, ou profundidade, devido às preocupações didáticas da obra.

No mesmo ano Gudín (1952a) divulgou ideias na Revista Brasileira de Economia com maior profundidade questionando tanto a validade teórica, como empírica da base de dados de Prebisch e suas implicações com base em outros estudos (ver também Bielschowsky 2001, p. 102, para uma interpretação distinta do episódio). A publicação desta réplica acompanhou a organização da terceira edição do sexto volume da Revista Brasileira de Economia inteiramente dedicada a discutir o trabalho de Prebisch, com exceção da publicação de um trabalho de Furtado. A publicação de Furtado junto ao conjunto de críticas demonstra, mais uma vez, o exercício da pluralidade de Gudín enquanto editor e seu interesse na promoção do debate.

Gudín respondeu diretamente às publicações de Prebisch em 1952, por meio do artigo “O caso das nações subdesenvolvidas”. Três eixos organizaram a réplica de Gudín: (1) defesa teórica da teorização tradicional, universal, questionada por Prebisch, (2) descrédito à evidência empírica apresentada para retratar a deterioração das trocas, e (3) algumas contribuições próprias.

Embora sem utilizar formalidades matemáticas, Gudín apoiou a teorização tradicional (abstrata e universal) confrontada por Prebisch. Seu primeiro argumento foi se mostrar incrédulo quanto à capacidade de medidas econômicas em influenciar a questão do progresso técnico (GUDÍN 1952b, p. 49). Em vez disso, a economia poderia somente influenciar no fenômeno marginalmente. Isso é uma consequência direta de sua visão a respeito do desenvolvimento econômico advinda das conferências de Viner ministradas dois anos antes (1952a e 1952f). Baseado integralmente na noção de Viner de que o desenvolvimento de uma nação (reduzido ao processo de rápido crescimento) dependia essencialmente em três elementos:

clima temperado, dotação inicial de fatores favorável e contingente populacional reduzido. Países que escapassem dessa demarcação estavam fadados a encarar a inércia que os privaria do desenvolvimento (GUDIN 1952b, p. 50).

Apoiado nas discussões de desenvolvimento, dotação inicial de fatores, localização geográfica e densidade populacional, Gudin introduz uma de suas declarações mais famosas com o intuito de desqualificar Prebisch: “Há nisso, ao meu ver, um evidente equívoco. Para usar de uma feliz expressão de um de nossos distintos colegas: as equações são as mesmas, apenas os parâmetros variam” (GUDIN 1952b, p. 53). A passagem representa a lógica de Gudin para o caso das nações subdesenvolvidas. Por exemplo, sua réplica a respeito do desequilíbrio fundamental das economias latino-americanas, diagnosticado por Prebisch, é realizada através da aplicação da Lei de Engel. Isto é, era uma questão de se investigar as elasticidades (parâmetros) da exportação e importação a fim de prevenir a superprodução de bens primários.³⁷ A investigação auxiliaria na correção do problema de inelasticidade na oferta dos produtos primários. Uma vez eliminado o problema, lograr-se-ia promover de maneira adequada a acumulação de capital e incrementar a produtividade sistêmica. Quanto à instabilidade, Gudin (1952b, p. 61) a qualificava como um infortúnio da realidade de economias exportadoras, sujeitas a efeitos amplificados do ciclo econômico reverberado tanto pela inelasticidade da oferta dos produtos primários, quanto pela sua dinâmica inflacionária (GUDIN 1952a, 1952b).³⁸

Além de Viner, Gudin fez uso de outros argumentos. Por exemplo, é o caso de autores como Collin Clark (que embasa a perspectiva de Gudin sobre a Lei de Engel e produtividade), Edward Bernstein e Robert E. Baldwin. Para questionar a validade dos dados, Gudin se remete ao artigo de Baldwin (1952) publicado na mesma edição da Revista Brasileira de Economia, no qual se encontram resultados divergentes dos de Prebisch com base no banco de dados da Liga das Nações.

³⁷ A utilização do argumento da Lei de Engel era uma posição característica dos monetaristas no debate sobre o desenvolvimento econômico na década de 50 e questões relativas à estabilização das economias latino-americanas, conforme aponta Boianovsky (2012). Era característico do grupo composto por Eugenio Gudin, Octávio Bulhões e Roberto de Oliveira Campos a apropriação do argumento da inelasticidade dos produtos primários e sua relação à vulnerabilidade inflacionária (BOIANOVSKY 2012, p.283).

³⁸ A questão da instabilidade sempre esteve presente, pelo menos ao caso brasileiro, no livro-texto de Gudin. Desde a primeira edição Gudin explorava as condições de instabilidade, primeiro, da questão cambial do Brasil, posteriormente reformulando suas ideias e aplicando-as à América Latina como um todo. Ver maiores detalhes no capítulo 3, especialmente as seções 3.3.1. e 3.3.3, em que descrevemos a sofisticação advinda do melhor entendimento dos impactos cíclicos.

Berstein, personalidade que também realizou conferências no Rio em 1951 e as teve publicadas na mesma edição do periódico, serviu a Gudin como fonte teórica para alegar a existência de uma estabilidade secular nos termos de troca.

Tanto em sua conferência de 1951 quanto em seu livro intitulado "*Money*", Berstein (1952) sustentou que se a produtividade aumentasse além dos salários, a inflação, ao elevar o nível geral de preços, corrigiria a relação produtividade-preços, afetando até mesmo a taxa de câmbio. Esta concepção justificaria a inexistência de uma tendência de longo prazo à piora dos termos de troca através do comércio por meio da dinâmica dos preços. Este entendimento deriva do conceito de Berstein de renda real, sustentando que o mecanismo de preços doméstico ou internacional, de fato, funciona, isto é, os ganhos de produtividade advindos do progresso técnico seriam de fato incorporados através da flutuação do nível geral de preços.

Adicionalmente, Gudin (1952b, p. 55), ainda baseado no artigo de Baldwin (1952), sustenta que a explicação dos choques e flutuações agudas do cenário internacional entre 1870 e 1930 são consequência de eventos não econômicos, como a Primeira Guerra e a Grande Depressão (evento de cunho político). A magnitude desses eventos, para o autor, torna impossível dimensionar na prática os impactos de eventos genuinamente econômicos que causem alguma deterioração de fato nos termos de troca. Portanto, não se pode trabalhar na perspectiva de falha sistêmica do sistema econômico.

Ao final do manuscrito, Gudin (1952b, p.66) apresenta seu diagnóstico, no qual aponta três barreiras ao desenvolvimento econômico sugerindo que a Cepal os observasse: (1) inflação, (2) nacionalismo que atrapalhasse o fluxo de capitais estrangeiros e (3) o excessivo nível de protecionismo a produtores ineficientes. Com efeito, essa agenda compunha o arcabouço de Gudin à questão brasileira, transplantados para a América Latina. Por exemplo, as mesmas ideias já estavam presentes em seu relatório "Rumos de Política Econômica". As recomendações consistem em uma amostragem da agenda defendida por Gudin, especialmente no tocante ao Estado, a qual ele intitulava "bandeira da produtividade" (GUDIN 1952b, p. 66).

Desta forma, apreende-se que a divergência acadêmica de Gudin com Prebisch aprofunda-se a partir do texto de 1952 da Revista Brasileira de Economia; enquanto a edição dos Princípios de Economia Monetária, publicado no mesmo ano, restringe-se a comentar, didaticamente, o argumento empírico da deterioração dos

termos de troca e sua tendência secular, mas já oferece uma versão reduzida dos argumentos presentes no artigo da Revista Brasileira de Economia.

2.3.2 Produtividade (1954).

O artigo “Produtividade” de Gudín consiste em uma de suas publicações de maior reconhecimento durante a década de 50 em meio ao ciclo de conferências divulgados pela Revista Brasileira de Economia. O artigo fora publicado na terceira edição do oitavo volume do periódico praticamente de forma exclusiva, pois o documento ocupou 61 das 92 páginas daquela edição. Junto ao artigo, publicou-se somente um comunicado oficial da Fundação Getúlio Vargas a respeito da morte do presidente Getúlio Vargas e um breve artigo de Yale Brozen. Vale mencionar que o contexto valorizava ainda mais a repercussão das publicações de Gudín, uma vez que havia recentemente assumido a pasta da fazenda a convite do novo presidente Café Filho.

O documento publicado por Gudín possuía um caráter eminentemente aplicado. Tratava-se de um estudo empírico a respeito da comparação entre a produtividade agrícola e industrial, uma grande lacuna em sua obra até então.³⁹ Gudín conecta a questão da produtividade e seu incremento a outros diversos problemas econômicos como, por exemplo, a questão dos salários (GUDIN 1954b, p.14-15), emprego e formação de capital (GUDIN 1954b, p.18), política monetária (GUDIN 1954b, p. 34) e comércio internacional (GUDIN 1954b, p.36). Inclusive, Gudín recuperou suas críticas a Manoilescu (GUDIN 1954b, p.22), pois associava suas teses ao aumento dos salários monetários sem a contrapartida do aumento da produtividade, devido ao protecionismo.

O problema essencial que Gudín atacou em 1954 foi a tríade da inflação, hiperemprego e baixa produtividade. No sistema de Gudín, todos os elementos

³⁹ Gudín (1954b, p.11) definia produtividade explicitamente em termos físicos (volume físico da produção/número de trabalhadores). Embora assumisse que fosse um problema de caráter técnico (GUDIN 1954, p.10); o economista explorou o que denominava aspectos econômicos da produtividade que recaíam sobre o problema “fundamental” dos salários: “Para que o salário se eleve é preciso que haja escassez de mão-de-obra em relação aos demais fatores da produção. É essa escassez que dá lugar à alta produtividade marginal da unidade de mão-de-obra. A substituição do fator trabalho pelo fator capital e vice-versa depende da produtividade e dos preços relativos dos dois fatores” (GUDIN 1954, p.13-15).

ligam-se à questão da produtividade, especialmente o inflacionário: “O aumento da produtividade é canalizado para os salários, mas o aumento dos salários não deve exceder à melhoria da produtividade, sem o que haveria inflação (6)” (GUDIN 1954, p.21).

Gudin já possuía, pelo menos implicitamente, a noção do conflito distributivo na origem do problema inflacionário, no qual os industrialistas provocavam surtos inflacionários devido a: (1) deslocamento artificial, devido a fatores como salários mais altos e surtos de construções urbanas, da mão de obra do campo para a indústria e (2) utilização das divisas obtidas no setor exportador para os investimentos industriais, os quais devido ao protecionismo proviam alterações monetárias sem a correspondente contrapartida do lado real da economia (GUDIN 1954b). Arquetava-se, portanto, na perspectiva de GuDin, o problema da inflação, hiperemprego e baixa produtividade, cujo último elemento era central no sentido de explicar todos os demais.

O contexto confere ao artigo um tom simbólico da agenda política de GuDin compromissada com a produtividade, algo que já havia defendido em diversas publicações anteriores (GUDIN [1945] 2010, p.105-119; GUDIN 1952, p. 65-66, ver também BIELSCHOWSKY 2001, p.93-94).

Os recursos de arquivo evidenciam que Jacob Viner providenciou um parecer de quatro páginas antes que GuDin divulgasse o artigo na Revista Brasileira de Economia. O parecer foi enviado na data de 23 de Agosto em 1954, 2 dias antes da posse oficial de GuDin como novo ministro da fazenda. Entretanto, o material de arquivo não contempla a carta na qual GuDin confirma o recebimento. O conteúdo da correspondência sugere que Viner já possuía o artigo fazia algum tempo, e faltava-lhe o tempo para fornecer seu parecer (Viner para GuDin, 23 de Agosto, 1954).

O parecer de Viner dirigiu-se a pequenas correções a respeito de conceptualizações imprecisas em sua perspectiva. Não obstante, o tom geral do parecer foi de concordância do início ao fim. Conseqüentemente, as alterações propostas por Viner não alterariam a mensagem do artigo, apenas questões pontuais como, por exemplo, a utilização da renda nacional como melhor *Proxy* para

o padrão de vida em relação ao produto por trabalhador (Viner para Gudín, 23 de Agosto, 1954).

Curiosamente, provavelmente devido à data de entrega, Gudín não realizou quaisquer alterações sugeridas por Viner. Observa-se que o artigo sobre o qual Viner realizou seus comentários é exatamente o mesmo publicado pela Revista Brasileira de Economia⁴⁰. Portanto, suas alterações não foram incorporadas. De toda forma, estes infortúnios não diminuem o valor do documento para a sofisticação acadêmica de Gudín, o qual passava a dispor de um parecer técnico detalhado de seu manuscrito, uma fonte incontestável de reflexão intelectual dada a proeminência de Jacob Viner enquanto renomado acadêmico.⁴¹

2.3.3 Orientação e Programação do Desenvolvimento Econômico (1956).

Em 1956, um ano após deixar o Ministério da Fazenda, Gudín publica o artigo *Orientação e Programação do Desenvolvimento Econômico*. A publicação foi estruturada a partir de tópicos diretamente relacionados ao tema sugerido pelo título, um formato pouco usual do autor. Os tópicos abordados foram: (a) investimentos para educação, (b) agricultura e indústria, (c) indústria e balanço de pagamentos e (d) programação. Em decorrência de sua estrutura, o manuscrito, fruto de uma das conferências de Gudín após sua experiência como ministro e ao término do ciclo de conferências de 1947-54, pode ser interpretado como um retrato dos principais diagnósticos sustentados por Gudín neste período de sua carreira.

O manuscrito de 1956 resgata as principais teses sustentadas por Gudín a respeito do funcionamento da economia brasileira, na qual a baixa produtividade consiste no centro de suas considerações. Apoiado em Viner (1952a e 1952f) e nas conferências de Kaldor recém realizadas no mesmo ano, Gudín apontou como o

⁴⁰ O artigo conta com a versão portuguesa e um longo resumo em inglês. Viner fez seu parecer com base na versão traduzida ao inglês.

⁴¹ As fontes de arquivo indicam que a obtenção de pareceres internacionais fora uma prática já realizada por Gudín antes, em 1950, para publicar o manuscrito de Prebisch submetido no mesmo ano ao seu periódico. Nessa ocasião, Gudín tivera acesso a pareceres de Jacob Viner e Gottfried Haberler a respeito das teses de Prebisch. Vale observar que a demanda por pareceres não partira de Gudín enquanto editor, mas sim da diretoria da Fundação Getúlio Vargas para aceitar publicar novamente o conteúdo do economista argentino. (Gudín para Viner, 23 de Dezembro, 1950; Gudín para Viner 27 de Dezembro, 1950). Infelizmente, os pareceres não estão disponíveis no material de arquivo consultado, reduzindo a importância do episódio somente a título de nota.

investimento na educação, por exemplo, consistiria em uma primeira medida para se promover o aumento da produtividade (GUDIN 1956, p.28).⁴²

Quanto ao problema da produtividade em perspectiva setorial, Gudín ofereceu uma explicação tanto para o problema da atividade agrícola como para o industrial. Falta de estímulo dos preços e falta de conhecimento técnico eram responsáveis pelo atraso na produtividade agrícola (GUDIN 1956, p.31-32). A baixa produtividade industrial, por sua vez, devia-se ao excesso de proteção e à “procura resultante da inflação” (GUDIN 1956, p.32). Adicionalmente, Gudín (1956, p.33) aponta para a falta de aumento da renda real frente às medidas protecionistas. Nesta ocasião, o autor reafirma sua convicção a respeito da ausência de desemprego disfarçado no Brasil. O real problema consistiria na baixa produtividade. Vale ressaltar que a delimitação das relações causais expostas em 1956 evidencia um incremento em seu tratamento ao tópico.

As considerações a respeito do problema da produtividade proviam sustentação à sua apreciação quanto ao problema do desenvolvimento. O problema da produtividade reforçava sua agenda anti-inflacionária e perseguição do aumento da produtividade agrícola, resumida nas palavras do autor a seguir:

Isto não quer dizer que eu seja contrário à industrialização e favorável a um Brasil essencialmente agrícola. Eu sou contrário ao crescimento industrial desacompanhado do crescimento paralelo da produtividade agrícola, ou antes à custa da produção agrícola, em regime de grave e inflacionário desequilíbrio horizontal. (GUDIN 1956, p.34)

As próprias palavras de Gudín a respeito de sua posição sintetizam a importância, que procuramos destacar até então, para a questão da baixa produtividade, que por sua vez o levava a ser contra o protecionismo e as medidas de planejamento econômico, as quais davam suporte ao mesmo.

O terceiro tópico abordado por Gudín, indústria e a questão do balanço de pagamentos, reforçava sua posição a respeito da origem do problema de balanço de pagamentos ser inflacionária e que, portanto, relacionava-se ao problema da baixa produtividade industrial (GUDIN 1956, p.34).

⁴² O conteúdo administrado por Gudín não possibilita afirmar que ele absorveu e reproduziu o parecer fornecido por Viner, pois não se observa a inserção dos detalhes técnicos apontados pelo autor americano durante suas discussões idênticas ao manuscrito de 1954.

Inclusive, pela primeira vez em suas publicações da Revista Brasileira de Economia, Gudin (1956, p.37-38) utilizou diagramas para complementar seus argumentos a respeito do paralelismo entre exportações e importações, em uma tentativa de ilustrar os argumentos de Abba P. Lerner quanto ao paralelismo entre exportações e importações na expansão do nível de comércio internacional. Gudin retoma a questão da acumulação de capital e política tarifária. Reutiliza as conferências de Nurkse como fundamento para suas críticas ao modelo de desenvolvimento brasileiro via substituição de importações (GUDIN 1956, p.39-40).

Por fim, Gudin direciona suas críticas ao método cepalino de propor o planejamento econômico: a programação. Apoiado novamente em Baldwin, tal qual em outros momentos fora do contexto acadêmico, voltou a questionar a validade do método cepalino, desqualificando a possibilidade de previsões quantitativas (GUDIN 1956, p.42) para a criação dos modelos de desenvolvimento que serviam como base para o planejamento e intervenção. Assim, para desqualificar os argumentos teóricos da Cepal, Gudin (1956, p.45) retomou sua explicação baseada nos impactos cíclicos amplificados nos países subdesenvolvidos, “economias reflexas”, frente às variações do produto dos países industrializados, “economias líderes”.

2.4 Considerações finais quanto à sofisticação acadêmica de Gudin através do conteúdo da Revista Brasileira de Economia: “*the Manoilescu mechanism*”.

À guisa de ilustração, em uma carta enviada a Jacob Viner em 1956, Gudin afirma reconhecer uma nova etapa em sua carreira. O relato acompanhou outros dois eventos: a publicação do livro de escritos em homenagem a Eugênio Gudin (comemorativo do aniversário de 70 anos do autor) e uma homenagem à sua aposentadoria enquanto docente. Na mesma correspondência, Gudin volta a mencionar o problema da baixa produtividade no caso brasileiro. Sobretudo, insiste em identificar o problema da baixa produtividade como um fruto da doutrina promovida por Manoilescu, na qual existe um aumento de produtividade simplesmente ao remover a mão de obra da agricultura para a indústria. Adicionalmente, Gudin enfatiza que a baixa produtividade brasileira é consequência

da preferência por lazer e flutuações sazonais do nível de emprego, como durante os períodos de secas nordestinas (Gudin para Viner, 03 de Agosto, 1956).

As preocupações de Gudin com as ideias com que identificava com Manoilescu persistiram em sua agenda intelectual. Mesmo três anos depois, em outra correspondência com Jacob Viner, Gudin relata estar preparando uma série de artigos jornalísticos contra o “*Manoilescu Mechanism*”. (Gudin para Viner, 29 de Janeiro, 1959). O mecanismo consistia no deslocamento artificial, devido ao protecionismo, da mão de obra da agricultura para a indústria via salários nominais mais elevados (Gudin para Viner, 29 de Janeiro, 1959), tema recorrentemente tratado em sua tríade de artigos na Revista Brasileira de Economia através da questão da baixa-produtividade⁴³. Na realidade, mesmo naquela ocasião, Gudin havia buscado esclarecimentos de Viner a respeito de um texto publicado por Everet Hagen (1958)⁴⁴, no qual ele sustenta, com base em um argumento empírico, a causalidade entre protecionismo e aumento da renda real de um dado país (Gudin para Viner, 29 de Janeiro, 1959).⁴⁵

A mesma correspondência provê outros relatos de Gudin a Jacob Viner. Por exemplo, embora Gudin alegasse que os esforços de industrialização do presidente Juscelino Kubitschek levavam-no a crer que “*Brazil has been and still is a Manoilescu Paradise*”, não se qualificava como um livre cambista “*This does not mean I am a 100% free trader. I believe in developing Brazil’s Industry; I agree with infant policy industry’s*”. Finalmente, Gudin admite concordar com todas as prescrições apresentadas por Jacob Viner e Gottfried Haberler em manuscritos publicados na década de 50 (Gudin para Viner, 29 de Janeiro, 1959).⁴⁶

⁴³ O capítulo 3 demonstra como um tratamento mais teórico para a questão foi oferecido na terceira edição dos *Princípios de Economia Monetária*, no qual se introduziu o capítulo 8 do segundo volume dedicado a uma discussão exclusiva da teoria do emprego.

⁴⁴ O Manuscrito de Hagen (1958), “*An Economic Justification of Protectionism*”, defendia abertamente o princípio do protecionismo generalizado de Manoilescu frente às críticas de Viner e Haberler providenciadas tanto na década de 30, quanto no debate internacional sobre o desenvolvimento econômico.

⁴⁵ O material de arquivo não contempla a resposta de Viner a respeito desta questão. A cronologia e o conteúdo da coleção, por outro lado, leva a crer que o autor norte-americano não levou a cabo a tarefa de prover uma resposta às inquietações teóricas de Gudin sobre o trabalho de Hagen.

⁴⁶ Gudin faz referências ao manuscrito de Jacob Viner como sendo “*Canada Lectures II*”, o que torna impossível uma atribuição precisa, dada a grande dimensão da obra de Viner. Quanto ao manuscrito de Haberler, com o qual ele também se declara em total concordância, este trata-se do artigo publicado no “*Economic Journal*” em 1950: “*Some Problems in the Pure Theory of International*

Longe de consistir em uma redução do pensamento de Gudin às ideias dos autores americanos, o material de arquivo confirma a centralidade da questão da baixa produtividade generalizada acompanhada do deslocamento da mão de obra entre os setores. Conforme registrado nos materiais de arquivo, Gudin atribuía ao protecionismo, o qual era resultado das atividades de planejamento e intervenção estatal, a causa dos desequilíbrios no processo de desenvolvimento da economia brasileira, especialmente na baixa produtividade e inflação de demanda (Gudin para Viner, 03 de Agosto, 1956; Gudin para Viner, 29 de Janeiro, 1959).

Sob este ponto de vista, as três contribuições de Gudin (1952, 1954, 1956) paralelas ao ciclo de conferências estão encadeadas pelo aprimoramento na defesa de seus princípios econômicos. Isto é, conforme resumido por Gudin em sua correspondência, sua posição intelectual ferrenhamente crítica ao que ele mesmo denominara como "*Manoilescu Mechanism*".

Trade". O artigo realizava um esforço equivalente ao de Viner com suas conferências brasileiras de preservar a validade do princípio das vantagens comparativas frente às críticas cepalinas.

CAPÍTULO 3 – A SOFISTICAÇÃO ACADÊMICA DE EUGÊNIO GUDIN EXPRESSA NAS SUCESSIVAS EDIÇÕES DOS *PRINCÍPIOS DE ECONOMIA MONETÁRIA*: O APRIMORAMENTO TEÓRICO AOS DIAGNÓSTICOS E PRESCRIÇÕES PARA A ECONOMIA BRASILEIRA.

As sucessivas edições do principal livro de Eugênio Gudín, *Princípios de Economia Monetária* (PEM), trazem outra fonte importante para a caracterização do processo de sofisticação acadêmica do autor e, portanto, do aperfeiçoamento de seus diagnósticos e prescrições para economia brasileira. Vale ressaltar, no entanto, que os diagnósticos e prescrições do autor para a economia brasileira – isto é, a identificação do problema do hiperemprego e da baixa produtividade, seguidos da recomendação de que a acumulação de capital deveria ser guiada pelo aumento de produtividade agrícola – são preocupações secundárias da obra, cujo foco era didático. Ademais, as incursões aplicadas à economia brasileira só passaram a ganhar espaço substancial na terceira edição.⁴⁷ Por isso, com o fito de compreender em profundidade estas mudanças, utilizamos somente as três primeiras edições, respectivamente publicadas em 1943, 1947 e 1952, para discutir o processo de sofisticação de Gudín na década de 50.

A editoração do livro abrigou importantes mudanças durante as três primeiras tiragens. Por exemplo, a segunda edição (1947) introduziu a primeira reestruturação de conteúdo, a qual é admitida no prefácio e se faz notar através das alterações promovidas nos títulos dos capítulos. A terceira edição (1952), por sua vez, dividiu o livro em dois volumes. Com o desdobramento, ampliou-se o conteúdo a partir da introdução de novos tópicos (teoria do emprego e política econômica), os quais eram aplicados à análise do caso brasileiro, por exemplo, a teoria dos ciclos econômicos e a questão do emprego no Brasil.

O desdobramento em dois volumes consistia em uma preocupação de Gudín (1947, Prefácio) manifestada desde a segunda edição da obra em 1947; todavia sua

⁴⁷ O conteúdo dos *Princípios de Economia Monetária* abrange diversos temas, como o sistema bancário e sua história, tópicos macroeconômicos e monetários, economia internacional e organização do sistema bancário. Um exame completo do conteúdo do livro encontra-se em desacordo com os objetivos dessa dissertação, pois deturparia o exame do processo de sofisticação dos diagnósticos e prescrições de Gudín para a economia brasileira. O anexo I disponibiliza fotografias dos sumários das três primeiras edições para consulta.

consumação ocorreu apenas em 1952.⁴⁸ A quarta edição, conforme descrito em seu prefácio, também guarda evidências do processo de sofisticação da obra, porém as modificações, ao se concentrarem sobre a teoria quantitativa da moeda, fogem ao escopo do trabalho, além de a edição ter sido publicada somente na década de 60.

Historiadores já destacaram a importância do livro para o trabalho de Gudin de ensino no Brasil, atestando sua importância para a formação de gerações de economistas (BIELSCHOWSKY 2000 e 2001, SCALERCIO e ALMEIDA 2012, p.78-79 e p.95-96). Inclusive, Bielschowsky (2000, 2001) qualifica os *Princípios de Economia Monetária* como o principal escrito pelo qual se pode analisar a base teórica de Gudin. Ainda conforme fontes biográficas, o livro fora escrito, principalmente, como material de apoio ao curso ministrado por Gudin de Moeda e Crédito na Universidade do Brasil durante sua carreira como docente na instituição (SCALERCIO & ALMEIDA 2012, p.77).⁴⁹ Ainda sobre a concepção da obra, a biografia oficial do autor destaca como o livro-texto fora redigido no contexto político do Estado Novo, enquanto Gudin mantinha certa discrição em suas aparições públicas, porém conservava suas participações nas comissões e conselhos econômicos criados pelo governo Vargas (SCALERCIO & ALMEIDA 2012, p.82-84).⁵⁰

Algo inédito que surge das nossas pesquisas com fontes primárias é o fato de que sucessivas edições do livro foram bastante influenciadas pelos contatos internacionais do economista carioca. Gudin admite explicitamente a importância das conferências de Viner para a finalização do segundo volume (Gudin para Viner, 28

⁴⁸ O prefácio da segunda edição (1947) corrobora tanto o caráter essencialmente didático do livro e a preparação do segundo volume: “As modificações introduzidas nesta 1ª edição do 1º volume não tiram a este livro o seu caráter precipuamente didático, de um curso de moeda e crédito em dois semestres, correspondentes aos dois volumes. Tendo-se esgotado a primeira edição, fui levado a interromper o preparo do 2º volume, já retardado por várias outras ocupações e incumbências, para proceder à revisão do primeiro” (GUDIN 1947, prefácio).

⁴⁹ O prefácio da quarta edição de 1960 corrobora esta afirmação. O Livro IV, Teoria dos câmbios internacionais, fora suprimido devido a alterações curriculares do curso de Economia da Faculdade do Brasil. Conforme explica o autor quanto à existência e remoção do Livro IV da obra: “[...] sua inclusão na edição original explica-se pelo ‘*curriculum*’ então vigente nas Faculdades de Economia em que a cadeira de Moeda e Crédito era lecionada antes da de Comércio Internacional e Câmbios. Alterada que foi essa ordenação de ensino, não há mais razão para incluir Comércio Internacional e Câmbios em um livro sobre Moeda e Crédito.” (GUDIN 1960, prefácio)

⁵⁰ Notadamente Gudin ingressara em 1933 na Caixa de Mobilização Bancária (CAMOB), participando inclusive de seu conselho administrativo entre 1940 e 1944. A CAMOB responsabilizava-se por auxiliar na elaboração da política cambial. A experiência se reflete, em partes, na preocupação de Gudin com a questão cambial brasileira nas duas primeiras edições dos *Princípios de Economia Monetária*.

de Novembro, 1950). Ademais, no próprio prefácio da terceira edição, o economista liberal adverte aos leitores que os três primeiros capítulos do segundo volume se beneficiaram dos conselhos de Gottfried Haberler (GUDIN 1952, prefácio). Adicionalmente, também se podem relacionar diretamente algumas mudanças ocorridas na segunda edição com a redação do relatório “Rumos de Política Econômica”, em 1945.

Com o objetivo de discutir o processo de sofisticação acadêmica de Gudin, esse capítulo oferece uma descrição compreensiva do processo de sofisticação dos argumentos apresentados em sucessivas edições de *Princípios de Economia Monetária*. Dentro dos objetivos desta dissertação, privilegiam-se os temas ligados à defesa dos diagnósticos e prescrições de Gudin, eximindo-se de uma discussão exaustiva de temas ligados estritamente a tópicos macroeconômicos e à evolução do sistema bancário. Aliás, o debate sobre a incorporação sucessiva dos postulados Keynesianos nas três primeiras edições do livro já foram objeto do trabalho de Cruz e Silva (2016).

Mais especificamente, nossa investigação das sucessivas edições limita-se ao resgate simultâneo tanto dos tópicos ligados ao diagnóstico de Gudin da economia brasileira (hiperemprego, inflação endêmica e balanço de pagamentos, baixa produtividade, economia reflexa e problema cambial), quanto dos tópicos relacionados às prescrições gerais e principiológicas de Gudin (objetivo da política econômica, visão contrário ao protecionismo e intervenção estatal, crítica ao argumento de Manoilescu, acumulação de capital via aumento da produtividade agrícola e desenvolvimento econômico).

Por isso, o foco de nossa leitura sistemática, baseada nos pontos supracitados, recai sobre o conteúdo do Livro IV do primeiro volume (“Teoria dos Câmbios Internacionais”) e no segundo volume da terceira edição, essencialmente dedicado à discussão de políticas econômicas. Procuramos mostrar como a cada edição pode-se observar traços do processo de sofisticação de Gudin através dos *Princípios de Economia Monetária*, característico fosse pelo aperfeiçoamento de ideias antigas, lançamento de ideias novas, ou incorporação de literatura internacional em sua argumentação.

3.1 O CONTEÚDO DA PRIMEIRA EDIÇÃO DOS *PRINCÍPIOS DE ECONOMIA MONETÁRIA* FRENTE A OUTROS MANUSCRITOS: CÂMBIO CADENTE, ECONOMIA REFLEXA E “PRODUTIVIDADE E PREÇOS”.

A primeira edição do livro de Gudin, 1943, organizava-se em 5 livros com temas distintos: “Moeda e Crédito” (livro I), “Bancos” (livro II), “Teorias das Variações do Valor da Moeda” (livro III), “Teoria dos Câmbios Internacionais” (livro IV) e “Bancos Centrais” (livro V).⁵¹ Discutir o caso brasileiro ainda não era um dos temas do livro, como se pode observar pelo que constituiu a única discussão específica de economia brasileira nomeada “O Problema Cambial do Brasil” (GUDIN 1943a, p.345). Tampouco se observava, nessa edição, outros elementos reconhecidos da argumentação de Gudin. É o caso, por exemplo, da ausência do termo ‘hiperemprego’, tão caro à argumentação de Gudin sobre a economia brasileira. Inclusive, a nível principiológico, não existe uma defesa enfática do princípio das vantagens comparativas frente ao protecionismo. Portanto, durante a primeira edição, o caso brasileiro ficava limitado à discussão da questão cambial brasileira, ponto central do livro IV (Teoria dos Câmbios Internacionais).

Nesse sentido, observa-se como a teoria do comércio internacional fora tratada de maneira breve durante a primeira edição dos *Princípios de Economia Monetária*. O livro IV (Teoria dos Câmbios Internacionais) ocupava 55 páginas da obra e passava longe de ser um foco em um livro-texto sobre economia monetária. Não obstante, o livro IV introduzia, em caráter didático, conceitos elementares como balanço de pagamentos e paridade do poder de compra. Tópicos como o movimento de capitais e a balança comercial, além das relações teóricas entre inflação, câmbio e comércio internacional, também compunham essa parte. Tanto a organização do livro, como o conteúdo – discutido em partes na sequência – sugerem que o foco do Livro IV era fornecer subsídios aos leitores durante seus quatro primeiros capítulos (XV, XVI, XVII, XVIII) para a análise do mercado do câmbio brasileiro processada no quinto capítulo (XIX).

⁵¹ O livro, em sua primeira edição, também contava com uma introdução redigida por Gudin, na qual ele fazia uma espécie de recuperação da história do pensamento econômico. Essa introdução foi removida nas edições subsequentes. A mesma edição contava com um longo prefácio em Francês assinado por Maurice Byé.

No que se refere ao balanço de pagamentos, Gudin apenas introduziu os conceitos básicos do balanço e sua relação com as transferências de capitais. Ainda não se discutia sequer a relação entre inflação e o desequilíbrio do balanço de pagamentos. A única menção ao tópico ocorre no espaço de um parágrafo, no qual Gudin diagnostica a situação brasileira de 1943 como sujeita a “uma intensa e perigosa inflação originada pelo grande excesso de exportações de guerra sobre importações extremamente reduzidas [...] correspondendo a uma emissão de papel moeda de mais de 2 milhões de contos” (GUDIN 1943a, p.335). Observa-se, pois, as preocupações do autor em apontar como superávits do balanço de pagamentos poderiam afetar a base monetária doméstica.

A paridade do poder de compra fora outro tópico dominado pela preocupação didática do livro. Gudin explicava aos leitores o significado do conceito relativo à paridade por meio de uma extensa resenha do livro de Gustav Cassel (1914) “*La Monnaie et le Change Après*”. A partir da apresentação didática, Gudin introduziu a importância do estudo das variações na quantidade dos meios de pagamento, responsáveis pela inflação e ajustamento, ou não, das taxas cambiais entre os países (GUDIN 1943a, p.324). A exposição buscava reforçar aos leitores a causalidade entre o aumento dos meios de pagamentos, independentes da origem (doméstica ou internacional), e o aumento de preços, ou variações cambiais.

Desta forma, a relação entre comércio e expansão dos meios de pagamentos ocupou todo o capítulo seguinte: “Inflação, Câmbio e Comércio exterior”. Neste capítulo, Gudin (1943a, p.341-342) introduz a importância do “coeficiente de elasticidade da procura” e “coeficiente da elasticidade do suprimento” para determinar o diferente grau de impacto provocado pela variação dos meios de pagamento através da manipulação da taxa de câmbio (GUDIN 1943a, p.338-339). São temas que reforçam o objetivo pedagógico da obra, tratados com o fito de ensinar as relações entre as variáveis para os leitores. Não obstante, o capítulo também acoberta as prescrições do autor. Por exemplo, Gudin (1943a, p.337) sustenta sua posição de que para combater a procura demasiada por moeda estrangeira, o mais recomendável consistiria no controle do crédito, visando à redução dos meios de pagamentos e controle inflacionário.

Finalmente, no capítulo sobre a situação cambial do Brasil (XIX), Gudin introduziu sua análise para a questão. O problema cambial brasileiro, segundo Gudin (1943a, p.345-353), poderia ser explicado através de uma lista com oito características sintetizadoras da “posição cambial no Brasil” resumidas a seguir: (1) procura rígida no setor da importação, (2) procura forçada para juros e amortizações, (3) inelasticidade da procura dos principais produtos de exportação, (4) produção inelástica de exportáveis, (5) falta de diversidade de produtos de exportação, (6) comportamento de uma economia reflexa durante os ciclos de prosperidade e depressão, (7) a ação das taxas cambiais sobre os preços do café, (8) câmbio cadente. A caracterização, em forma de lista, subsidia as recomendações de Gudin (1943a, p.352-353) para o mercado cambial brasileiro, segundo as quais não se deveria intervir no mercado de câmbio, tampouco se deveria fazê-lo através de financiamentos externos.

O último tópico, câmbio cadente, é um termo utilizado por Gudin que, de certa forma, procura sintetizar sua análise. Segundo Gudin (1943a, p.352-353), câmbio cadente consistiria na tendência a baixa cambial, conseqüente em partes dos 7 itens anteriores de sua lista, a qual se traduziria em um persistente aumento da taxa cambial que privilegiava, simultaneamente, as indústrias e aumentava a receita exportadora (ao passo que a demora no ajuste custo de vida interno providenciava ganhos extraordinários aos exportadores). Este “aparente benefício”, descrevia Gudin, era acompanhado da preferência pelos beneficiários da persistente queda do câmbio acompanhada do fenômeno inflacionário. A situação consistia no desequilíbrio do mercado de câmbio, cuja inflação persistente resultante provia o motivo pelo qual, na ótica Gudiniana, não se deveriam perseguir políticas de desvalorização da taxa cambial. Conforme as próprias palavras do autor, “as vantagens dos negociantes, industriais e banqueiros inflacionistas só existe enquanto perdura o desequilíbrio” (GUDIN 1943a, p.353).

A análise da situação cambial do Brasil já havia sido endereçada por Gudin havia quase em uma década através de seu manuscrito “Câmbio e Café” de 1934.⁵²

⁵² O manuscrito fora originalmente publicado pelas Oficinas Gráficas Almanak Laemmert em 1934, outra de suas obras raras. É possível ter acesso ao manuscrito através da coletânea *Ensaio Sobre Café e Desenvolvimento Econômico* organizada por Carlos Manoel Pelaez. Mesmo assim, não há evidências, tampouco menções ao trabalho na biografia oficial de Gudin, que permitam apontar as motivações da elaboração do manuscrito em 1934. A mesma coletânea, por outro lado, conta com o

O manuscrito tinha por objetivo debater as políticas de câmbio no contexto de 1933, cujo cenário era de desvalorização do café e aumento da taxa de câmbio. Gudin (1934, p.166) sustentou a posição de que consistiria em um erro intervir através de depreciações cambiais, pois os benefícios seriam exclusivamente dos exportadores e dos consumidores estrangeiros. Para descrever o cenário de favorecimento ao setor exportador à custa do resto da sociedade promovido pela desvalorização cambial (pois com uma desvalorização a receita do exportador subia proporcionalmente a mais do que seus custos internos), Gudin (1934, p.165) utilizou o termo *câmbio cadente* para descrever esse tipo de situação. Inclusive, sem prover referências mais precisas, Gudin atribui a cunhagem do termo a José Maria Whitaker.

Em 1934 Gudin já provia uma análise da questão cambial brasileira, a qual apresentava o mesmo diagnóstico de seu livro-texto, embora não tão detalhada como em 1943. Os pontos 1, 3, 7 e 8 (procura rígida, inelasticidade da procura, relação entre câmbio e preço do café e câmbio cadente, respectivamente) da lista de 1943 já se encontravam no manuscrito. Tanto é que Gudin (1934, p. 166; 1943a p.352-353) argumenta contrariamente às intervenções no mercado cambial via desvalorizações cambiais em ambas as ocasiões. A diferença entre os argumentos consiste, principalmente, na incorporação do comportamento cíclico da economia brasileira (sexto ponto da lista que utiliza o termo economia reflexa).

Portanto, em relação ao manuscrito de 1934, os *Princípios de Economia Monetária* trazem uma versão mais sofisticada de seu diagnóstico da situação cambial brasileira. Por exemplo, a introdução das noções de elasticidade tanto da oferta como procura, comportamento cíclico da economia brasileira e relacionamento do câmbio com o endividamento externo renderam maior profundidade à análise de Gudin ao comportamento cambial brasileiro. Desta forma, os *Princípios de Economia Monetária* demonstram uma sofisticação em relação ao manuscrito “Câmbio e Café” de 1934, sugere-se um aperfeiçoamento teórico de Gudin a respeito do tópico, evidentemente possível graças, em parte, aos próprios conceitos trazidos pelo livro.

trabalho de Jorge Kingston, um eminente colaborador de Gudin, de 1939 cujo título “A lei estatística da demanda por café” destaca-se pela aplicação de métodos estatísticos à estimação da demanda pelo café brasileiro. Vale mencionar que Gudin e Kingston divulgaram em 1949, através da Revista Brasileira de Economia, um trabalho dedicado à estimação da taxa de equilíbrio do cruzeiro.

Acreditamos que tanto o conteúdo quanto a organização do livro IV dos *Princípios de Economia Monetária* indicam que Gudin expunha os princípios teóricos como forma de justificar sua análise ao problema cambial do Brasil. Como justificado pelo exercício da comparação entre livro-texto e manuscrito, a análise divulgada de forma embrionária em 1934 ganhou maior profundidade teórica com a divulgação da primeira edição do livro-texto em 1943.

No campo pertinente ao ciclo econômico, a primeira edição dos *Princípios de Economia Monetária* introduziu o conceito de economia reflexa (GUDIN 1943a, p.350). Esse conceito, introduzido durante a caracterização da questão cambial brasileira, diz respeito às reações de economias como a do Brasil frente aos choques internacionais, a qual seria condicionada pela combinação da estrutura do mercado dos bens de exportação, a nível internacional, com o movimento cíclico da economia norte-americana. As variações na balança comercial brasileira seriam função das variações no nível de renda norte-americano, mas os movimentos seriam ampliados devido à estrutura dos mercados internacionais (GUDIN 1943a, p.350). Vale observar que o conceito da economia reflexa, segundo Gudin, surgiu em uma dissertação elaborada pelo carioca apresentada aos alunos de Harvard e Córdoba em 1941, conforme consta em nota biográfica do livro-texto.

Materiais de arquivo pessoais de Eugenio Gudin, disponíveis no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), disponibilizam uma versão em inglês da mencionada dissertação apresentada aos alunos de Córdoba e Harvard (Eugenio Gudin filho, E pi 1940.07.117), dando a entender que se trata da versão original. O documento indica que a dissertação na realidade consistiu em uma conversa informal de Gudin com os estudantes demandada pelo “*Foreign Trade Federal Council*” naquele ano. O fato teria ocorrido na Sociedade Brasileira de Economia Política na data de 17 de Julho de 1940. Conforme os arquivos mostram, Gudin expôs aos estudantes, em tom informal, uma relativamente longa comparação entre a economia brasileira e americana a partir da década de 20, na qual ele descrevia o comportamento da primeira como reflexa e da segunda como líder, respectivamente, devido às oscilações da renda destes países líderes serem capazes de influenciar os preços dos produtos que demandavam no comércio internacional. Estas oscilações, em seu turno, conduziam a variações abruptas na renda das economias reflexas.

Quanto aos autores citados e que serviram de base para a exposição do livro IV (Teoria dos câmbios internacionais) na primeira edição, nota-se a ausência de autores como Gottfried Haberler e Jacob Viner, que seriam as grandes influências de Gudin nas décadas de 1940 e 1950. Outros autores ocuparam posição de destaque na exposição promovida por Gudin. É o caso de Dennis Robertson (GUDIN, 1943a, p.308, 340, 341), Ludwig von Mises (GUDIN 1943a, p.313, 337, 338), Albert Aftalion (GUDIN 1943a, p.325, 327, 346) e Gustav Cassel (GUDIN 1943a, p.314, 320, 323). Inclusive, até mesmo “*The Economic Journal*” e John Maynard Keynes foram referenciados diretamente mais vezes que Jacob Viner. Este último, por sua vez, foi citado somente uma vez, como breve comentário didático a respeito do funcionamento da paridade do poder de compra.

Outros temas, como o diferencial de produtividade entre os setores agrícola e industrial, centrais para a análise de Gudin em relação ao caso brasileiro, também não foram tratados na primeira edição dos *Princípios de Economia Monetária*. Contudo, seu artigo intitulado “Produtividade e Preços”, apresentado no primeiro Congresso Brasileiro de Economia realizado no mesmo ano, ofereceu suas primeiras apreciações a respeito do tema e política econômica.

O manuscrito apresentado durante a ocasião do Primeiro Congresso Brasileiro de Economia, ocorrido em 1943, introduziu, a nível acadêmico, as primeiras considerações de Gudin a respeito das diferenças entre os setores agrícola e industrial. Ao introduzir proposições na forma de conclusões, Gudin (1943b, p.328) revelou suas recomendações para o “alcance da prosperidade econômica”. Primeiro, a produtividade real tanto da indústria como agricultura deveria ser aumentada. Segundo, a intervenção do governo deveria ser direcionada no suporte ao comércio internacional através da obtenção de financiamentos e da estabilidade monetária. Terceiro, indústrias deveriam ser protegidas via tarifas em vez de taxas de câmbio depreciadas. No entanto, a produtividade deveria consistir no foco das intervenções, uma vez que no longo prazo esperava-se que a proteção fosse removida. Quarto, melhorias educacionais deveriam ser promovidas em todos os níveis. Quinto, caberia ao governo incumbir-se dos problemas relacionados ao comportamento cíclico do comportamento do preço das *commodities* e seus efeitos sobre a economia, através de mecanismos diplomáticos internacionais.

Dessa forma, cabe notar como a principal referência teórica de Gudin para suas afirmações no manuscrito de 1943, além das alusões ao seu próprio livro-texto, residiu na noção apresentada por Robertson (GUDIN 1943b, p.326) entre o nível de emprego dos países industriais e a instabilidade dos preços de produtos primários. Inclusive, argumento compatível encontrava-se publicado em seu livro-texto a respeito dos efeitos de uma situação mais ou menos monopolística sobre o comércio internacional (GUDIN 1943a, p.342).

A ocasião do primeiro congresso de economia também posicionou a questão da produtividade no centro das preocupações de Gudin, um diferencial em relação ao escasso conteúdo de seus diagnósticos para a economia brasileira presentes em seu livro-texto. Vale lembrar que, durante a primeira edição de seu livro-texto, os diagnósticos da economia brasileira ficavam restritos à questão cambial e uma breve incursão em seu comportamento cíclico.⁵³ O manuscrito apresentado no congresso, por sua vez, introduziu a noção combinada de que se deveria privilegiar a perseguição do aumento na produtividade agrícola para a geração do excedente necessário, na forma de divisas, para a expansão industrial (GUDIN 1943b, p.324-325).

Assim, em relação à primeira edição dos *Princípios de Economia Monetária*, a ocasião do primeiro Congresso Brasileiro de Economia não mostrou discrepâncias teóricas. Isto é, com uma base teórica essencialmente idêntica, Gudin introduziu a discussão de política econômica através do manuscrito.

Por fim, os materiais indicam que Gudin utilizou as ferramentas analíticas estabelecidas no seu livro-texto em 1943 para realizar prescrições incisivas de política econômica em sua participação no Primeiro Congresso Brasileiro de Economia, ocorrido no mesmo ano. Da mesma forma, a análise da situação cambial brasileira também demonstrou traços de sofisticação *vis a vis* o conteúdo manuscrito de 1934.

⁵³ O campo retórico abrigava outra diferença fundamental entre os *Princípios de Economia Monetária* e o primeiro Congresso Brasileiro de Economia. Scalercio e Almeida (2012, p.106) destacam o papel do congresso em reunir um auditório heterogêneo disposto a discutir temas relacionados à política econômica: “primeiro palco desses debates e o decisivo momento da ascensão de Gudin à condição de líder dos liberais, ocorreu durante a realização do I Congresso Brasileiro de Economia, entre novembro e dezembro de 1943. Com 234 participantes, o congresso reuniu uma respeitosa e heterogênea multidão de pesos pesados, formada por empresários, técnicos, economistas e funcionários do governo. Pela primeira vez, juntavam-se para debater os rumos da economia brasileira.”

Observa-se, assim, uma consonância com o argumento de Bielschowsky (2000, 2001) a respeito da importância dos *Princípios de Economia Monetária* como sinalizador das fontes teóricas do autor.

3.2 SOFISTICAÇÕES DA SEGUNDA EDIÇÃO DOS *PRINCÍPIOS DE ECONOMIA MONETÁRIA*: A INFLUÊNCIA DO RELATÓRIO “RUMOS DE POLÍTICA ECONÔMICA”.

A edição seguinte ocorreu no ano de 1947, quatro anos após a publicação da primeira. Gudin não promoveu mudanças significativas na estruturação do livro, o qual ainda encontrava-se restrito a apenas um único volume. Desse ponto de vista, a estrutura da obra mantinha-se subdividida nos mesmos 5 livros mencionados anteriormente.

Não obstante, durante o interregno que separa ambas as edições, a experiência de Gudin ao redigir o relatório “Rumos de Política Econômica” em 1945 influenciou decisivamente aspectos da obra. É possível observar a influência direta do teor do relatório tanto sob o conteúdo tangível aos diagnósticos de Gudin para a economia Brasileira (questão cambial, ciclos econômico e questão do emprego), quanto como no campo dos tópicos relacionados às prescrições gerais e principiológicas de Gudin (sofisticação do tratamento das vantagens comparativas e adição de argumentos contrários ao protecionismo).

A título de exemplo, do ponto de vista formal, essas mudanças interferiram o conteúdo do Livro IV (Teoria dos câmbios internacionais), o qual passou por reformulação significativas em seus capítulos. O Livro III, por sua vez, também foi sujeito a alterações, sendo realizadas mudanças no interior dos capítulos, incluindo até mesmo mudanças em seus títulos. Por exemplo, os capítulos X (“Quantidade de Moeda”), XI (“Preços”) e XII (“O Volume das Transações”), constantes na primeira edição, foram completamente reformulados.^{54/55}

⁵⁴ Os nomes da primeira edição eram, respectivamente, “Teoria das Disponibilidades Monetárias”, “Teorias dos Rendimentos” e “Outras Interpretações da Teoria das Variações do Valor da Moeda – Sua Síntese”.

⁵⁵ Para mais informações a respeito das modificações sobre tópicos macroeconômicos, ainda que divulgadas em caráter resenhístico, ver Lewinsohn (1947).

Prosseguiremos explorando pontualmente os tópicos atualizados por Gudin na segunda edição privilegiando a ordem apresentada para a primeira edição e, posteriormente, discutindo os novos tópicos. Desta forma, exploramos primeiro questões relacionadas aos diagnósticos da economia brasileira: balanço de pagamentos, questão cambial e questão do emprego. Em seguida nos voltamos aos assuntos de caráter geral e principiológicos, os quais consistem na defesa do princípio das vantagens comparativas e argumentação contrária ao protecionismo. Este último, por si só, já consiste em um conteúdo inovador dentre as páginas do livro. Para todos os tópicos procuramos destacar sua relação, ou não, com o documento “Rumos de Política econômica”.

No que se refere ao balanço de pagamentos, Gudin transformou o capítulo XIX da primeira edição, “Problema Cambial do Brasil”, no capítulo XX da segunda edição, sob o nome de “O Balanço de Pagamentos do Brasil” (GUDIN 1947, p.275). Desta forma, o autor transfigurou integralmente sua análise ao que considerava ser a “posição cambial no Brasil” da primeira edição (GUDIN 1943, p.345) para o balanço de pagamentos brasileiro: o conteúdo se preservou o mesmo somente sob um novo rótulo. Gudin manteve essencialmente idêntica a lista de 8 pontos de caracterização da questão cambial no Brasil, discutida no tópico 3.1 acima, para descrever o comportamento do balanço de pagamentos do país, o qual ainda não dispunha de uma publicação oficial durante a segunda edição dos Princípios de Economia Monetária.

Não obstante, a segunda edição do livro trouxe conteúdo inédito na relação entre o problema do balanço de pagamentos e do câmbio. Seu marco foi a qualificação entre os tipos de desequilíbrio no balanço de pagamentos: temporário ou fundamental (GUDIN 1947, p.346). O primeiro, respectivamente, é proveniente dos períodos de prosperidade e depressão das economias líderes refletido no balanço de pagamentos das economias reflexas, portanto de caráter transitório e reversível através de medidas compensatórias (GUDIN 1947, p.346-347). O segundo, por sua vez, caracteriza-se como fundamental devido à persistência do fenômeno inflacionário que distorce em caráter indefinido a taxa cambial do país. Conforme as palavras de Gudin (1947, p.348) em sua definição: “inflação [...] acentuada e prolongada em um país [...] verifica-se a disparidade permanente entre

a taxa cambial em vigor, entre o poder de compra da unidade monetária nacional e das moedas dos demais países”.

Adicionalmente, é relevante notar como Gudin apenas introduziu os conceitos sem se apropriar dos mesmos, tampouco sugeriu um diagnóstico que relacionasse os tipos de desequilíbrio com sua análise do balanço de pagamentos brasileiro. Desta forma, a inclusão do conteúdo mais reforça o caráter didático da obra do que uma sofisticação nos diagnósticos do autor para a economia brasileira. Por fim, não é possível relacionar esta alteração ao conteúdo da discussão com Simonsen.

Ainda que a análise cambial do caso brasileiro tenha sido transfigurada na análise do balanço de pagamentos, a segunda edição trouxe evidências de avanços conceituais na questão cambal. O capítulo XVI (Balanço de Pagamentos) introduziu uma alteração na abordagem geral de Gudin, no sentido de que ocorreu uma relativa sofisticação, a partir do conceito de taxa de câmbio, o qual passava a se relacionar com o problema dos pagamentos internacionais (mecanismo de transferência internacional):

O problema dos pagamentos internacionais gira, portanto, em torno da determinação do valor de uma moeda em relação as demais, isto é, taxas de câmbio. Como qualquer outro problema de preços, [...] resolve-se pela análise da procura e da oferta da moeda estrangeira (GUDIN 1947, p.229)

Nesse mesmo sentido, a segunda edição buscou refinar a integração da questão cíclica na análise dos câmbios internacionais. A integração se procedeu com a inserção da discussão pertinente ao funcionamento dos controles cambiais (GUDIN 1947, p.262-263), os quais provocariam desníveis artificiais da taxa de câmbio, em resposta a alterações nos preços internacionais decorrentes dos ciclos de prosperidade e depressão. Frente às variações cíclicas e ocorrências de guerras mundiais, os controles cambiais quantitativos até mesmo figuraram recomendação classificada por Gudin como “por vezes uma medida justificada e necessária” (GUDIN 1947, p.264).

Na mesma linha de integrar os efeitos cíclicos à análise cambial, Gudin (1947, p.270) adicionou a importância da delimitação do tipo de economia para analisar o comportamento da balança comercial. Em um desdobramento da sua perspectiva de diferenciação das economias entre líderes e reflexas, Gudin passou a

reconhecer o problema da adaptação dos preços domésticos ao nível internacional como determinante para a delimitação da variação do comércio exterior em face de alterações cambiais, provocadas em grande parte pelos movimentos cíclicos (GUDIN 1947, p.270). Contudo, este esforço de centralização e integração da abordagem mais precisa de Gudin às questões cambiais distancia-se muito dos objetivos do relatório apresentado em 1945 e, portanto, não se podem estabelecer associações.

Por outro lado, a questão do emprego sofreu influência direta do debate de Gudin com Simonsen. Após a elaboração do relatório, a segunda edição absorveu seu diagnóstico de emprego total para a economia brasileira tal qual como apresentado na controvérsia com Simonsen em 1945. Isto é, Gudin realizou uma transcrição *ipsis litteris* do conteúdo presente no debate com Simonsen para a segunda edição dos Princípios de Economia Monetária. O primeiro princípio apresentado no debate, o qual reza que, uma vez atingido o emprego total, novos empreendimentos gerariam somente inflação (GUDIN [1945] 2010, p. 89), encontra-se transplantado para o Princípios de Economia Monetária (GUDIN 1947, p.168) tal qual é apresentado na controvérsia. O mesmo ocorre com o terceiro princípio, a necessidade de se moderar as obras novas (GUDIN [1945] 2010, p.91), transcrito em seu livro-texto no parágrafo terceiro do mesmo capítulo sob o nome de “Bens de Consumo e Bens de Produção” (GUDIN 1947, p.170).

Gudin utilizou as definições, em ambas as situações, para defender sua prescrição de uma “política de crédito seletivo, para estimular as atividades dos setores econômicos deprimidos e restringir as do que já manifestam indícios de inflação” (GUDIN 1947, p.171). Contudo, em sua exposição dos princípios monetários, Gudin não explicitou a relação de emprego total e a necessidade de moderar novas obras com a economia brasileira, embora isso seja feito de forma clara durante seu relatório (GUDIN [1945] 2010, p.93).

Outra alteração relacionada ao relatório “Rumos de Política Econômica”, agora no campo de prescrições mais gerais, encontra-se no capítulo XVII, “Interpretação do Princípio de Paridade”.⁵⁶ A discussão da paridade do poder de compra fora sofisticada através da incorporação de novos conteúdos discutidos

⁵⁶ Na edição anterior o capítulo chamava-se “Determinação do Grau de Disparidade”.

primeiramente no relatório. Dito de outra forma, Gudin incorporou a noção da produtividade dos fatores à teoria da paridade do poder de compra (GUDIN 1947, p.252). Isto é, a estrutura dos preços e salários passava a ser fundamental para seu argumento sobre equalização dos preços a nível internacional, ainda rudimentar na primeira edição.

Gudin já havia se apropriado dessa mesma noção em seu debate com Simonsen, em 1945, ao se apropriar de um exemplo atribuído a Jacob Viner (1932) retirado de seu artigo "*Mihail Manoilescu on the Theory of Protection*". Gudin ([1945] 2010, p.102) essencialmente invalidou a utilização de uma tarifa de modo permanente como preconizada por Manoilescu, devido à equalização do preço dos fatores sob o regime das vantagens comparativas:

[...] o comércio internacional tem o efeito de fazer subir os preços dos fatores de produção nas atividades em que o país tem vantagem comparativa e de fazê-lo baixar naquelas em que tem desvantagens comparativas. Esse é o erro de Manoilescu, que raciocinou em circuito de economia fechada e não em regime de trocas internacionais 7[...] (GUDIN [1945] 2010, p.102).

Consequentemente, a inclusão também significou a apropriação da análise baseada em custos e vantagens comparativas, uma característica obscura na primeira edição. Esta sofisticação de Gudin, portanto, foi realizada através da incorporação integral do argumento de Viner (1932). O argumento, publicado em uma resenha no "*Quarterly Journal of Economics*" logo após o lançamento do livro de Manoilescu em 1932, buscava desmerecer tanto a base empírica apresentada pelo romeno, quanto seu argumento teórico subjacente: a promoção do protecionismo permanente, justificado que as indústrias consistiriam em atividades de maior produtividade do que a agricultura. Com a breve resenha e poucos exemplos numéricos, inclusive incorporados por Gudin somente no relatório, Viner desqualifica as proposições de Manoilescu mostrando que, uma vez estabelecido o comércio entre países, o princípio das vantagens comparativas opera independentemente da presença de tarifas. De certa forma, Gudin ([1945] 2010, p.102) resume o argumento ao escrever que a falha de Manoilescu fora seu raciocínio "em circuito de economia fechada e não em regime de trocas internacionais".

Nesse sentido, o argumento de regime de trocas internacionais, tal qual descrito por Gudin no documento "Rumos de Política Econômica", surge na segunda

edição do livro-texto sob a própria interpretação de Gudin (1947, p.252-253) para a teoria da paridade do poder de compra, a qual não passa de uma sustentação dos princípios das vantagens comparativas. Como esta edição do *Princípios de Economia Monetária* é considerada um livro raro e de difícil acesso, segue-se uma longa transcrição do argumento, inédito no livro, no qual se observa a incorporação da equalização dos preços na discussão a respeito da paridade do poder de compra:

A teoria da paridade do poder de compra não se traduz portanto em equivalência de preços de mercadorias e serviços nos dois países. Mas “RESPEITADA A DIVERSIDADE DA ESTRUTURA SALÁRIOS-APARELHAMENTO-PREÇOS” em dois países e fazendo variar o poder geral de compra das respectivas moedas, os preços em um e em outro tendem a reajustar-se em torno da nova paridade do poder de compra das duas moedas [...] Conclui-se assim que a teoria da paridade do poder de compra é mais dinâmica do que estática. No sentido Walrasiano, ela é muito mais uma lei ‘de variação dos preços de equilíbrio’, do que uma ‘lei de preços de equilíbrio’. E assim interpretada ela se traduz no 3) Princípio da Paridade de Inflação (ênfase do original; GUDIN, 1947, p.252-253).

A sofisticação Gudiniana de centrar ideias em torno da lógica contrária ao protecionismo também é perceptível a partir do conteúdo excluído entre as edições dos *Princípios de Economia Monetária*. Gudin removeu sua principal referência no tópico durante a primeira edição: o conceito da “vantagem de não ser grande” de Robertson (GUDIN 1943a, p.340). O conceito sustentava a ideia de que os mercados internacionais não eram perfeitamente integrados, possibilitando que os países tirassem proveitos de algumas distorções como da inflação e, principalmente, do protecionismo. O mesmo se observou para a exclusão da utilização de argumentos provenientes de Mises sobre esse tópico (GUDIN 1943a, p.337).

Portanto, parte da sofisticação de Gudin consistiu em concentrar seus argumentos. Isto é, especializá-los em torno da sua nova lógica a respeito da interpretação do princípio da paridade do poder de compra. Mudança que se originou, parcialmente, com a incorporação da crítica de Viner (1932) à abordagem de Manoilescu (1932).

A orientação mais precisa no estudo do comércio internacional, centrada na determinação das taxas de câmbio, também se somou a ideias discutidas anteriormente no relatório “Rumos de Política Econômica”. Por exemplo, as páginas 240-241 da segunda edição representaram outra importação *ipsis litteris* do conteúdo presente no relatório. O teor importado versava a respeito do argumento de Gudin contrário a imposição de proteções aduaneiras, fossem elas temporárias

ou permanentes, as quais reduzissem demasiadamente o nível de importações, posicionando-se favoravelmente ao comércio exterior livre (GUDIN [1945] 2010, p.98 e 1947 p.240-241). O economista liberal justificava seu argumento da promoção de um comércio livre devido à escassez dos fatores de produção, os quais seriam melhores aproveitados em um regime de livre câmbio (GUDIN [1945] 2010, p.98 e 1947 p.241).

Para isso, notadamente em ambos os textos, Gudin baseia-se na mesma passagem de Taussig (1911): “if there are less imports, there will be less exports and labor, if employed more in the new way is employed less in the old” (TAUSSIG 1911, p.511 apud GUDIN 1947 p.241). O excerto é proveniente do primeiro volume da obra “*Principle of Economics*” e compõe a defesa do livre-cambismo levada a cabo pelo autor norte-americano, justificada, como posta pelo livro, no princípio da divisão do trabalho e especialização geográfica (TAUSSIG 1911, p.508).⁵⁷

Adicionalmente, as alterações provocadas no livro IV (Teoria dos Câmbios Internacionais), que davam maior coesão ao mesmo em torno do problema da determinação cambial, somam-se à defesa ativa do princípio das vantagens comparativas. Assim, tanto sob os aspectos dos diagnósticos da economia brasileira como das considerações de nível geral, a segunda edição inovou ao incorporar a lógica completamente contrária ao protecionismo, trabalhada primeiramente por Gudin em seu relatório “Rumos de Política Econômica”.

Em vista do discutido, à guisa de sumarização, as alterações do Livro IV (Teoria dos Câmbios Internacionais) em 1947 ofereceram à segunda edição dos Princípios de Economia Monetária três mudanças que melhoravam seus argumentos contrários ao protecionismo. (1) A influência do comportamento cíclico das economias, especialmente as líderes, no ajustamento dos preços a nível internacional não deveria ser distorcido pela implantação de tarifas (Gudin 1947, capítulos XVII e XVIII). O efeito da introdução de tarifas protecionistas, para Gudin (GUDIN [1945] 2010, p.252-253), atuaria como um distúrbio ao ajuste e causaria

⁵⁷ Frank William Taussig era um dos principais intelectuais do livre-cambismo e defensores do princípio das vantagens comparativas na academia americana durante o início do século XX (BACKHOUSE 1985, p.199). Notadamente, Taussig foi o orientador da tese de doutorado de Jacob Viner na primeira década do século. Seu livro “*Principles of Economics*”, mencionado por Gudin, consistia na sua principal referência para o ensino de economia em Harvard durante este período (MARIANNE e SAMUELS, 2010)

somente inflação. (2) A equalização dos preços dos fatores e o mecanismo de transferência internacional invalidava a obtenção de ganhos de comércio com implantação de práticas protecionistas. (3) Por fim, a maior coesão ao referencial teórico ao incluir a defesa das vantagens comparativas a partir das ideias de Viner e Taussig, acompanhado da exclusão de autores como Robertson e Von Mises nos tópicos diretamente relacionados ao assunto.

Portanto, o processo de sofisticação acadêmica de Gudin da primeira para a segunda edição de seu principal livro texto pode ser caracterizado pela incorporação de ideias-chave ao livro, como a equalização dos preços e a questão do emprego. O livro foi sofisticado no sentido de que absorveu discussões referentes à política econômica a partir do debate de Gudin com Simonsen, até então um elemento pouco exposto por Gudin em sua principal obra acadêmica.

3.3 A TERCEIRA EDIÇÃO DOS *PRINCÍPIOS DE ECONOMIA MONETÁRIA*: AMPLICAÇÃO DA DISCUSSÃO DO CASO BRASILEIRO E POLÍTICA ECONÔMICA.

A partir da terceira edição, o livro-texto *Princípios de Economia Monetária* desdobrou-se em dois volumes. O volume I manteve os mesmos padrões das duas edições anteriores. O volume II consistiu em um livro inteiramente novo, cujo principal objetivo era discutir política econômica. Após várias tentativas de encontrar o primeiro volume da edição de 1952, chegamos à conclusão de que o segundo volume data de 1952, mas o novo primeiro volume do livro foi publicado apenas em 1954. O material de arquivo provê evidência de que esse seria mesmo o caso. Em sua correspondência com Jacob Viner, Gudin relata estar prestes a entregar a terceira edição do primeiro volume de seu livro-texto, atrasada havia 2 anos (Gudin para Viner, 24 de Dezembro, 1953).

O primeiro volume, cuja terceira edição fora publicada em 1954, teve alterações em todos seus conteúdos conforme se observa no prefácio (GUDIN 1954a). Segundo o autor, as mudanças mais substanciais ocorreram no livro IV, o qual fora, de acordo com ele, “inteiramente remodelado”. Com a remoção do capítulo referente à discussão entre inflação, câmbio e comércio exterior; o livro IV passou a

contar somente com quatro capítulos. Nas palavras de Gudin (1954a, prefácio): “O assunto ‘Teoria Cambial’ passou a ser tratado com mais desenvolvimento e atualidade”. Discutiremos em mais detalhes esta alteração na seção 3.3.1. Outra mudança que merece destaque é a exclusão do tópico referente aos problemas de balanço de pagamentos dos países da América Latina. Observa-se, também, a inclusão de um capítulo dedicado ao sistema bancário brasileiro, focado em discussões pertinentes ao banco central, possivelmente relacionado à sua experiência profissional de 1947 junto a Bulhões e Haberler na criação da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC).

O segundo volume, por sua vez, foi organizado em três livros distintos: (I) Elementos Básicos de Política Monetária, (II) Introdução à Política Econômica e (III) Política Econômica. Em especial, o prefácio traz uma advertência de Gudin em relação aos três capítulos iniciais, os quais ele atribui às recomendações de Gottfried Haberler (GUDIN, 1952a).⁵⁸ Os três capítulos apresentavam, resumidamente, questões teóricas relacionadas à: (a) taxa de juros – capítulos 1 e 2 – e (b) poupança e investimento – capítulos 2 e 3.

O material de arquivo sugere ser plausível que Gudin tenha recebido as recomendações de Haberler em 1947, quando o autor encontrava-se no Brasil passando um longo período no Rio de Janeiro (Gudin para Prebisch, 2 de Julho, 1947; Prebisch para Gudin, 17 de Julho, 1947). O conteúdo dos capítulos também reforça esta hipótese, posto que uma das principais tarefas de Haberler no Brasil durante a ocasião era assessorar Gudin durante para a criação da SUMOC, portanto lidando com temas diretamente ligados ao assunto (Gudin para Prebisch, 2 de Julho, 1947; Prebisch para Gudin, 17 de Julho, 1947).

Inclusive, a realização das conferências de Jacob Viner também serviu de motivação para a finalização do segundo volume. Gudin já havia relatado a Prebisch estar trabalhando no segundo volume de seu livro (Gudin para Prebisch, 2 de Julho, 1947). Por outro lado, em troca de correspondências com Viner, o brasileiro confessa ter encontrado, após as conferências, a inspiração necessária para finalizar

⁵⁸ Embora o livro tenha sido publicado somente em 1952, o prefácio traz como assinatura a data de Julho de 1951. Desta forma, é altamente provável que Gudin tenha finalizado o primeiro volume da terceira edição neste ano.

o livro, que se encontrava parado há algum tempo (Gudin para Viner, 28 de Novembro, 1950).

Ao contrário das demais edições, a terceira edição, em seus dois volumes, discutia diretamente o caso brasileiro em quatro partes: o balanço de pagamentos (capítulo XX do primeiro volume), o sistema bancário brasileiro (capítulo VI do primeiro volume) o comportamento cíclico do Brasil (capítulo VI do segundo volume) e o problema do emprego no Brasil (capítulo VII do segundo volume). E, indiretamente, no capítulo final do segundo volume, Gudin debateu a estabilidade econômica nos países de produção primária. Em relação às edições anteriores, com exceção da discussão relativa ao balanço de pagamentos brasileiro, a preocupação de contextualizar o caso brasileiro os todos os demais tópicos consistiu em uma característica marcante da terceira edição.

Mesmo assim, o caso brasileiro ainda não consistia em uma das preocupações centrais do livro, permanecendo marginalizando dentro dos objetivos da obra eminentemente didática. Observa-se, por exemplo, como o livro não discute diretamente outros tópicos essenciais aos diagnósticos de Gudin do caso brasileiro, como desenvolvimento, produtividade e o diferencial de produtividade entre setores agrícolas e indústrias. Não se observa nenhuma discussão dedicada a estes tópicos no livro, justificável pelo seu objetivo originalmente didático. Estas discussões mantiveram-se reservadas, dentro do espectro mais amplo da obra de Gudin, à tríade de artigos publicada na Revista Brasileira de Economia, já discutida no Capítulo 2 dessa dissertação.

A seguir, procurando seguir o critério aplicado até então para a exploração sistemática do livro, discute-se a evolução da obra privilegiando-se, primeiro, os aspectos relacionados à análise do caso brasileiro e, em seguida, as considerações de cunho mais genérico (principiológicas). Portanto, explora-se nas subseções adjacentes, respectivamente, o conteúdo do livro relativo a: balanço de pagamentos, questão cambial, ciclos econômicos, questão do emprego e política econômica.

3.3.1 Balanço de Pagamentos.

Conforme indicado pelo prefácio, o livro IV (Teoria dos Câmbios Internacionais) foi reformulado em alguns de seus aspectos. A título de exemplo, o capítulo XVII, referente ao balanço de pagamentos, passou a trazer o balanço de pagamentos oficial do Brasil para o ano de 1947. Observa-se, inclusive, como Gudin removeu os trechos literalmente adicionados do debate com Simonsen, explorados na seção 3.2, acima. Novamente, em um comentário a respeito do balanço brasileiro, Gudin (1954a, p.265) salientou a noção de que a inflação endêmica era causa do desequilíbrio do balanço de pagamentos.

A reformulação do Livro IV também trouxe conteúdos novos para o livro-texto a partir de um aprofundamento conceitual. Introduziu-se, por exemplo a Teoria das Elasticidades, a qual posteriormente seria adotada por Gudin para prover sua nova abordagem ao balanço de pagamentos. A exposição didática da teoria baseia-se, conforme as notas bibliográficas indicam, essencialmente em Fritz Machlup (1940) "*The Theory of Foreign Exchange*" (GUDIN 1954a, p.275). Inclusive, o autor chega a recomendar um aprofundamento a respeito do tema das elasticidades a partir do artigo de Silva (1949) publicado na Revista Brasileira de Economia. O artigo consistia em um estudo aplicado para a determinação das elasticidades da procura norte-americana para o café brasileiro.

A introdução da abordagem das elasticidades para o balanço de pagamentos serviu como marco teórico para analisar os impactos de variações na taxa cambial sobre o balanço de pagamentos. Novamente nesse tópico, Gudin (1954a, p.275-278) conecta sua exposição ao que apresentara na Revista Brasileira de Economia, quando indica tanto seu artigo com Jorge Kingston⁵⁹ (GUDIN e KINGSTON, 1949), como as conferências de Viner para uma visão mais profunda da teoria do comércio internacional, uma vez que o livro limitava-se somente a discutir a teoria dos câmbios.

⁵⁹ Jorge Kingston era brasileiro, nascido em Niterói, RJ. Engenheiro Civil de formação e PhD em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, à época Universidade do Brasil, na qual Gudin lecionava. Tornou-se professor da instituição em 1950 assumindo a cátedra de estatística econômica. Kingston tinha uma carreira de projeção internacional, tendo sido *fellow* da Fundação Guggenheim (1941 e 1947) e vice-presidente do Instituto Interamericano de Estatística e do '*International Statistics Institute*' (informações biográficas retiradas de Pelaez (1979, p.172)). Inclusive, quando logra em ser admitido na universidade, o pesquisador é mencionado na correspondência entre Gudin e Viner, fato que ratifica a proximidade entre os dois engenheiros de formação (Gudin para Viner, 6 de Outubro, 1950).

Outra adição teórica consistiu na definição da taxa de câmbio de equilíbrio, um aspecto ainda não discutido no livro-texto. Com base em Nurkse (1945), Gudin (1954a, p.279-280) justificava que seria possível atingir o equilíbrio do balanço de pagamentos através de restrições artificiais à importação, pois a combinação de tarifas *ad valorem* e subvenções *ad valorem* renderiam o mesmo efeito de uma desvalorização cambial. Contudo, o autor ainda assinalava algumas hipóteses para que os controles lograssem em estabelecer o equilíbrio da taxa de câmbio, como o caso da inexistência de inflação duradora, situação na qual “não há equilíbrio possível” (GUDIN 1954a, p.281).

O acesso de Gudin aos manuscritos de Nurkse (1945) e Machlup (1940) ocorrera por meio das reimpressões presentes no livro “*Readings in Theory of International Trade*” publicado em 1949 e editado por H. S. Ellis e L. A. Meltzer. As correspondências entre Jacob Viner e Gudin trazem diversos exemplos de materiais trocados entre os autores. Contudo, não se pode afirmar que Viner tenha enviado esse exemplar específico para Gudin. É mais provável, conforme descrito em uma de suas correspondências, que Gudin tenha obtido um exemplar diretamente com H.S. Ellis, dado que ambos já mantinham um contato direto confirmado em 1955 (Gudin para Viner, 16 de Agosto, 1955).

Posta a parte conceitual, a terceira edição ofereceu uma análise inédita, pelo menos em relação às demais edições do livro-texto, para o balanço de pagamentos brasileiro através de três pontos, característica que lhe rendeu maior profundidade em relação às outras edições. Primeiro, Gudin (1954a, p.285) definiu o comportamento da economia brasileira como reflexa, tal qual havia realizado em outras ocasiões. Sendo a economia reflexa, a característica de instabilidade do balanço de pagamentos resultava da variação cíclica dos preços de seus produtos de exportação, determinados em última instância pelas oscilações na renda dos países líderes (GUDIN 1954a, p.285).

Segundo, três eram os agravantes determinantes da amplitude das oscilações cíclicas: (a) o movimento dos capitais estrangeiros, (b) o endividamento externo e (c) a inflação (GUDIN 1954a, p.286-287). Quanto ao último ponto (c), Gudin realiza um diagnóstico, ainda que sem trabalhar sua base empírica, de que a inflação assumiu “caráter endêmico nos últimos 20 anos. Não é preciso explicar por

que a inflação é sinônimo de desequilíbrio no balanço de pagamentos” (GUDIN 1954a, p.267). A passagem anterior demonstra como Gudin tomava como dado o binômio de inflação persistente e desequilíbrio no balanço de pagamentos para o caso brasileiro; furtando-se, portanto, de prover maiores explicações sobre o assunto.

Terceiro, o livro ofereceu uma análise do balanço de pagamentos a partir das elasticidades introduzidas nos capítulos anteriores. Para executá-la, Gudin (1954a, p.287) fez uso principalmente dos trabalhos de Silva (1949) e da primeira conferência promovida por Haberler (1947). O trabalho de Silva (1949), baseado na metodologia de estimação de demanda oferecida por Schultz (1938), oferecia uma estimativa para a elasticidade da procura do café norte-americano para o período entre guerras. Haberler (1947), por sua vez, detalhava a dinâmica cíclica da economia americana em sua primeira conferência, o que o levou a prover considerações a respeito das elasticidades da economia americana tratadas pelo livro-texto.

Por fim, o diagnóstico de Gudin apontava para a necessidade de se reduzir os déficits do balanço de pagamentos através da redução no consumo e/ou investimentos (GUDIN 1954a, p.291). Curiosamente, o autor não relacionou seu diagnóstico e prescrição à questão inflacionária endêmica. Vale ressaltar, adicionalmente, que o novo formato da análise para o balanço de pagamentos substituiu sua lista de 8 pontos introduzida na edição anterior discutida no tópico 3.2.

Desta maneira, a introdução da discussão especializada na abordagem das elasticidades pode ser entendida como uma sofisticação teórica de Gudin. Em um dos raros momentos nos quais o autor de fato se apropria do conteúdo didático exposto, Gudin chega ao ponto de defini-la como “o melhor guia de política monetária quanto aos efeitos de uma valorização ou desvalorização cambial sobre o balanço de pagamentos” (GUDIN 1954a, p.279).

Além de uma análise do balanço de pagamentos, a terceira edição também se propôs a discutir a natureza do desequilíbrio do mesmo, tal qual apresentado brevemente na edição anterior (GUDIN 1947, p.346). Isto é, tratava-se de uma exposição mais profunda quanto ao “problema de balanço de pagamentos e câmbio” presentes ao final da segunda edição. A terminologia, introduzida anteriormente, não

fora identificada como sendo a do Fundo Monetário Internacional, passando a ser atribuída ao órgão na nova tiragem. A terceira edição, por sua vez, trouxe uma discussão mais aprofundada quanto à classificação do Fundo para a diferenciação entre um desequilíbrio fundamental ou cíclico (temporário e não fundamental) do balanço de pagamentos. O refinamento deu-se pela incorporação do trabalho de Triffin (1947) que deu maior profundidade à discussão.

Novamente, percebeu-se a marca pedagógica do livro. Embora o autor tratasse do assunto durante o livro-texto, não há a apropriação e utilização de nenhuma das classificações para caracterizar o caso brasileiro.⁶⁰ Não obstante, o autor sustentava a posição de que era necessário classificar um desequilíbrio no balanço de pagamentos a partir do critério definido pela disparidade entre a taxa de câmbio em vigor e a taxa de câmbio de equilíbrio (GUDIN 1952a, p.270). A classificação dos tipos de desequilíbrio do balanço de pagamentos pertencia à exposição das medidas de política econômica cabíveis, igualmente discutidas pelo livro, caso um desequilíbrio do tipo fundamental fosse constatado.

Portanto, frente à remodelação do Livro IV (teoria dos câmbios internacionais) pode-se sintetizar as mudanças da terceira edição adjacentes ao balanço de pagamentos promovidas em torno das seguintes modificações. Remoção de conteúdos adicionados na controvérsia com Simonsen, porém preservando o funcionamento teórico das vantagens comparativas. Introdução da abordagem das elasticidades para o estudo do balanço de pagamentos, a qual ampliou a base teórica de Gudin com novos autores (Machlup e Nurkse, principalmente). Apropriação da abordagem introduzida, cuja análise do problema do balanço de pagamentos foi embebida em maior profundidade técnica. Por fim, uma repetitiva identificação do desequilíbrio do balanço de pagamentos causado pela inflação, ainda sem qualificá-lo como temporário ou fundamental.

Adicionalmente, a atualização promovida contava com o suporte do material divulgado na Revista Brasileira de Economia, uma vez que o periódico era

⁶⁰ Gudin (1952, p.269) inclusive mostrou-se cético quanto à utilização das mesmas por concordar com a crítica de Haberler introduzida no manuscrito "*Post-War Studies*" e resumida no livro-texto. A publicação deste manuscrito deu acesso ao conteúdo de Robert Triffin como ao de Haberler. A crítica deste último mostra que, dada a complexidade do desequilíbrio do balanço de pagamentos, guiar-se por esse tipo de taxonomia oferecia o perigoso risco de se adotar medidas baseado em um diagnóstico errôneo, as quais só aprofundariam o problema real.

mencionado, por vezes, como fonte para maiores detalhes a respeito tanto do estudo das elasticidades, como da teoria do comércio internacional.

3.3.2 Análise Cambial.

A discussão pertinente à paridade do poder de compra passou a ser realizada de forma muito mais breve em relação à edição anterior. Inclusive, observa-se como a exposição, além de mais curta, centrou-se novamente apenas nos aspectos didáticos. Por exemplo, não havia mais a interpretação do princípio da paridade do poder de compra (GUDIN 1947, p.251) adicionado após a controvérsia com Simonsen. Ou seja, Gudín removeu o longo argumento relacionado à equalização dos preços, remuneração a nível de fatores e paridade do poder de compra descrito na seção 3.2.

Por outro lado, a elevação do tom didático aperfeiçoou a exposição do conceito de relações de trocas (tradução do autor para o vocábulo inglês '*terms of trade*'). Durante a explicação didática dos fatores que afetariam as alterações nos termos de troca, Gudín alertava seus leitores para a importância da “relação factorial de trocas”, isto é, nas palavras de Gudín (1954a, p.271) “que não se refere aos preços dos produtos e sim às remunerações dos fatores de produção em um ou outro país, isto é o valor relativo das rendas monetárias [...] dos fatores em um e outro país”. Ou seja, o aperfeiçoamento da exposição, em partes, preservou as ideias removidas no que diz respeito ao efeito do princípio das vantagens comparativas em equalizar os preços dos fatores no regime de trocas internacionais.

Inclusive, nota-se como Gudín adicionou uma recomendação de literatura para aprofundamento do tema baseada no clássico livro de Viner (1937), '*Studies in The Theory Of International Trade*', e uma publicação da associação econômica internacional de 1950 intitulada "*The Problem of Long Term International Balance*".

3.3.3 Ciclos Econômicos.

O estudo dos Ciclos econômicos consistiu em um tópico que já era discutido anteriormente por Gudín que ganhara um capítulo inédito e exclusivo ao seu exame

com a terceira edição (capítulo VI do segundo volume). O tópico era apreciado tanto do ponto de vista didático, no qual se apresentava algumas das principais teorias quanto ao ciclo econômico, quanto na questão aplicada com a análise do comportamento cíclico do Brasil.⁶¹ Conforme explicado pelo livro, o objetivo do capítulo era apenas introduzir noções essenciais dos ciclos aos leitores, para que se compreendesse com maior facilidade a função da política monetária “que é, geralmente, anti-cíclica” (GUDIN 1952a, p.139).

A apresentação das teorias reforça a influência de Gottfried Haberler no processo de sofisticação acadêmica de Gudin. A exposição das teorias, conforme admitido pelo autor (GUDIN 1952a, p.139), consistia em um resumo proveniente, sobretudo, dos capítulos 2, 3 e 5 da obra de Haberler “*Prosperité et Dépression*”, um marco na literatura sobre ciclos econômicos da década de 30 (vide BOIANOVSKY 2000). Inclusive, a fim de aprofundar o conhecimento no tópico, o autor recomendava a leitura de outro artigo de Gottfried Haberler divulgado na própria Revista Brasileira de Economia em 1950.⁶² Além disso, também se alertava os leitores quanto à importação do conteúdo, em menor extensão, do livro de G. Halm (1942) “*Monetary Theory*”.⁶³

Após a exposição essencialmente didática, o estudo do comportamento cíclico brasileiro era levado a cabo. Retomando piamente sua dicotomia entre economias líderes e reflexas, Gudin reforçou sua abordagem apresentada em edições anteriores. Nesse sentido, alguns poucos detalhes são adicionados, como a afirmação de que o maior impacto dos movimentos ciclos provenientes dos Estados Unidos e a necessidade, pois, de se promover medidas com o objetivo de atenuar o impacto cíclico (GUDIN 1952a, p.164-165).⁶⁴ Por outro lado, o economista liberal

⁶¹ Gudin (1952) apresentou a noção dos ciclos econômicos a partir de 5 teorias as quais eram introduzidas segundo os nomes: Hipótese do Subconsumo, Teorias Puramente Monetárias, Teorias do Superinvestimento, Teoria da Inovação e Teoria do Subinvestimento.

⁶² O manuscrito de Haberler (1950) publicado no periódico brasileiro contribuía com a exposição do livro por oferecer uma discussão conceitual para o ciclo econômico, muito mais ampla em relação àquela contida no livro-texto. Haberler o fez com o fito de discutir a possibilidade teórica de se anular os efeitos do ciclo econômico através da planificação econômica. Seu artigo publicado na Revista Brasileira de Economia provê argumentos invalidando esta premissa do planejamento.

⁶³ Georg Nicholas Halm (1901-1984) era um economista alemão, emigrado para os Estados Unidos em 1936, professor de economia da universidade de Tufts, Massachusetts.

⁶⁴ Gudin (1952b, p.164) justificava seu diagnóstico da economia brasileira como reflexa, pois a exportação consistia “perto de 20% de sua renda nacional”. O fato também era o único dado empírico realmente apresentado para sustentar que os efeitos do impacto cíclico teriam maior intensidade caso fossem originados nos Estados Unidos.

conectou sua discussão cíclica como reforço à tese, presente em toda a terceira edição, de que o Brasil não sofria, absolutamente, da “possível escassez de investimentos”.

Nesta direção, Gudin (1952a, p.164) robusteceu sua tese de que a “desordem econômica e monetária, como a nossa inflação endêmica” era consequência bipartida dos choques cíclicos e da escassez dos fatores de produção brasileiros. Este último tratado pelo autor como “sofreguidão de tudo quisermos executar ao mesmo tempo, sem atender ao fato de que nossos fatores de produção [...] são limitados” (GUDIN 1952a, p.164). Ainda conforme explicado pelo livro, estes dois elementos (impactos cíclicos e escassez dos fatores de produção), respectivamente, elucidavam os desequilíbrios da economia brasileira, cuja origem era fundamentalmente doméstica, ainda assim amplificada pelos impactos advindos do exterior.

Chama atenção como o autor não se apropriara de nenhuma das teorias resenhadas pelo próprio capítulo para discutir sua análise ao caso brasileiro, pois se manteve fiel à sua abordagem original. Diferentemente do caso da introdução e apropriação da Teoria das Elasticidades no Livro IV, houve uma distinção clara entre a carga didática e analítica ao tratar o conteúdo. Inclusive, o autor também reforçou a importância do tema explicitando aos leitores as outras ocasiões em que o livro utilizou sua análise do comportamento cíclico ao caso brasileiro. As outras ocasiões residiam nos tópicos referente a: Bancos Centrais Latino-Americanos, Balanço de pagamentos e dinâmica inflacionária dos países de produção primária; brevemente tratados a seguir.

Para a análise do balanço de pagamentos, a condição de economia reflexa sujeita aos efeitos do ciclo econômico era fulcral. Gudin (1954a, p.285) inaugurou sua nova análise, baseada nas elasticidades conforme descrita no item 3.3.2 acima, justamente a partir da constatação de que a “característica de instabilidade do balanço de pagamentos, a qual se transmite ao resto da economia, pela ascendência que sobre ela tem o comércio exterior” (GUDIN 1954a, p.285). Como a passagem mostra, Gudin reconhecia o papel do comércio exterior em transmitir os efeitos cíclicos.

O mesmo argumento taxonômico entre economias líderes e reflexas é resgatado durante a diferenciação entre a estrutura dos bancos centrais de Países como Estados Unidos e Inglaterra em comparação aos países da América Latina (GUDIN 1954a, p.364). Curiosamente, o autor utilizou a vulnerabilidade cíclica das economias reflexas durante a fase de depressão como justificativa para a diferenciação do papel dos bancos centrais, pelo fato de que o “equilíbrio” das economias encontra-se sujeito a fatores ligados à produção agrícola (GUDIN 1954a, p.364-65). Por fim, durante as fases de depressão, o mesmo impacto cíclico, amplificado devido às características das economias observáveis por suas elasticidades, fora qualificado como fator relevante para a dinâmica inflacionária⁶⁵ deste tipo de economias discutidas ao final do segundo volume (GUDIN 1952a, p.258).

À guisa de reflexão, não se constatou a introdução de conteúdo analítico novo através terceira edição durante a discussão dos ciclos econômicos. Isto é, a análise de Gudin manteve-se essencialmente a mesma. Por outro lado, ocorreram sofisticções com a adição de algumas teorizações sobre o ciclo econômico a partir dos trabalhos de Haberler (1937 e 1950) e Halm (1942), conforme indicado pelo autor. Da mesma forma, observa-se como a terceira edição amplia a importância do tópico ao tratá-lo junto a outros temas contidos no livro relacionados ao caso brasileiro, como balanço de pagamentos e dinâmica inflacionária dos países de produção primária. Por fim, também se observa como a experiência da editoração da Revista Brasileira de Economia auxiliou a exposição ao prover conteúdo adicional, inclusive da própria autoria de Haberler (1950).

3.3.4 Questão do Emprego.

A questão do emprego abriga o refinamento teórico da reconhecida tese de Gudin a respeito da situação da economia brasileira: a presença do hiperemprego. O lançamento da hipótese no livro corresponde a uma singularidade da terceira edição, a qual somou diversos conteúdos a questão. Dentre eles podemos pontuar as seguintes inovações: introdução da tese do hiperemprego na obra e aplicado ao

⁶⁵ Reserva-se o aprofundamento da dinâmica inflacionária tal qual como apresentada por Gudin ao item 3.3.5 desta seção.

caso brasileiro, definição teórica do hiperemprego e adição de um capítulo dedicado exclusivamente a apreciação do assunto. Tópicos relativos ao capítulo do emprego (explicação da transição do pleno-emprego para o hiperemprego, discussão do desemprego disfarçado, diagnóstico de baixa produtividade/inexistência de desemprego disfarçado para a economia brasileira).

O termo hiperemprego apareceu pela primeira vez nas páginas dos *Princípios de Economia Monetária* através de sua exposição a respeito das causas entre “Desigualdade entre economias e investimentos” (GUDIN 1952a, p.80).⁶⁶ Conseqüentemente, sua definição teórica acurada também surge nesta ocasião. Para o autor, o termo traduzia a existência de uma massa monetária excessiva frente aos fatores de produção disponível, a qual buscava realocá-los incrementando os salários monetários. No linguajar de Gudin o conceito é descrito como segue: “existência de economias em dinheiro, isto é, ‘direitos de haver’ fatores de produção para investimentos e de não poder esse direito ser ‘normalmente’ exercido” (GUDIN 1952a, p.80).

Ainda, conforme versava o livro, a situação de hiperemprego era condicionada à existência de uma “situação inflacionista, de alta de preços e lucros vultuosos” na qual se originam recursos monetários incapazes de gerar investimentos que aumentem a renda nacional, pois não há fatores de produção disponíveis, conforme explica Gudin (1952a, p.80). Adicionalmente, o autor não descarta a possibilidade de transferência dos fatores de produção, capital e trabalho, “de uma para outras aplicações [...], inclusive do consumo para o investimento” (GUDIN 1952, p.80). Neste caso, seria provocado um aumento dos preços (inflação), causado pelo investimento excessivo, pois somente o investimento poderia motivar o trânsito forçado, por assim dizer, dos fatores de produção no sistema de Gudin.⁶⁷

⁶⁶ Embora seja possível precisar o surgimento do termo no livro-texto, não há evidências, tanto na obra como nos materiais de arquivo, que permitam inferir algum tipo de influência na cunhagem do vocábulo. Por exemplo, o conceito é introduzido sem qualquer atribuição direta realizada por Gudin, ou indicação de literatura internacional relacionada ao tópico. Vale ressaltar que o exercício conceitual ocorre em um capítulo essencialmente macroeconômico (Capítulo III – Economias e Investimentos do segundo volume), no qual há referência a uma ampla gama de autores durante a apresentação didática, fator que configura outra dificuldade ao exercício da atribuição. Por sinal, a ausência de recomendações ou notas bibliográficas ao conceito é um momento raro deste capítulo.

⁶⁷ No ano de 1959, em uma troca de correspondências com Jacob Viner, Gudin revelou como este processo consistia em uma das suas maiores preocupações, o qual buscava combater através de artigos de jornal. Na correspondência, Gudin utilizou o termo “*Manoilescu Mechanism*” para resumir a

Inclusive, vale ressaltar, tamanha a fluidez da tese para obra, Gudin lançara seu diagnóstico do mesmo para a economia brasileira ainda durante a discussão sobre “Desigualdades entre economias e Investimentos”. Em uma situação como a descrita, de excesso de investimentos frente às “economias nacionais”, o processo só é levado a cabo, segundo Gudin, através da expansão de crédito e emissões de papel-moeda (GUDIN 1952a, p.96). O autor afirmara que o recurso havia sido recorrente na economia brasileira e consiste na origem de “inflações repetidas” (GUDIN 1952a, p.96), portanto, aplicando o diagnóstico em definitivo ao caso do Brasil. A carência de dados para a apresentação do diagnóstico rende o caráter hipotético à afirmação, a qual é mais corretamente tratada pelo vocábulo tese, ou hipótese, uma vez que o exercício empírico se fez ausente.

Como dito anteriormente, o diagnóstico do hiperemprego (e hiperinvestimentos) já havia sido introduzido por Gudin ([1945] 2010, p.93) através do relatório “Rumo de Política Econômica”. Tanto é que, como explorado na seção 3.2 acima, parte dos princípios apresentados no relatório foram incorporados ao conteúdo da segunda edição dos *Princípios de Economia Monetária*.⁶⁸ A diferença fundamental, contudo, jaz no detalhamento causal da tese quanto à presença de hiperemprego (e hiperinvestimentos) na economia brasileira. Portanto, vide que Gudin já lançara sua tese de hiperemprego, seu aprofundamento conceitual pode ser compreendido como uma sofisticação promovida pelo desdobramento da obra em dois volumes de 1952.⁶⁹

Outros aspectos da teoria do emprego também foram tratados pelo livro com profundidade. Isto é, a terceira edição ofereceu outro capítulo inédito para versar exclusivamente sobre a teoria do emprego (capítulo VIII do segundo volume). O capítulo divide-se, coerentemente com o tom geral da obra, entre os esforços

ideia da transferência da agricultura para a indústria via salários monetários, sem a contrapartida do aumento da produtividade.

⁶⁸ A terceira edição do livro-texto manteve os argumentos do livro III do primeiro volume a respeito da utilização dos fatores de produção e o pleno emprego. Isto é, mantiveram-se o primeiro e terceiro princípios introduzidos pela primeira vez na controvérsia com Simonsen (GUDIN [1945] 2010, p.89-91; 1947, p.170-171; 1954, p.183-185).

⁶⁹ Conforme interpretado por Bielschowsky (2000, 2001) e endossado por Scalerio e Almeida (2012) na biografia oficial do autor, o diagnóstico de pleno emprego e sua transformação no hiperemprego configuravam local de importância destacada nos escritos mais importantes de Gudin, tratados nessa dissertação entre os capítulos 2 e 3.

didáticos de expor sobre teorias e apresentação da posição característica do autor⁷⁰. Privilegiando-se esta última, três tópicos merecem destaque na exposição de Gudin sobre as teorias quanto à determinação do nível de emprego (1) transição do pleno emprego para o hiperemprego, (2) o conceito de desemprego disfarçado e (3) justificativa para a tese, ou diagnóstico, de hiperemprego para a economia brasileira.

O primeiro tópico merecedor de destaque é a caracterização do pleno emprego como uma posição de equilíbrio instável. A instabilidade da condição de pleno emprego, no sistema de Gudin, corresponde à condição necessária a transição ao hiperemprego, o qual é qualificado como “sinônimo de inflação”, cuja consequência passar a ser a “distorção dos investimentos, que redundam na aplicação errônea dos fatores de produção” (GUDIN 1952a, p.213). A justificativa para a instabilidade do pleno emprego decorre da dinâmica da fase crescente da atividade econômica, a qual põe em execução diversos investimentos, chegando-se em um ponto no qual não é mais possível manter o crescimento harmonioso entre consumo e investimento (GUDIN 1952b, p.216).

Nesta perspectiva, a transição da situação de pleno emprego para o hiperemprego, conforme versava o autor, é proporcionada a partir do comportamento cíclico da economia; ainda, uma vez completada a transição, estabelecem-se as pressões inflacionárias (GUDIN 1952a, p.216). Como a “situação de pleno emprego é atingida no decurso da fase crescente da atividade econômica”, atinge-se um ponto no qual é impossível “expandir conjuntamente investimentos e consumo” (GUDIN 1952a, p.216). Assim, Gudin arguiu que o ponto de pleno emprego é instável a ponto de existir um dilema “entre a inflação, que é uma avenida que acaba no inferno, e ‘o ponto de inversão’ (*turning point*) em que começa o perigoso declínio da atividade econômica.” (GUDIN 1952a, p.216).

Outro ponto-chave discutido no capítulo, segundo tópico, reside no conceito de desemprego disfarçado. Esta é uma das raras incursões na qual Gudin faz uma discussão teórica sobre um dos temas ligados aos seus diagnósticos para a

⁷⁰ O capítulo trazia uma ampla gama de comentários a respeito da literatura internacional em sua exposição didática. É precisamente neste capítulo em que se processa a leitura de Gudin a respeito da teoria geral de Keynes junto dos comentários de Haberler e Viner, por exemplo. Entretanto, explorar este tipo de conteúdo encontra-se demasiadamente relacionado às incursões macroeconômicas do volume e, tão logo, aquém dos objetivos da dissertação. Sobretudo, para uma apreciação do tema ver Cruz e Silva (2016).

economia brasileira, especialmente relacionada às suas publicações da Revista Brasileira de Economia. Segundo Gudin (1952a, p.229), a caracterização correta do desemprego disfarçado seria aquela na qual a “produtividade marginal é manifestamente inferior ao salário”. O desemprego disfarçado, portanto conforme advogado por Gudin (1952a, p.229), não se aplica ao caso brasileiro, pois esse se enquadraria na situação de “baixa produtividade por carência de equipamento ou de capacidade técnica ou administrativa”.⁷¹ Assim, Gudin (1952a, p.229) considera a existência de um caso especial do desemprego disfarçado quando for observada a situação de hiperemprego. Isto é, “o hiperemprego pode [...] dar lugar também ao desemprego disfarçado, no sentido de baixa produtividade do operariado” (GUDIN 1952a, p.229).⁷²

Finalmente, terceiro ponto, a reafirmação da tese/diagnóstico do hiperemprego brasileiro consiste na apreciação do autor quanto ao tópico. Baseando-se fundamentalmente no que fora destacado no parágrafo precedente, o diagnóstico de Gudin para a economia brasileira seria de que: ocorre desemprego disfarçado na agricultura durante as secas acompanhado de baixa produtividade, resultando no hiperemprego e, conseqüentemente, na inflação endêmica (GUDIN 1952a, p.230). Portanto, Gudin reafirma seu diagnóstico de hiperemprego para a economia brasileira com base na hipótese de hiperinvestimento, isto é “injeções de dinheiro superiores à capacidade de produção”, as quais resultam em um aumento dos salários monetários, tornando-os superiores à produtividade marginal (GUDIN 1952a, p.233).

⁷¹ Em uma nota bibliográfica Gudin (1952b, p.229) atribui a definição diretamente às sugestões de Edward Bernstein, primeiro economista do FMI a ocupar o cargo de diretor de pesquisas do órgão entre os anos de 1946 a 1958 e que, ao convite de Gudin, também realizou uma conferência internacional no Rio de Janeiro em 1951. Os materiais de arquivo de Berstein, embora preservem algum material referente a sua conferência, não ofereceram maiores detalhes de sua relação com Eugênio Gudin.

⁷² As ideias relacionadas a Manoilescu consistiam uma das principais motivações de Gudin para debater o tema em maiores detalhes. Em seu sistema estabelecido com a terceira edição, a produtividade marginal só poderia ser manifestadamente inferior ao salário devido à introdução de distorções na alocação dos fatores produtivos, as quais poderiam ser motivadas, por exemplo, pelo protecionismo. No entanto, como trabalhado pelo próprio autor, isto significaria a ocorrência de hiperemprego conforme mencionado na citação acima. Ainda neste sentido, a título de ilustração, em uma troca de correspondências com Jacob Viner, Gudin afirma como o diagnóstico de desemprego disfarçado para a economia brasileira relacionava-se às teses do economista romeno: “*and this is closely connected to the to the theories of our distinguished friend Manoilescu*” (Gudin para Viner, 3 de Agosto, 1956).

As teses de Gudin quanto ao hiperemprego e baixa produtividade não são inovadoras. Mesmo assim, o detalhamento da causalidade e a especialização na discussão consistem em características relevantes da obra, as quais logram em sinalizar a sofisticação acadêmica de seus diagnósticos para a economia brasileira divulgados no livro. Vide, por exemplo, a importância dos argumentos em todo seu relatório “Rumos de Política Econômica” (GUDIN, [1945] 2010) e na sua série de artigos publicados na Revista Brasileira de Economia da década de 50 (GUDIN 1952b, 1954b e 1956).

3.3.5 Aspectos gerais e principiológicos: política econômica.

O desdobramento da terceira edição em seus volumes trouxe o objetivo de apresentar e discutir temas ligados à política econômica. Dentro da abordagem de Gudin, o objetivo da política econômica seria o de promover a estabilidade econômica nos diferentes grupos de países, fossem eles industrializados ou de produção primária (GUDIN 1952a, Capítulos IX e X do segundo volume). A partir dessa noção, o livro-texto adicionou diversas discussões inovadoras à obra concentradas nos dois capítulos finais supracitados, dentre as quais destacamos: estabilidade econômica, caracterização da instabilidade dos países de produção primária e recomendações de política econômica.

A nova edição passava a discutir a noção de estabilidade econômica, diferenciando-a da estabilidade do nível geral de preços. Gudin (1952a, p.125) enquadrava o final do padrão-ouro na década de 30 como fato gerador de uma “política de moeda dirigida” e, logo, deveriam se fixar os objetivos dessa política. O conteúdo do livro mostra como Gudin era cético quanto à estabilização do nível geral de preços, assim como a de um índice específico de preços (Gudin 1952a, p.126-128). Por isso, arguia que os objetivos da política econômica deveriam ser o de estabilizar o produto devido, principalmente, ao efeito cíclico das economias traduzido em seu arcabouço como “oscilações gerais da atividade econômica”. A citação a seguir procura ilustrar o tratamento do autor ao problema:

O objetivo geral da política econômica passou a ser o do maior e melhor (melhor, no sentido de produtividade física) aproveitamento dos fatores de produção. É a melhor utilização possível dos recursos materiais e do potencial humano, de modo a maximizar a renda nacional e o padrão de vida. (GUDIN 1952b, p.138)

Desta forma, a terceira edição destacou a necessidade da política econômica em atenuar as oscilações gerais da atividade econômica (GUDIN 1952a, p.138-139). Conforme buscamos explorar na seção 3.2 comentando a recomendação dos controles cambiais quantitativos (GUDIN 1947, p.262-263), o autor já se mostrava familiarizado com a proposição de políticas a fim de atenuar os impactos do ciclo econômico. A nova roupagem, portanto, assumida pelo tópico coaduna com o processo de sofisticação da obra de ampliar suas noções e render-lhes novos desdobramentos.

Nesse sentido, uma vez posto o sentido da política econômica, tornou-se necessário justificar o surgimento destes efeitos cíclicos na economia para os países de produção primária. Para isso, a nova edição forneceu uma versão reformulada da lista dos fatores que explicavam a situação cambial brasileira nas duas versões anteriores do livro. Isto é, a lista de 8 características, utilizada para explicar a situação do balanço de pagamentos brasileiro na segunda edição (GUDIN 1947, p.273-277), fora modificada na terceira edição a fim de servir como elucidação para a instabilidade dos países de produção primária. A atualização dividiu-se entre reformulação de itens, subtração de tópicos e adição de outros. Por exemplo, observou-se a remoção do argumento correspondente ao câmbio cadente, centralização em questões relativas às elasticidades (4 dos 9 itens da nova lista) e discussão, inédita, da alegada constatação empírica de uma piora nos termos de troca dos países latino-americanos através de economistas ligados a Cepal.^{73/74}

Gudin (1952a, p.258) reconheceu, sem apresentar estudos empíricos ou pautar qualquer afirmação em dados, quatro inelasticidades para caracterizar as economias primárias: (a) inelasticidade da oferta dos produtos agrícolas a curto prazo, (b) inelasticidade da procura internacional em relação aos preços dos mesmos produtos (Lei de Engel, segundo o próprio autor), (c) inelasticidade da procura dos por importados, problema de perfil de demanda, e, por fim (d)

⁷³ Bielschowsky (2000, 2001), sem abordar o seu significado quanto à sofisticação da obra, atenta ao fato de que a lista era utilizada por Gudín para justificar a promoção da “estabilidade monetária e cambial, e proteger a obtenção dos ganhos prometidos pela teoria das vantagens comparativas”. Isto é, atesta a importância analítica a lista no esquema de prescrições de política econômica de Gudín.

⁷⁴ É difícil constatar qualquer critério lógico para o ordenamento dos tópicos da lista, de modo que optamos por realizar uma análise removendo os tópicos de ordem e unindo-os de acordo com a proximidade temática. Desta forma, suprimimos sua qualificação cardinal para facilitar o entendimento.

inelasticidade da procura das matérias-primas em relação ao preço, o que comprometia negativamente a exportação dos países. Oscilações dos preços provenientes dos efeitos cíclicos eram, portanto, amplificadas devido às inelasticidades da procura e da oferta conjugadas – pontos a e b – (GUDIN 1952a, p.258).⁷⁵ Os mesmos diagnósticos haviam sido utilizados para a análise do balanço de pagamentos brasileiro, além de já estarem presentes nas duas edições anteriores.

A respeito do ciclo econômico, o livro diagnosticava as variações dos preços dos produtos agrícolas como paralelas à variação da renda nacional “dos países industriais consumidores” (GUDIN 1952a, p.258). A constatação é, em partes, consequência direta das elasticidades e da qualificação dos países como países de produção primária. Adicionalmente, também se apresentava o entendimento de que o movimento dos capitais estrangeiros processava como fator agravante das oscilações cíclicas (GUDIN 1952a, p.258), devido à saída, ou cessação de entrada, do capital estrangeiro quando as economias líderes experimentavam deflação durante a fase descendente de seu ciclo econômico (GUDIN 1952a, p.109).

De forma inevitável, a discussão levou o autor a comentar a suposta existência de uma “acentuada tendência para a piora, a longo prazo, da relação de trocas desses países” (GUDIN 1952a, p.258), essa era a maneira pela qual Gudin se referia aos trabalhos de H. Singer e Prebisch. O livro introduz os argumentos em tom didático aos leitores e os explica, jamais colocando a posição autoral em concordância com os mesmos. Inclusive, o livro faz menção às publicações dos trabalhos na Revista Brasileira de Economia. A exposição restringe-se somente ao argumento empírico, sem entrar em qualquer consideração teórica, ou se estender ao amplo debate já promovido pelo periódico a respeito do desenvolvimento econômico indicado no Capítulo 2.

⁷⁵ Conforme elaborado por Boianovsky (2012, p.283) a respeito do debate entre monetaristas e estruturalistas quanto à estabilização da América Latina, a noção de que a existência da inelasticidade da oferta (dos produtos primários) fora uma tese apropriada pelos monetaristas brasileiros para justificar a existência de vulnerabilidade estrutural dos países à inflação, um excelente resumo aos esforços de Gudin presentes em seu livro. Boianovsky (2012, p.301) aponta como Gudin, na realidade, endossava a hipótese de Octávio Bulhões entre inelasticidade da oferta e inflação através deste conteúdo dos princípios de economia monetária e da sua participação no Congresso da Associação Econômica Internacional em 1959.

O livro também introduzia resumidamente a posição de Gudin, tal qual aquela expressa no artigo publicado no mesmo ano na Revista Brasileira de Economia, explicando aos leitores que se poderia interpretar o suposto, no entendimento do autor, fenômeno estatístico de outra maneira. O juízo de Gudin (1952a, p.259), e portanto do livro-texto, versava que parte da piora nos termos de troca poderia ser atribuída às experiências de desvalorizações cambiais resultantes de “inflação por déficits orçamentários ou excessos de investimentos [...] Referimo-nos às danosas consequências [...] sobre os preços dos produtos primários, das inflações de origens domésticas” (GUDIN 1952a, p.259). Ou seja, mantendo-se fiel a sua hipótese tanto de excesso de investimento e a inflação como causa do desequilíbrio do balanço de pagamentos, o livro já oferecia a versão alternativa à tese de Prebisch-Singer.⁷⁶

Por fim, também se atribuía a instabilidade das economias primárias a fatores geográficos e demográficos. O argumento geográfico, baseado na noção de que a pauta exportadora era determinada pela localização geográfica dos países, sustentava que a pauta exportadora dos países de produção primária era um fator de fragilidade (GUDIN 1952a, p.258), à medida que os países não conseguiam consumir seus produtos de exportação com o advento de uma eventual crise; diferentemente dos países de produção industrial.

O argumento demográfico, por sua vez, identificava uma tendência à má utilização dos fatores produtivos devido às pressões do crescimento demográfico (GUDIN 1952a, p.260). Isto é, com a população crescente os fatores de produção eram utilizados para reproduzir o nível de vida já existente em vez de prover uma melhora no padrão de vida. O diagnóstico é uma clara derivação da influência populacional sobre o problema do desenvolvimento apresentado por Viner (1952f) em sua sexta conferência, na qual a mesma consideração fora trabalhada como abordagem para a questão do desenvolvimento econômico.

⁷⁶ As considerações a respeito da tese Prebisch-Singer também foram comentadas por Bielschowsky (2000, 2001). Em sua interpretação, Gudin teria primeiro concordado com Prebisch através do conteúdo dos *Princípios de Economia Monetária*, aceitando o argumento empírico cepalino, e discordado posteriormente através do manuscrito de 1952 publicado na Revista Brasileira de Economia. Nossa interpretação difere da oferecida por Bielschowsky (2000, 2001), pois tomamos o cuidado de diferenciar os esforços didáticos do livro e os de apropriação das ideias por Gudin, o qual se mostrou especialmente cuidadoso ao apreciar este tópico. Por sinal, vale ressaltar como tanto a terceira edição dos *Princípios de Economia Monetária* como o Manuscrito de 1952 valem-se do mesmo argumento para discordar da tese cepalina, tanto a nível empírico como teórico.

Após caracterizar as economias primárias a partir da lista de 9 pontos, Gudin justifica a necessidade de se tomar medidas de estabilização, independente de sua natureza. A proposição fora feita a partir da apropriação do argumento de Nurkse (1944, p.195), segundo o qual “estabilizar a procura e os preços dos produtos primários, torna-se condição necessária para que os respectivos países possam ser incluídos em qualquer sistema de relações monetárias estáveis”. As medidas de estabilização econômica, por sua vez, eram classificadas como dois tipos: as de caráter estrutural e caráter preventivo. As medidas de caráter estrutural consistiam nas medidas que resultavam em diversificação da produção e exportação, as quais atenuariam as oscilações cíclicas (GUDIN 1952a, p.260). A industrialização, por exemplo, é uma das medidas recomendadas. No entanto, o processo de industrialização segundo Gudin só deveria ser realizada a partir do aumento da produtividade agrícola que liberasse o excedente de mão de obra para ser absorvido no setor industrial (GUDIN 1952a, p.261).⁷⁷

Ou seja, tal qual como Gudin defendeu em diversas outras ocasiões (GUDIN [1945] 2010, 1952b, 1954b, 1956), a industrialização poderia se processar, desde que o processo fosse originado a partir do aumento da produtividade em vez do aumento dos salários monetários. Desta forma, a prescrição desta medida estrutural não conflitava com seu diagnóstico de hiperemprego e baixa produtividade tratada no livro-texto.

Posta a discussão de caráter estrutural, as medidas de caráter preventivo ocupavam espaço de maior importância nas prescrições de Gudin para as economias primárias. O ponto de partida consiste na afirmação de que a inflação durante o período de ascensão do ciclo é mais intensa nos países de produção primária do que nos industriais (GUDIN 1952a, p.261), devido em última instância às suas elasticidades desfavoráveis dos produtos de exportação nos mercados internacionais. Isto torna as medidas de caráter preventivo mais relevantes para estes países. Nas palavras de Gudin (1952a, p.262), “o problema máximo é o conter

⁷⁷ O reconhecimento da industrialização, desde que realizada da maneira correta dentro do julgamento de Gudin, também fora objeto de discussão entre o autor e Jacob Viner em uma de suas correspondências. Curiosamente, a correspondência mostra como o economista liberal por sinal não admite ser um livre-cambista em plenitude: “*This does not mean that I am 100% free trader. I believe in developing Brazil’s industry, I agree with infant industry’s policies [...] if one introduces immobility of labor, non competing groups, trade-union pressure and interference with free competition, then the picture is altered*” (Gudin para Viner, 29 de Janeiro, 1959).

o impacto inflacionista na fase de prosperidade”. Ainda quanto à importância das medidas preventivas, o impacto inflacionista, no esquema de Gudin, era originado por três fatores: (1) déficits orçamentários, (2) expansão de crédito e (3) alta dos preços dos produtos de exportação (GUDIN 1952a, p.262).

Posto isso, tem-se que, neste caso específico, a carga didática do livro fora posta em segundo plano e pode-se, em regime de exceção, contemplar os argumentos genuinamente Gudinianos. Os quais, por sua vez, justificam como o controle inflacionário, frente à industrialização, é uma medida superior em ordem de importância para as economias caracterizadas como produção primária.

Vale destacar como a determinação de causalidades apuradas para o fenômeno inflacionário consistia em uma sofisticação não trivial da terceira edição com a explicação da dinâmica inflacionária dos países de produção primária. Ainda assim, o autor concentra-se somente em prescrições para remediar o terceiro fator, alta dos preços de produtos de exportação, através de estoques de compensação, uma medida advogada por Gudin desde sua participação como delegado do Brasil na conferência de Bretton Woods (SCALERCIO e ALMEIDA 2012, p.112, ver também BARREIROS 2009).

A nível principiológico, mostrou-se como fora possível assinalar uma preocupação da segunda edição em sublinhar o funcionamento do princípio das vantagens comparativas. Contudo, não se observa um esforço tão representativo com a terceira edição e seu desdobramento em dois volumes. As poucas ocasiões em que se constata um esforço de preservar as vantagens comparativas foram no assinalamento da importância da remuneração fatorial dos fatores (GUDIN 1954a, p.271) e, especialmente, com o fornecimento de uma visão alternativa ao argumento empírico de Prebisch-Singer (GUDIN 1952a, p.259).

Sobretudo, a defesa da utilização dos estoques de compensação, uma das principais recomendações de política econômica do livro-texto junto ao controle inflacionário, já subentende a operação dos princípios das vantagens comparativas e, portanto, pode ser associada a uma sustentação indireta dos mesmos. Em especial, a medida busca assegurar o funcionamento do comércio internacional para os países de produção primária. Ou seja, dentro da obra de Gudin, os estoques de compensação simbolizam uma alternativa ao protecionismo.

Em conclusão, o segundo volume da terceira edição evidencia a sofisticação acadêmica dos diagnósticos e prescrições de Gudín ao prover: discussão especializada em política econômica, reformulação da lista de características explicativas do comportamento dos países de produção primária e maior detalhamento da dinâmica inflacionária dos mesmos durante a fase ascendente do ciclo econômico. A utilização do subterfúgio de uma lista, que na edição anterior era destinada a descrever o balanço de pagamentos brasileiro, não deixa dúvida quanto à compatibilidade do diagnóstico para o caso brasileiro.

CONCLUSÃO

O esforço de revisitar o pensamento de Gudin restrito ao período de 1945 a 1957 através de fontes primárias ofereceu maiores detalhes ao seu processo de sofisticação acadêmica levado a cabo durante quase toda sua carreira. No nível de debates públicos ainda distantes da academia, observou-se como o autor enriqueceu sua crítica ao planejamento e defesa do livre-cambismo conforme o debate se reinventava, fosse em sua interlocução com Roberto Simonsen, ou com Raúl Prebisch e representantes das ideias cepalinas a partir de 1953.

Mostrou-se como o contato com a academia internacional auxiliou o economista liberal a absorver novas ideias e participar dos novos debates, cuja promoção também contava com contribuições do próprio na Revista Brasileira de Economia. Inclusive, revelou-se como seu livro-texto, *Princípios de Economia Monetária*, serviu à cruzada intelectual do autor, sendo sujeito a constantes atualizações, as quais arrobustaram os argumentos de Gudin em suas três primeiras edições.

O conjunto de evidências construídas a partir das fontes primárias não deixa dúvida quanto à proeminência da tutoria intelectual de Jacob Viner e Gottfried Haberler para a sofisticação intelectual do autor ao longo do período explorado. Ficou sobrepujado nas correspondências entre Gudin e Jacob Viner o mote intelectual do economista brasileiro em combater quaisquer argumentos protecionistas, ou intervencionistas, identificáveis com as ideias do romeno Mihail Manoilescu. Sobretudo, as ideias exploradas e detalhadas nesta dissertação a partir do manuseio de fontes primárias mostraram-se consistentes com o restante da historiografia de Eugênio Gudin; porém em um nível de detalhamento impar promovido pelas fontes primárias, inédito na historiografia do autor.

Em conclusão, pensamos cumprir com objetivo proposto de preencher a lacuna presente na historiografia de uma investigação do eminente patrono dos economistas do Brasil pautada em fontes primárias, cujo aprofundamento histórico das questões já postas na literatura pode vir a ser uma adição à mesma.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

Arquivos Pessoais de Eugênio Gudín. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ.

Besa Garcia, José F. ed. Dr Raúl Prébisch, 1901-86: Archivo de Trabajo. Santiago, Chile: ECLAC, 2003

Gottfried Haberler Papers. Hoover Institution. Stanford University, Stanford, CA

Jacob Viner Papers. Seeley G. Mudd Manuscript Library. Princeton University, Princeton, NJ.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

GRUPO MISTO CEPAL-BNDE. Análise e Projeções do Desenvolvimento Econômico – Rio de Janeiro: BNDE, 1957.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADA, A. F. S.; BOIANOVSKY, M.; CABELLO, A. O Clube de Economistas e a revista Econômica Brasileira (1955-1962): um episódio na história do desenvolvimentismo nacionalista no Brasil. **Anais do XLIII Encontro Nacional de Economia**. 2015

ARGAWALA A. N.; SINGH, S. P. **The Economics of Underdevelopment**. Oxford University Press. 1963

BACKHOUSE, R. **History of Modern Economic Analysis**. Oxford: Basil Blackwell. 1985

BAER, W. The economics of Prebisch and ECLA. **Economic Development and Cultural Change**, Vol. 10, n. 2, pp.315-327, 1962

BALDWIN, R. A modificação secular das relações de troca. **Revista Brasileira de Economia**, Vol. 6, n. 3, pp. 79-106, 1952

BARREIROS. Atuação da Delegação Brasileira na Formulação do Acordo Internacional de Bretton Woods (1942-1944). **HISTÓRIA, São Paulo**. Vol. 28, n. 2, pp.515-570, 2009

BARRERE, A. A teoria do crescimento e do desenvolvimento econômico. **Revista Brasileira de Economia**, Vol. 7, n. 2, pp.7-160, 1953.

BERNSTEIN, E. A inflação em relação ao desenvolvimento econômico. **Revista Brasileira de Economia**, Vol. 6, n. 3, pp.107-170, 1952.

_____. Análise dos problemas de balanço de pagamentos **Revista Brasileira de Economia**, Vol. 10, n. 2, pp.5-49, 1956.

BIELSCHOWSKY, R. O Pensamento Neoliberal. In: _____. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**, pp. 33-76. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

_____. Eugênio Gudín. In: **Estudos Avançados**. Vol. 15, n. 41, pp. 91-110, 2001.

BOBULESCU, R. Protectionism in Retrospect: Mihail Manoilescu (1891 – 1950?). **Brazilian Journal of Political Economy**, Vol. 23, n. 4, pp.114-123, 2003.

BOIANOVSKY, M. In search of a canonical history of macroeconomics in the interwar period: Haberler's Prosperity and Depression revisited. **Rev. Bras. Econ.**, Vol. 54, n. 3, pp. 303-331, 2000

_____. A view from the tropics: Celso Furtado and the Theory of Economic Development in the 1950s. **History of Political Economy**. Vol. 42, n. 2, pp.221-266, 2010

_____. Celso Furtado and the Structuralist Monetarist Debate on Economic Stabilization in Latin America. **History of Political Economy**, Vol. 44, n.2, pp.277-330, 2012

BOIANOVSKY, M.; SOLÍS, R. The origins and Developments of the Latin American Structuralist Approach to the Balance of Payments (1944-1964). **Review of Political Economy**, Vol. 26, n. 26, pp. 1-61, 2014.

BORGES, M. A. **Eugênio Gudín: capitalismo e liberalismo**. São Paulo: EDUC, 1996

_____. Eugênio Gudín: as controvérsias do neoliberalismo caboclo. **Revista de Economia Política**. Vol. 20, n. 4, pp.102-115, 2000

_____. Bresser-Pereira e Eugenio Gudín: pensamento e ação a partir da análise econômica. In: NAKANO, Y.; REGO, J. M.; FURQUIM, L. (Org.). **Em busca do novo: o Brasil e o desenvolvimento na obra de Bresser-Pereira**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2004

BOULDING, K. A Habilidade do Economista. **Revista Brasileira de Economia**, Vol. 8, n. 1, pp.9-42, 1954a

_____. As Contribuições da Economia para a Conduta dos Negócios: A Análise Marginal. **Revista Brasileira de Economia**, Vol. 8, n.1, pp.43-78, 1954b

_____. A Teoria do Comportamento Econômico. **Revista Brasileira de Economia**, Vol. 8, n. 1, pp.79-117, 1954c

_____. A Contribuição da Economia às Outras Disciplinas. **Revista Brasileira de Economia**, Vol. 8, n.1, pp.119-156 1954d

_____. A Economia, a Ética e o Futuro do Homem. **Revista Brasileira de Economia**, Vol. 8, n.1, pp.157-191, 1954e

_____. O Economista e os Problemas de Governo. **Revista Brasileira de Economia**, Vol. 8, n. 1, pp.193-224 1954f

_____. In defense of Statistics. **The Quarterly Journal of Economics**. Vol. 69, n. 4, pp.485-502, 1955

BURNS, A. Problemas do Desenvolvimento Econômico. **Revista Brasileira de Economia**, Vol. 7, n. 3, pp.7-102, 1953.

CAMPOS, R. O. Lord Keynes e a teoria da transferência de capitais. **Revista Brasileira de Economia**, Vol. 4, n, 3, pp.7-32, 1950

CAVALIERI, M.; CURADO, M. A influência Norte-Americanas de Roberto Simonsen: Controle Social, Institucionalismo e Planejamento. **Estudos Econômicos**, Vol. 46, n. 2, pp.409-438, 2016

CHACEL, J. M. Preços e custos na agricultura brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, Vol. 17, n.3, pp.35-67, 1963

CHIEZA, R. A.; GASPARY, D. A atualidade da controvérsia do planejamento entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin e os paradoxos do modelo econômico de Luiz Inácio Lula da Silva (2004-2010). **Iberian Journal of the History of Economic Thought**. Vol. 1, n. 1, pp.19-41, 2014

CRUZ E SILVA, V. N. ECONOMIA KEYNESIANA OU ECONOMIA DE KEYNES? Notas sobre a transmissão do ideário de Keynes no Brasil através do livro "*Princípios de Economia Monetária*" de Eugênio Gudin. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

CURADO, M. L.; CAVALIERI M. A. Uma crítica à interpretação inflacionista do desenvolvimentismo. **Economia e Sociedade, Campinas**, Campinas, Vol. 24, n. 1, pp.57-86, 2015

DANTAS, A. M.; ABRAHÃO, C, M.; REIS, G. A. **Gudin – Bulhões – Furtado: matrizes do pensamento econômico brasileiro**. Eduem – Editora da Universidade Estadual de Maringá, 1999

DOSMAN, E. J. **The Life and Times of Raúl Prebisch**, 1901-1986. McGill-Queen's University Press, 2008

ELLIS, H. S. Introduction In **Economic Development For Latin America**. The Macmillan Press, 1961

FENDT, R. O papel da agricultura no desenvolvimento brasileiro: trinta anos de reflexões na REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA. **Revista Brasileira de Economia**, Vol. 31, n. 4, pp.687-704, 1977.

FINDLAY, R. **International Trade and Development Theory**. Columbia University Press, 1973

FLANDERS, M, J. Prebisch on Protectionism: An Evaluation. **The economic Journal**, Vol. 74, n. 294, 1964

FURTADO, C. A fantasia organizada. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1985

_____. **Obra Autobiográfica**. Tomo I. Paz e Terra: São Paulo. 1997

_____. **Em busca de um novo modelo**: reflexões sobre a crise contemporânea. Paz e Terra, 2002

GUDIN, E. **Cambio e Café**, 1. ed. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas Almanak Laemert, 1934

_____. **Princípios de Economia Monetária**, 1. ed. Rio de Janeiro-São Paulo: Civilização Brasileira, 1943a

_____. Produtividade e Preços. In: I Congresso Brasileiro de Economia, Rio de Janeiro, **Anais**. Rio de Janeiro: Associação Comercial do Rio de Janeiro, [1943b] 1946

_____. Rumos de Política Econômica. In: GUDIN, E.; SIMOSEN, R. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira** Rio de Janeiro: Ipea, Inpes 3. ed. (Coleção Pensamento econômico brasileiro, vol . 3), [1945] 2010

_____. **Princípios de Economia Monetária**. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1947

_____. O caso das nações Subdesenvolvidas. **Revista Brasileira de Economia**. Vol. 6, n. 3, 1952a

_____. **Princípios de Economia Monetária**, Volume II, 3. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1952b

_____. A Mística do Planejamento I. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 29 de Maio, 1953a

- _____. A Mística do Planejamento II. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 2 de Junho, 1953b
- _____. A filosofia. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 6 de Junho, 1953c
- _____. A Órbita do Estado. **Correio Da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 2, 9 de Junho, 1953d
- _____. As Forças de Equilíbrio. **Correio Da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 2, 11 de Junho, 1953e
- _____. **Princípios de Economia Monetária**, Volume I, 3 Ed. Rio de Janeiro: Agir, 1954a
- _____. Produtividade. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, Vol. 8, n. 3, pp.9-70, 1954b
- _____. Tarifa. **Carta Mensal**, Rio de Janeiro, Confederação Nacional do Comércio, n. 8, pp.3-12, ago. 1956b
- _____. Orientação e programação do desenvolvimento econômico. **Digesto Econômico**, São Paulo, n. 134, pp.13-27 mar./abr. 1957
- _____. Comments: Eugênio Gudín *In: Economic Development For Latin America*. The Macmillan Press, 1961a.
- _____. Comments: Eugênio Gudín *In: Economic Development For Latin America*. The Macmillan Press, 1961b.
- _____. Comércio internacional num mundo em desenvolvimento. **Digesto Econômico**, São Paulo, Vol. 19, n. 164, pp.17-28, mar./abr. 1962
- GUDIN, E.; KINGSTON, J. A taxa de equilíbrio do cruzeiro. **Revista Brasileira de Economia**, Vol. 3, n. 4, 1949
- HABERLER, G. **The Theory of International Trade**. Traduzida por A. Stonier and F. Benham. London, 1936
- _____. Haverá Depressão nos Estados Unidos? **Revista Brasileira de Economia**; Vol. 1, n. 2, 1947
- _____. Escassez de dólares? **Revista Brasileira de Economia**. Vol. 2, n. 1, 1948
- _____. Alguns Aspectos Econômicos do Programa de Recuperação da Europa. **Revista Brasileira de Economia**, Vol. 3, n. 2, pp.31-85, 1948
- _____. Some Problems in the Pure Theory of International Trade. **Economic Journal**, Vol. 60, 1950
- _____. A depreciação da moeda e as relações de troca. **Revista brasileira de Economia**. Vol. 6, n. 1, 1952
- _____. Comércio internacional e desenvolvimento econômico. **Revista Brasileira de Economia**, Vol. 13, n. 2, 1956
- _____. Comércio Internacional e Desenvolvimento Econômico. **Revista Brasileira de Economia**, Vol. 13, n. 2, 1959
- _____. Problemas de integração econômica em países subdesenvolvidos. **Revista Brasileira de Economia**, Vol. 19, n. 1, 1965
- _____. Further Remarks on the Problem of Integration of Less Developed Countries. **Revista Brasileira de Economia**, Vol. 20, n.2/3, pp.200-212, 1966

HADDAD, C. L. S. Economia internacional e a Revista Brasileira de Economia: uma retrospectiva de trinta anos. **Revista Brasileira de Economia**, Vol. 31, n.4, pp.669-686, 1977

HADDAD, P. R. Brazil: economists in a bureaucratic-authoritarian system. **History of Political Economy**. Vol. 13, n. 3, pp. 656-680, 1981

HALM, G. **Monetary Theory**. Toronto: Blakiston Co, 1942

HEILBRONER, R. Kenneth Boulding, "Collected Papers": a Review Article. **Journal of Economic Issues**, Vol. 9, n. 1, pp.65-86, 1975

HICKS, J. R. 'An Inaugural Lecture', **Oxford Economic Papers**, 1953

HIGGINS, B. Crescimento Econômico: Três Conferências do Professor Benjamin Higgins. **Revista Brasileira de Economia**, Vol. 15, n. 4, pp.7-77, 1961

KAFURI, J. Taxa Cambial. **Revista Brasileira de Economia**, Vol. 2, n. 1, 1947

KALDOR, N. O Problema do Crescimento Acelerado. **Revista Brasileira de Economia**, Vol. 11, n. 1, pp.3-18, 1957a

_____. Tributação e Desenvolvimento Econômico. **Revista Brasileira de Economia**, Vol. 11, n. 1, pp.19-38, 1957b

_____. Inflação e Desenvolvimento Econômico. **Revista Brasileira de Economia**, Vol. 11, n.1, 39-53, pp. 1957c

_____. Crescimento, Equilíbrio e Desequilíbrio. **Revista Brasileira de Economia**, Vol. 11, n. 1, pp.53-82, 1957d

_____. Características do Desenvolvimento Econômico. **Revista Brasileira de Economia**, Vol. 11, n. 1, pp. 83-99, 1957e

KOGUT, E. L. Desenvolvimento econômico: a contribuição da Revista Brasileira de Economia. **Revista Brasileira de Economia**, Vol. 31, n. 4, pp.607-622, 1977

LEMGRUBER, A. C. B. Ensaio sobre moeda e inflação na Revista Brasileira de Economia. **Revista Brasileira de Economia**, Vol. 31, n. 4, pp.623-656, 1977

LEWINSOHN, R. Eugenio Gudín – Princípios de Economia Monetária. **Revista Brasileira de Economia**, Vol. 1, n. 1, pp.107-110, 1947.

LOPES, T. C. Da controvérsia ideológica entre Simonsen e Gudín ao debate sobre o planejamento econômico no Brasil. **Revista de economia política e história econômica**, Vol. 9, n. 30, pp.135-172, 2013

LOUREIRO, M, R. Economistas e elites dirigentes no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 7, n. 20, pp.47-68, 1992

_____. The Professional and Political Impacts of the Internationalization of Economics in Brazil. **History of Political Economy**, 28(suplemento), pp.184-207, 1996

MANOILESCU, M. **Théorie du protectionnisme et de l'échange international**. Marcel Giard, Paris, 1929

_____. **A New Conception of Industrial Protectionism**, Regia M.O. Impremeria Nationala, Bucarest, 1931

_____. **Teoria do Protecionismo e da Permuta Internacional**. São Paulo: Escola Profissionais do Lyceu Coração de Jesus, 1931

MACHLUP, F. The theory of foreign exchanges. **Economica**, Vol. 6, pp.23-49, 1940

MAYOBRE, A. Global Programming as an Instrument of Economic Development Policy in: **Economic Development For Latin America**. The Macmillan Press, 1961

NEHAUS, P; Trinta anos de história econômica na REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA. **Revista Brasileira de Economia**, Vol. 31, n. 4, pp.587-606, 1977

NORTH, D. C. O Crescimento Econômico Regional: Quatro Conferências do Professor Douglass C. North. **Revista Brasileira de Economia**, Vol. 15, n. 3, pp.5-72, 1961

NURKSE, R. The future of international trade. **Economic Journal**, Vol. 66, Março, 1938

_____. **Prosperity and Depression**: a theoretical analysis of cyclical movements. Reprint of the third edition. New York: United Nations, 1946

_____. **International Currency Experience**. Geneva: League of Nations, 1944

_____. As Dimensões do Mercado e o Incentivo à Inversão. **Revista Brasileira de Economia**, Vol. 5, n. 4, pp.11-45, 1951a

_____. Disparidades Internacionais de Renda e a Capacidade de Poupar. **Revista Brasileira de Economia**, Vol. 5, n. 4, pp.47-80, 1951b

_____. Fontes Externas de Formação de Capitais. **Revista Brasileira de Economia**, Vol. 5, n. 4, pp.81-114, 1951c

_____. Fontes Internas da Formação de Capital. **Revista Brasileira de Economia**, Vol. 5, n. 4, p.115-140, 1951d

_____. Idéias Recentes Sobre a Teoria dos Movimentos Internacionais de Capitais. **Revista Brasileira de Economia**, Vol. 5, n. 4, pp.141-164, 1951e

_____. Política Comercial e Formação de Capitais. **Revista Brasileira de Economia**, Vol. 5, n. 4, pp.165-190, 1951f

_____. "International Trade Theory and Development Policy" In: ELLIS (Eds.) **Economic Development For Latin America**. The Macmillan Press, 1961

OHLIN, B. **The Cause and Phases of the World Economic Depression**. Report presented to the Assembly of the League of Nations Geneva: Secretariat of the League of Nations, 1931

OMAN, C. P.; WIGNARAJA, G. **The Postwar Evolution of Development Thinking**. OECD development center, 1991

PAULA, M. F. C. USP e UFRJ. A influência das concepções alemã e francesa em suas fundações. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, Vol. 14, n. 2, pp.147-161, 2002

PÉGURIER, G. A. Balanço de Pagamentos do Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, Vol. 2, n. 4, pp.7-90, 1948

PERROTA, C. The brilliant fifties. In: SUNNA, C.; GUALERZI, D. **Development economics in the Twenty-First Century**. Nova York-EUA: Routledge, 2016

PREBISCH, R. O desenvolvimento da América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**, Vol. 3, n. 3, pp.47-111, 1949

_____. Interpretação do Processo de Desenvolvimento Econômico. **Revista Brasileira de Economia**, Vol. 5, n.1, pp.7-135, 1951

_____. **Mística do equilíbrio espontâneo da economia**: respuesta del Dr. Prebisch a un artículo de prensa de Eugenio Gudín. Santiago (Chile): CEPAL, 1953.

_____. Relatório Preliminar da Situação Econômica Argentina. **Revista Brasileira de Economia**, Vol. 10, n.1, pp.5-52, 1956

ROBBINS, L. A Escassez de Dólares. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro, Vol. 8, n. 2, pp.9-42, 1954a

_____. O controle da Inflação. **Revista Brasileira de Economia**. Vol. 8, n. 2, pp.43-76, 1954b

_____. O Mecanismo dos Pagamentos Internacionais; Taxas de Câmbio Fixas e Livres. **Revista Brasileira de Economia**. Vol. 8, n. 2, pp.77-116, 1954c

_____. A teoria Clássica da Política Comercial. **Revista Brasileira de Economia**. Vol. 8, n. 2, pp.117-153, 1954d

_____. A política Comercial Contemporânea. **Revista Brasileira de Economia**. Vol. 8, n. 2, pp.155-194, 1954e

_____. Problemas de Reconstrução Financeira Internacional. **Revista Brasileira de Economia**. Vol. 8, n. 2, pp.192-229, 1954f.

ROBERTSON, D. H. **Essays in Monetary Theory**. London, 1940

RODRIGUES, C. H. L. **A questão do protecionismo no debate entre Simonsen e Eugênio Gudín**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. 2005

SCALERCIO, M.; ALMEIDA, R. **Eugênio Gudín**: Inventário de flores e espinhos. Rio de Janeiro: Insight, 2012

SENNA, J. J. Notas sobre a origem do sistema de minidesvalorizações. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, Vol. 28, n. 2, pp.29-36, 1977

_____. Trinta anos de Revista Brasileira de Economia: contribuições na área de recursos humanos e mercado de trabalho. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, Vol. 31, n. 4, pp.705-726, 1974

SINGER, H. W. Comércio e investimentos em áreas subdesenvolvidas. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, Vol. 4, n. 1, 1950

_____. Benefícios e Perigos do Comércio e do Investimento Internacionais para os Países Subdesenvolvidos. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, Vol. 4, n. 3, pp.9-36, 1950a

_____. Comércio e Investimentos em áreas Subdesenvolvidas **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, Vol. 4, n. 3, pp.37-74, 1950b

_____. Financiamento Estrangeiro para o desenvolvimento Econômico **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, Vol. 4, n. 3, pp.75-110, 1950c

_____. Recursos Monetários Destinados ao Desenvolvimento Econômico. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro, Vol. 4, n. 3, pp.111-142, 1950d

_____. Problemas de Organização Industrial nos Países Subdesenvolvidos. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, Vol. 4, n. 3, pp.142-177, 1950e

SILVA, H. S. A Elasticidade da Procura Norte Americana de Café. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, Vol. 3, n. 4, pp.83-100, 1949

SILVA, A. M.; LUQUE, C. A.; CRUZ, H. N. Reflexões à margem de trinta anos de história da Revista Brasileira de Economia. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, Vol. 31, n. 4, pp.565-586, 1977.

SIMONSEN, M. H. Eugênio Gudin e a Teoria da Inflação. In: KAFKA, A. (Ed) **Eugênio Gudin visto por seus contemporâneos**. Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, 1979

TAUSSIG, F. W. **Principles**. New York: The Macmillan Company, 1911

_____. **International Trade**. New York: The Macmillan Company, 1927

TRIFFIN, R. National Central Banking and International Economy. In: **Postwar Studies** n. 7, publicado por Federal Reserve System, 1947

TOYE, J.; TOYE, R. The Origins and Interpretations of the Prebisch-Singer Thesis. **History of Political Economy**, Vol. 35, n. 3, pp.437-467, 2003.

VIEIRA, J. M. G. Eugênio Gudin: três contribuições à teoria econômica. In: KAFKA, A. (Ed) **Eugênio Gudin visto por seus contemporâneos**. Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, 1979

VON DOELLINGER. Introdução. In: **A controvérsia do planejamento na economia brasileira**. 3. ed. Brasília: IPEA, 2010

VINER, J. Mihail Manoilescu on the Theory of Protection. **Journal of Political Economy**, Vol. 40, n. 1, pp.121- 5, 1932

_____. **Studies in The Theory Of International Trade**. New York: Harper & Brothers, 1937

_____. Tendências Recentes na Teoria do Mecanismo do Comércio Internacional. **Revista Brasileira de Economia**, Vol. 5, n. 2, pp.11-36, 1951a

_____. A Influência do Planejamento Econômico Nacional na Política Comercial. **Revista Brasileira de Economia**, Vol. 5, n. 2, pp.37-71, 1951b

_____. A Teoria Clássica de Comércio Internacional e os Problemas Atuais. **Revista Brasileira de Economia**, Vol. 5, n. 2, pp.73-108, 1951c

_____. Lucros Provenientes do Comércio Exterior. **Revista Brasileira de Economia**, Vol. 5, n. 2, pp.108-138, 1951d

_____. Relações entre a Política Monetária e Fiscal e a Política Comercial. **Revista Brasileira de Economia**, Vol. 5, n. 2; pp.109-138, 1951e

_____. A Economia do Desenvolvimento. **Revista Brasileira de Economia**, Vol. 5, n. 2, pp.139-179, 1951f

_____. Comentários ao Trabalho do Sr. Baldwin. **Revista Brasileira de Economia**. Vol. 7, n. 1, pp.89-95, 1953

_____. **International Trade and Economic Development**. Claredon Press: Oxford. 1953

_____. 'Stability and Progress: The Poorer Countries' Problem'. In: HAGUE, D. (Ed.) **Stability and Progress in the World Economy**. London, 1958

WERNECK, R. L. F. Finanças públicas na REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA. **Revista Brasileira de Economia**, Vol. 31, n. 4, pp.657-668, 1977.

ANEXO I

Fotografias dos sumários das três primeiras edições dos *Princípios de Economia Monetária*.

ÍNDICE

| | |
|------------------|-----|
| Prefácio | XI |
| Introdução | XXI |

LIVRO I MOEDA E CRÉDITO

CAPÍTULO I

Moeda

| | |
|---|----|
| 1) Origem da Moeda. Moeda como Instrumento de troca | 3 |
| 2) Moeda como Meio de Pagamento | 6 |
| 3) Moeda como Reserva de Valor | 7 |
| 4) Moeda como Denominador Comum de Valores | 9 |
| 5) O Poder de Compra da Moeda | 12 |
| 6) O Conceito de Moeda-Capital | 14 |
| 7) O Conceito Nominalista de Knapp | 15 |
| 8) Síntese da Noção de Moeda | 18 |

CAPÍTULO II

Esbôço Histórico

| | |
|------------------------|----|
| Esbôço Histórico | 25 |
|------------------------|----|

CAPÍTULO III

Moeda Metálica

| | |
|--|----|
| 1) Ouro e Prata | 34 |
| 2) A Produção de Ouro | 35 |
| 3) A Procura do Ouro para Fins não Monetários | 37 |
| 4) O Ouro Monetário | 39 |
| 5) Prata | 43 |
| 6) Prata Monetária | 44 |
| 7) As Vicissitudes da Prata nos Estados Unidos e na China .. | 48 |
| 8) Bi-metalismo | 51 |

CAPÍTULO IV

Moeda Fiduciária
Conversível, Inconversível e Bancária

| | |
|---------------------------------------|----|
| 1) Nota de Banco ou Moeda-Papel | 54 |
| 2) Papel-moeda | 58 |
| 3) Moeda Bancária | 62 |
| 4) Meios de Pagamento | 68 |

CAPÍTULO V

Crédito

| | |
|--|----|
| 1) Noção de Crédito | 70 |
| 2) Crédito e Capital | 72 |
| 3) Risco e Confiança | 73 |
| 4) O Preço do Crédito | 74 |
| 5) O Transporte Financeiro da Produção | 80 |
| 6) Processo Cumulativo das Expansões e Restrições do Crédito | 86 |
| 7) Modalidades de Crédito a Curto Prazo | 89 |
| 8) Modalidades de Crédito a Longo Prazo | 92 |
| 9) Modalidades de Crédito a Prazo Médio | 96 |

LIVRO II

BANCOS

CAPÍTULO VI

Teoria dos Bancos

| | |
|--|-----|
| 1) Origem dos sistemas Bancários | 103 |
| 2) Empréstimos criam Depósitos | 104 |
| 3) Investimentos criam Depósitos | 107 |
| 4) Multiplicação da Moeda Manual em Moeda Bancária | 108 |
| 5) Depósitos e sua Natureza | 112 |
| 6) Bases do Crédito Bancário | 119 |
| 7) Ritmo do Crédito Bancário | 121 |
| 8) Solvabilidade e Liquidez | 122 |
| 9) Reservas | 124 |
| 10) O Capital do Banco | 126 |
| 11) O Banqueiro | 127 |
| 12) Regulamentação | 130 |
| 13) Concentração dos Bancos de Desconto | 135 |
| 14) Distribuição do Crédito Bancário | 138 |

| INDICE | | VII |
|--|--|-----|
| CAPÍTULO VII | | |
| O Mercado Monetário | | |
| 1) Aceites | | 140 |
| 2) O Mercado de Letras e o "Call-Money" | | 146 |
| 3) Empréstimos à Bolsa | | 150 |
| CAPÍTULO VIII | | |
| Bancos de Investimento e de Economias | | |
| Bancos de Investimento e Economias | | 153 |
| LIVRO III | | |
| TEORIA DAS VARIAÇÕES DO VALOR DA MOEDA | | |
| CAPÍTULO IX | | |
| A Teoria Quantitativa | | |
| 1) Noção de Valor da Moeda | | 167 |
| 2) A Noção Quantitativa do Valor da Moeda | | 169 |
| 3) Histórico | | 172 |
| 4) A Equação de Trocas | | 176 |
| 4A) Os Fatores M e M' | | 182 |
| 4B) Os fatores V e V' | | 184 |
| 4C) O Fator P | | 197 |
| 4D) O Fator D | | 204 |
| CAPÍTULO X | | |
| Teoria das Disponibilidades Monetárias | | |
| Teoria das Disponibilidades Monetárias | | 207 |
| CAPÍTULO XI | | |
| Teoria dos Rendimentos | | |
| Teoria dos Rendimentos | | 217 |
| CAPÍTULO XII | | |
| Outras Interpretações da Teoria das Variações do Valor da Moeda — Sua Síntese | | |
| 1) Teoria Psicológica da Moeda | | 233 |
| 2) Os Antiquantitativistas | | 235 |
| 3) Síntese da Teoria | | 237 |

VIII

PRINCÍPIOS DE ECONOMIA MONETÁRIA

CAPÍTULO XIII

Alguns Corolários da Teoria da
Variação do Valor da Moeda

| | | |
|----|---|-----|
| 1) | A Ilusão da Moeda Estável | 239 |
| 2) | A Redistribuição da Propriedade e da Renda | 242 |
| 3) | A "Economia Forçada" | 247 |
| 4) | Auto-Progressão do Processo Inflacionista | 251 |
| 5) | As "Necessidades dos Negócios" | 252 |
| 6) | As Emissões de Papel-Moeda como Instrumento de Pro- gresso Econômico | 256 |
| 7) | A Inflação Afeta as Taxas Cambiais Antes de Afetar os Preços | 262 |
| 8) | A Deflação | 265 |
| 9) | O Caso da Restrição Voluntária do Consumo | 268 |

CAPÍTULO XIV

Fenômenos de Hiper-inflação

| | | |
|----|-----------------------------------|-----|
| 1) | John Law | 271 |
| 2) | Assignats | 275 |
| 3) | Inflação Alemã de 1920-1923 | 279 |

LIVRO IV

TEORIA DOS CÂMBIOS INTERNACIONAIS

CAPÍTULO XV

Balanço de Pagamentos

| | | |
|----|---|-----|
| 1) | A Noção | 299 |
| 2) | Classificação e Terminologia do Balanço | 302 |
| 3) | Procura Forçada e Procura Voluntária | 305 |
| 4) | O Equilíbrio do Balanço de Pagamentos | 307 |
| 5) | A Suposta "Teoria do Balanço de Pagamentos" | 309 |

CAPÍTULO XVI

Teoria da Paridade do Poder de Compra

| | | |
|----|---|-----|
| 1) | A Noção | 314 |
| 2) | Determinação do Grau de Disparidade | 322 |
| 3) | A Conexão com a Teoria Quantitativa | 323 |

| | | |
|--|---|-----|
| ÍNDICE | | IX |
| CAPÍTULO XVII | | |
| A Transferência de Capitais e o Balanço de Comércio | | |
| 1) | Transferência de Capitais e Balanço de Pagamentos | 327 |
| 2) | Transferência de Capitais e Inflação | 333 |
| CAPÍTULO XVIII | | |
| Inflação, Câmbio e Comércio Exterior | | |
| | Inflação, Câmbio e Comércio Exterior | 336 |
| CAPÍTULO XIX | | |
| O Problema Cambial do Brasil | | |
| | O Problema Cambial do Brasil | 345 |
| LIVRO V | | |
| BANCOS CENTRAIS | | |
| CAPÍTULO XX | | |
| Introdução | | |
| | Introdução | 357 |
| CAPÍTULO XXI | | |
| O Banco de Inglaterra | | |
| 1) | Evolução de Estrutura | 374 |
| 2) | Método de Operação | 386 |

Índice da Primeira Edição dos *Princípios de Economia Monetária* de 1943 (Elaboração Própria)

PRINCÍPIOS DE ECONOMIA MONETÁRIA

x

CAPÍTULO XXII

Banco de França

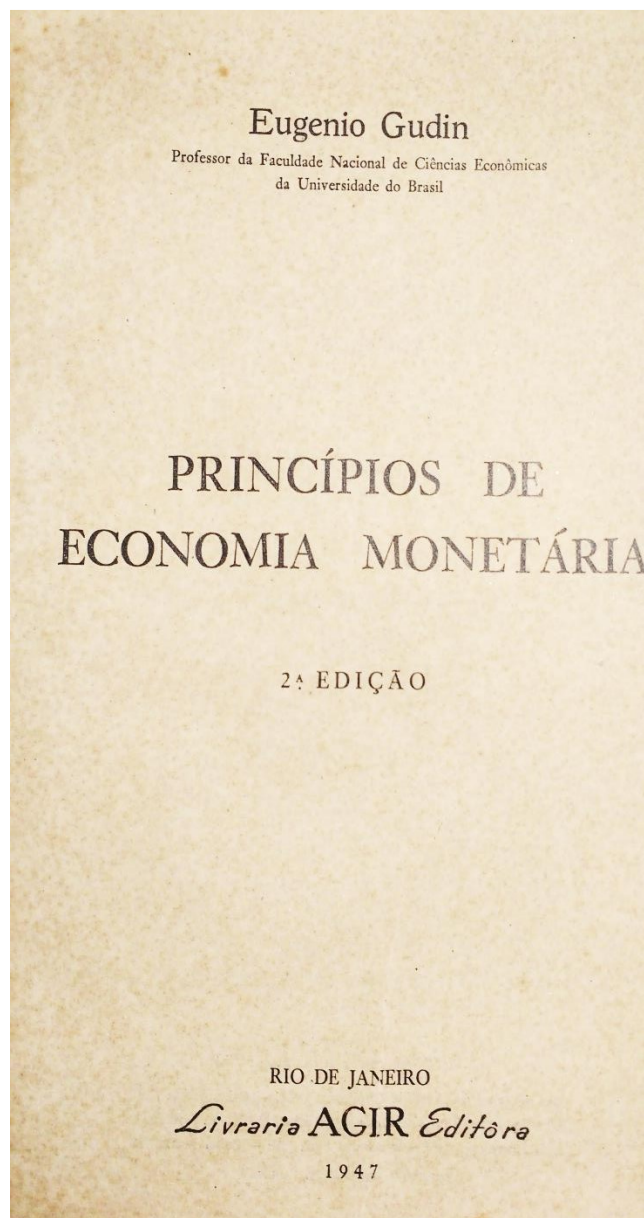
1) Estrutura
2) Métodos de Operação
3) Mercado Monetário — “Open Market”

CAPÍTULO XXIII

O Sistema de Reserva Federal Americano

1) O Sistema Bancário Americano até 1913
2) A Estrutura do Sistema
3) As Bases da Emissão
4) A Concentração das Reservas
5) Relações com o Mercado Monetário
6) Defeitos da Rede Bancária Americana
7) As Reformas de 1932-1935

Índice da Primeira Edição dos *Princípios de Economia Monetária* de 1943 (Elaboração Própria)



Índice da segunda edição dos *Princípios de Economia Monetária* de 1947 (Elaboração Própria)

| | |
|--|----|
| ÍNDICE DAS MATÉRIAS | |
| LIVRO I — MOEDA E CRÉDITO | |
| CAPÍTULO I | |
| MOEDA | |
| 1) — Origem da Moeda. Moeda como instrumento de troca.... | 15 |
| 2) — A Moeda como Meio de Pagamento..... | 18 |
| 3) — Moeda como Reserva de Valor..... | 18 |
| 4) — Moeda como Denominador Comum de Valores..... | 19 |
| 5) — O Poder de Compra da Moeda..... | 20 |
| 6) — O Conceito de Moeda-Capital..... | 22 |
| 7) — A Moeda e o Estado..... | 23 |
| 8) — Vantagens e Peralços da Moeda..... | 26 |
| 9) — A Moeda numa Economia Socialista..... | 30 |
| CAPÍTULO II | |
| ESBOÇO HISTÓRICO..... | 33 |
| CAPÍTULO III | |
| MOEDA METÁLICA | |
| 1) — Ouro e Prata..... | 39 |
| 2) — A Produção de Ouro..... | 40 |
| 3) — A Procura de Ouro para fins não Monetários..... | 41 |
| 4) — Ouro Monetário..... | 43 |
| 5) — Prata..... | 46 |
| 6) — Prata Monetária..... | 47 |
| 7) — Bimetalismo..... | 48 |
| CAPÍTULO IV | |
| MOEDA FIDUCIÁRIA, CONVERSÍVEL, INCONVERSÍVEL E BANCÁRIA | |
| 1) — Nota de Banco ou Moeda-Papel..... | 51 |
| 2) — Papel-Moeda..... | 54 |
| 3) — Moeda Bancária..... | 57 |
| 4) — Meios de Pagamento..... | 60 |

Índice da segunda edição dos *Princípios de Economia Monetária* de 1947 (Elaboração Própria)

| 6 | | PRINCÍPIOS DE ECONOMIA MONETÁRIA | |
|---|---|----------------------------------|-----|
| CAPÍTULO V | | | |
| CRÉDITO | | | |
| 1) — | Noção de Crédito..... | | 63 |
| 2) — | O Juro..... | | 64 |
| 3) — | O Transporte Financeiro da Produção e Outras Modalidades de Crédito a Curto Prazo..... | | 70 |
| 4) — | A Liquidez do Sistema Económico..... | | 74 |
| 5) — | Crédito a Longo Prazo..... | | 77 |
| 6) — | O Crédito ao Consumidor..... | | 80 |
| LIVRO II — BANCOS | | | |
| CAPÍTULO VI | | | |
| TEORIA DOS BANCOS | | | |
| 1) — | Origem dos Sistemas Bancários..... | | 85 |
| 2) — | Empréstimos Criam Depósitos..... | | 86 |
| 3) — | Investimentos Criam Depósitos..... | | 88 |
| 4) — | Multiplicação da Moeda Manual em Moeda Bancária..... | | 88 |
| 5) — | Depósitos e suas Naturezas..... | | 91 |
| 6) — | Bases do Crédito Bancário..... | | 96 |
| 7) — | Ritmo do Crédito Bancário..... | | 98 |
| 8) — | Solvabilidade e Liquidez..... | | 98 |
| 9) — | Reservas..... | | 100 |
| 10) — | O Capital do Banco..... | | 101 |
| 11) — | O Banqueiro..... | | 102 |
| 12) — | Regulamentação..... | | 105 |
| 13) — | Concentração dos Bancos de Desconto..... | | 108 |
| 14) — | Distribuição do Crédito Bancário..... | | 110 |
| CAPÍTULO VII | | | |
| O MERCADO MONETÁRIO | | | |
| 1) — | Aceites..... | | 112 |
| 2) — | O Mercado de Letras e o "Call-Money"..... | | 115 |
| 3) — | A Mobilização dos Investimentos..... | | 117 |
| 4) — | Bancos de Investimento..... | | 120 |
| LIVRO III — TEORIA DAS VARIAÇÕES DO VALOR DA MOEDA | | | |
| CAPÍTULO VIII | | | |
| A TEORIA QUANTITATIVA | | | |
| 1) — | Noções de Valor da Moeda..... | | 129 |
| 2) — | A Noção Quantitativa do Valor da Moeda..... | | 131 |
| 3) — | A Equação de Trocas..... | | 133 |

Índice da segunda edição dos *Princípios de Economia Monetária* de 1947 (Elaboração Própria)

| PRINCÍPIOS DE ECONOMIA MONETÁRIA | |
|--|-----|
| 6 | |
| CAPÍTULO V | |
| CRÉDITO | |
| 1) — Noção de Crédito..... | 63 |
| 2) — O Juro..... | 64 |
| 3) — O Transporte Financeiro da Produção e Outras Modalidades de Crédito a Curto Prazo..... | 70 |
| 4) — A Liquidez do Sistema Económico..... | 74 |
| 5) — Crédito a Longo Prazo..... | 77 |
| 6) — O Crédito ao Consumidor..... | 80 |
| LIVRO II — BANCOS | |
| CAPÍTULO VI | |
| TEORIA DOS BANCOS | |
| 1) — Origem dos Sistemas Bancários..... | 85 |
| 2) — Empréstimos Criam Depósitos..... | 86 |
| 3) — Investimentos Criam Depósitos..... | 88 |
| 4) — Multiplicação da Moeda Manual em Moeda Bancária..... | 88 |
| 5) — Depósitos e suas Naturezas..... | 91 |
| 6) — Bases do Crédito Bancário..... | 96 |
| 7) — Ritmo do Crédito Bancário..... | 98 |
| 8) — Solvabilidade e Liquidez..... | 98 |
| 9) — Reservas..... | 100 |
| 10) — O Capital do Banco..... | 101 |
| 11) — O Banqueiro..... | 102 |
| 12) — Regulamentação..... | 105 |
| 13) — Concentração dos Bancos de Desconto..... | 108 |
| 14) — Distribuição do Crédito Bancário..... | 110 |
| CAPÍTULO VII | |
| O MERCADO MONETÁRIO | |
| 1) — Aceites..... | 112 |
| 2) — O Mercado de Letras e o "Call-Money"..... | 115 |
| 3) — A Mobilização dos Investimentos..... | 117 |
| 4) — Bancos de Investimento..... | 120 |
| LIVRO III — TEORIA DAS VARIAÇÕES DO VALOR DA MOEDA | |
| CAPÍTULO VIII | |
| A TEORIA QUANTITATIVA | |
| 1) — Noções de Valor da Moeda..... | 129 |
| 2) — A Noção Quantitativa do Valor da Moeda..... | 131 |
| 3) — A Equação de Trocas..... | 133 |

Índice da segunda edição dos *Princípios de Economia Monetária* de 1947 (Elaboração Própria)

| ÍNDICE DAS MATÉRIAS | | 7 |
|---|--|-----|
| CAPÍTULO IX | | |
| A VELOCIDADE DE CIRCULAÇÃO DA MOEDA | | |
| 1) — A Determinação da Velocidade..... | | 137 |
| 2) — Correlação entre a Velocidade da Moeda e o Volume dos Negócios..... | | 144 |
| 3) — A Equação de Trocas Aplicada à Renda Nacional e a Velocidade de Renda..... | | 146 |
| CAPÍTULO X | | |
| A QUANTIDADE DE MOEDA | | |
| 1) — Entesouramento..... | | 149 |
| 2) — Preferência pela Liquidez..... | | 150 |
| 3) — Moeda de Ação Direta e Moeda de Ação Indireta..... | | 152 |
| 4) — A Equação de Cambridge..... | | 154 |
| CAPÍTULO XI | | |
| PREÇOS | | |
| 1) — Causas Monetárias e Amonetárias..... | | 157 |
| 2) — Nível Geral de Preços e Preços Relativos..... | | 158 |
| 3) — Índices de Preços..... | | 162 |
| 4) — O Sentido de P da Equação de Trocas..... | | 165 |
| CAPÍTULO XII | | |
| O VOLUME DAS TRANSAÇÕES | | |
| 1) — O Sentido de T na Equação de Trocas..... | | 167 |
| 2) — Pleno Emprego..... | | 168 |
| 3) — Bens de Consumo e Bens de Produção..... | | 172 |
| 4) — A Teoria dos Rendimentos..... | | 170 |
| CAPÍTULO XIII | | |
| OUTRAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A TEORIA QUANTITATIVA | | |
| 1) — Os Antiquantitativistas..... | | 175 |
| 2) — As Antecipações..... | | 176 |
| 3) — O Núcleo de Verdade da Teoria Quantitativa..... | | 179 |
| 4) — O Significado das Equações Quantitativas..... | | 180 |
| CAPÍTULO XIV | | |
| ALGUNS COROLÁRIOS DA TEORIA DA VARIAÇÃO DO VALOR DA MOEDA | | |
| 1) — A Ilusão da Moeda Estável..... | | 181 |
| 2) — A Redistribuição da Propriedade e da Renda..... | | 183 |
| 3) — A “Economia Forçada”..... | | 188 |
| 4) — Auto-progressão do Processo Inflacionista..... | | 191 |
| 5) — As “Necessidades dos Negócios”..... | | 192 |
| 6) — A Mágica dos Emissionistas..... | | 195 |

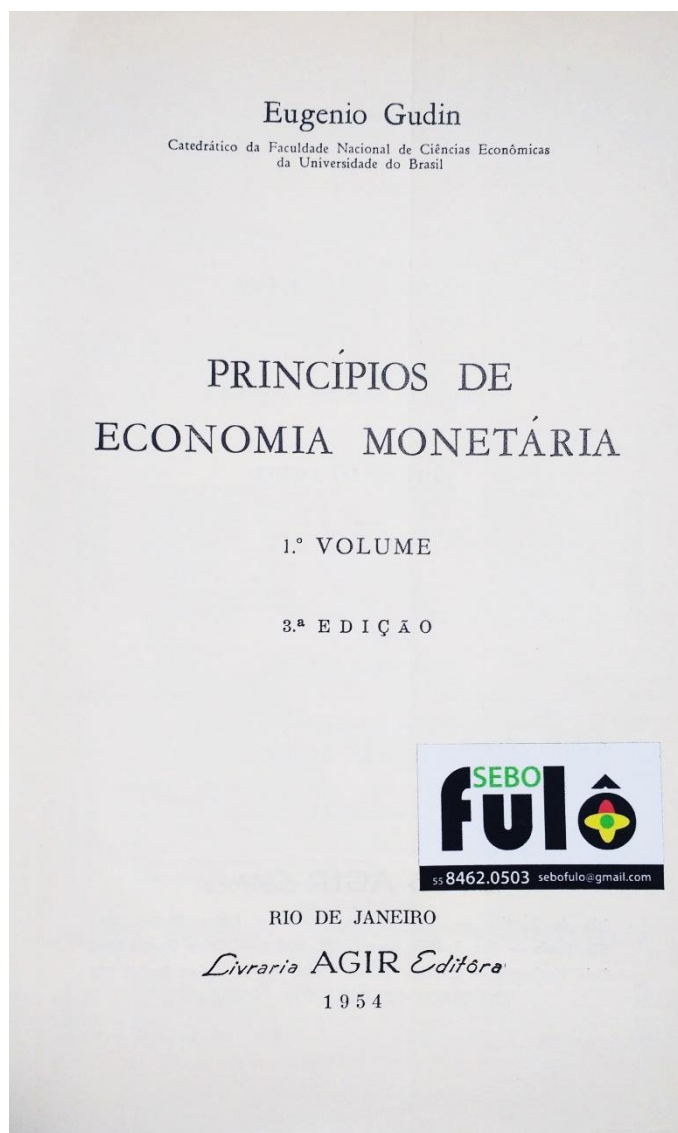
Índice da segunda edição dos *Princípios de Economia Monetária* de 1947 (Elaboração Própria)

| 8 | | PRINCÍPIOS DE ECONOMIA MONETÁRIA | |
|--|---|----------------------------------|--|
| 7) | — A Inflação Afeta as Taxas Cambiais antes de Afetar os Preços..... | 197 | |
| 8) | — A Deflação..... | 200 | |
| 9) | — O Caso da Restrição Voluntária do Consumo..... | 202 | |
| CAPÍTULO XV | | | |
| FENÔMENOS DE HIPERINFLAÇÃO | | | |
| 1) | — John Law..... | 205 | |
| 2) | — Os "Assignats"..... | 208 | |
| 3) | — Inflação Alemã de 1920—1923..... | 211 | |
| LIVRO IV — TEORIA DOS CÂMBIOS INTERNACIONAIS | | | |
| CAPÍTULO XVI | | | |
| BALANÇO DE PAGAMENTOS | | | |
| 1) | — A Noção de Balanço de Pagamentos..... | 229 | |
| 2) | — Classificação e Terminologia do Balanço..... | 232 | |
| 3) | — A Elasticidade da Procura de Moeda Estrangeira..... | 234 | |
| 4) | — O Equilíbrio do Balanço de Pagamentos..... | 235 | |
| 5) | — A Suposta "Teoria do Balanço de Pagamentos"..... | 237 | |
| CAPÍTULO XVII | | | |
| TEORIA DA PARIDADE DO PODER DE COMPRA | | | |
| 1) | — O Princípio e sua Validade..... | 243 | |
| 2) | — A Interpretação do Princípio da Paridade..... | 251 | |
| 3) | — O Princípio da Paridade de Inflação..... | 253 | |
| CAPÍTULO XVIII | | | |
| AS TRANSFERÊNCIAS CAMBIAIS | | | |
| 1) | — As Transferências e a Inflação..... | 257 | |
| 2) | — O Problema das Transferências e o Balanço de Comércio.. | 258 | |
| 3) | — O Controle dos Câmbios..... | 262 | |
| CAPÍTULO XIX | | | |
| | INFLAÇÃO, CÂMBIO E COMÉRCIO EXTERIOR..... | 265 | |
| CAPÍTULO XX | | | |
| | O BALANÇO DE PAGAMENTOS DO BRASIL..... | 273 | |
| LIVRO V — BANCOS CENTRAIS | | | |
| CAPÍTULO XXI | | | |
| FUNÇÕES E ESTRUTURA DO BANCO CENTRAL | | | |
| 1) | — Banco dos Bancos e Banco Emissor..... | 281 | |
| 2) | — Relações com o Estado..... | 282 | |

Índice da segunda edição dos *Princípios de Economia Monetária* de 1947 (Elaboração Própria)

| ÍNDICE DAS MATÉRIAS | | 9 |
|---|--|-----|
| 3) — Sistema de Emissão e Conversibilidade..... | | 285 |
| 4) — Rigidez ou Ampla Elasticidade ?..... | | 288 |
| 5) — Redescontos e Adiantamentos..... | | 290 |
| 6) — Fundo de Compensação do Balanço de Pagamentos..... | | 292 |
| CAPÍTULO XXII | | |
| O BANCO DE INGLATERRA | | |
| 1) — Evolução de Estrutura..... | | 295 |
| 2) — Evolução de Após-Guerra..... | | 299 |
| 3) — Taxa de Desconto..... | | 303 |
| 4) — O “Open-Market”..... | | 308 |
| CAPÍTULO XXIII | | |
| O BANCO DE FRANÇA | | |
| 1) — Regime Monetário..... | | 311 |
| 2) — Estrutura..... | | 312 |
| 3) — Banqueiro do Estado..... | | 314 |
| 4) — Banco dos Bancos e Banco de Desconto..... | | 314 |
| 5) — Mercado Monetário — “Open-Market”..... | | 318 |
| CAPÍTULO XXIV | | |
| O SISTEMA DE RESERVA FEDERAL AMERICANO | | |
| 1) — O Sistema Bancário Americano até 1913..... | | 321 |
| 2) — A Estrutura do Sistema..... | | 322 |
| 3) — Banco dos Bancos..... | | 323 |
| 4) — As Bases da Emissão..... | | 325 |
| 5) — A Concentração das Reservas..... | | 326 |
| 6) — Relações com o Mercado Monetário..... | | 328 |
| 7) — O “Open-Market”..... | | 330 |
| 8) — Defeitos da Rede Bancária Americana..... | | 333 |
| 9) — As Reformas de 1932-35..... | | 335 |
| CAPÍTULO XXV | | |
| BANCOS CENTRAIS LATINO—AMERICANOS | | |
| 1) — Tipos de Economia..... | | 341 |
| 2) — Os Instrumentos da Política Monetária..... | | 343 |
| 3) — O Problema do Balanço de Pagamentos e do Câmbio..... | | 346 |

Índice da segunda edição dos *Princípios de Economia Monetária* de 1947 (Elaboração Própria)



Índice do primeiro volume terceira edição dos *Princípios de Economia Monetária* de 1954 (Elaboração Própria)

| PRINCÍPIOS DE ECONOMIA MONETÁRIA | |
|--|----|
| VOLUME I | |
| CRÉDITO | |
| Prefácio da 3. ^a edição | 11 |
| Prefácio da 2. ^a edição | 13 |
| LIVRO I — MOEDA E CRÉDITO | |
| CAPÍTULO I | |
| MOEDA | |
| § 1. ^o — Origem da Moeda. A Moeda como Instrumento de Troca | 17 |
| § 2. ^o — A Moeda como Meio de Pagamento | 20 |
| § 3. ^o — A Moeda como Reserva de Valor | 20 |
| § 4. ^o — A Moeda como Denominador Comum de Valores | 22 |
| § 5. ^o — O Poder de Compra da Moeda | 22 |
| § 6. ^o — O Conceito de Moeda-Capital | 24 |
| § 7. ^o — A Moeda e o Estado | 25 |
| § 8. ^o — Vantagens e Percalços da Moeda | 28 |
| § 9. ^o — A Moeda numa Economia Socialista | 33 |
| CAPÍTULO II | |
| ESBÔÇO HISTÓRICO | |
| ESBÔÇO HISTÓRICO | 35 |
| CAPÍTULO III | |
| MOEDA METÁLICA | |
| § 1. ^o — Ouro e Prata | 41 |
| § 2. ^o — A Produção de Ouro | 42 |
| § 3. ^o — A Procura de Ouro para Fins Não-Monetários | 44 |
| § 4. ^o — Ouro Monetário | 45 |
| § 5. ^o — Prata | 48 |
| § 6. ^o — Prata Monetária | 49 |
| § 7. ^o — Bimetalismo | 51 |
| CAPÍTULO IV | |
| MOEDA FIDUCIÁRIA, CONVERSÍVEL, INCONVERSÍVEL E BANCÁRIA | |
| § 1. ^o — Nota de Banco ou Moeda-Papel | 55 |
| § 2. ^o — Papel-Moeda | 59 |
| § 3. ^o — Moeda Bancária | 61 |
| § 4. ^o — Meios de Pagamento | 65 |

Índice do primeiro volume da terceira edição dos *Princípios de Economia Monetária* de 1954
(Elaboração Própria)

| 6 | | PRINCÍPIOS DE ECONOMIA MONETÁRIA | |
|--|---|----------------------------------|--|
| CAPÍTULO V | | | |
| CRÉDITO | | | |
| 1.º | — Noção de Crédito | 67 | |
| 2.º | — O Transporte Financeiro da Produção e outras Modalidades de Crédito a Curto Prazo | 68 | |
| 3.º | — A Liquidez do Sistema Econômico | 73 | |
| 4.º | — O Crédito a Longo Prazo | 75 | |
| 5.º | — O Crédito ao Consumidor | 79 | |
| LIVRO II — BANCOS | | | |
| CAPÍTULO VI | | | |
| TEORIA DOS BANCOS | | | |
| 1.º | — Origem dos Sistemas Bancários | 83 | |
| 2.º | — Empréstimos e Depósitos | 84 | |
| 3.º | — Investimentos e Depósitos | 86 | |
| 4.º | — Multiplicação da Moeda Manual em Moeda Bancária | 86 | |
| 5.º | — Depósito e sua Natureza | 99 | |
| 6.º | — Bases do Crédito Bancário | 106 | |
| 7.º | — Ritmo do Crédito Bancário | 109 | |
| 8.º | — Solvabilidade e Liquidez | 110 | |
| 9.º | — O Capital do Banco | 112 | |
| 10.º | — O Banqueiro | 112 | |
| 11.º | — O Destino do Crédito | 115 | |
| 12.º | — As Necessidades dos Negócios | 117 | |
| 13.º | — Regulamentação e Fiscalização | 120 | |
| 14.º | — Concentração dos Bancos de Desconto | 122 | |
| CAPÍTULO VII | | | |
| O MERCADO MONETÁRIO | | | |
| 1.º | — Aceites | 126 | |
| 2.º | — O Mercado de Letras e o "Call Money" | 129 | |
| 3.º | — A Mobilização dos Investimentos | 131 | |
| 4.º | — Bancos de Investimento | 134 | |
| LIVRO III — TEORIA DAS VARIAÇÕES DO VALOR DA MOEDA | | | |
| CAPÍTULO VIII | | | |
| A TEORIA QUANTITATIVA | | | |
| 1.º | — Noção de Valor da Moeda | 143 | |
| 2.º | — A Noção Quantitativa do Valor da Moeda | 144 | |
| 3.º | — A Equação de Trocas | 147 | |
| CAPÍTULO IX | | | |
| A VELOCIDADE DE CIRCULAÇÃO DA MOEDA | | | |
| 1.º | — A Determinação da Velocidade | 151 | |
| 2.º | — Correlação entre a Velocidade da Moeda e o Volume dos Negócios | 158 | |

Índice do primeiro volume da terceira edição dos *Princípios de Economia Monetária* de 1954
(Elaboração Própria)

| ÍNDICE DAS MATÉRIAS | | 7 |
|---|---|-----|
| § 3.º | A Equação de Trocas Aplicada à Renda Nacional e a Velocidade de Renda | 161 |
| CAPÍTULO X | | |
| A QUANTIDADE DE MOEDA | | |
| 1.º | Entesouramento | 165 |
| 2.º | A Noção de Preferência pela Liquidez | 166 |
| 3.º | Moeda de Ação Direta e Moeda de Ação Indireta | 168 |
| CAPÍTULO XI | | |
| PREÇOS | | |
| 1.º | Causas Monetárias e Amonetárias | 171 |
| 2.º | Nível Geral de Preços e Preços Relativos | 172 |
| 3.º | Índices de Preços | 176 |
| 4.º | O Sentido de "P" na Equação de Trocas | 179 |
| CAPÍTULO XII | | |
| O VOLUME DAS TRANSAÇÕES | | |
| 1.º | Os "Serviços" | 181 |
| 2.º | Os Bens de Consumo e de Investimento | 182 |
| 3.º | O Pleno Emprêgo dos Fatores de Produção | 184 |
| 4.º | O Sentido de "T" na Equação de Trocas | 187 |
| CAPÍTULO XIII | | |
| A TEORIA DOS RENDIMENTOS MONETÁRIOS | | |
| 1.º | A Teoria das Disponibilidades Monetárias | 189 |
| 2.º | A Teoria dos Rendimentos | 193 |
| CAPÍTULO XIV | | |
| OUTRAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A TEORIA QUANTITATIVA | | |
| 1.º | Os Antiquantitativistas | 199 |
| 2.º | As Antecipações | 200 |
| 3.º | O Núcleo de Verdade da Teoria Quantitativa | 202 |
| 4.º | O Significado das Equações Quantitativas | 203 |
| CAPÍTULO XV | | |
| ALGUNS COROLÁRIOS DA TEORIA DA VARIAÇÃO DO VALOR DA MOEDA | | |
| 1.º | A Ilusão da Moeda Estável | 205 |
| 2.º | A Redistribuição da Propriedade e da Renda | 207 |
| 3.º | Inflação | 212 |
| 4.º | Inflação e "Economia Forçada" | 213 |
| 5.º | O Perigoso Argumento do Aumento de Produção | 221 |
| 6.º | O Sôpro Inflacionário | 221 |

Índice do primeiro volume da terceira edição dos *Princípios de Economia Monetária* de 1954 (Elaboração Própria)

| ÍNDICE DAS MATÉRIAS | | 7 |
|---|---|-----|
| § 3.º | A Equação de Trocas Aplicada à Renda Nacional e a Velocidade da Renda | 161 |
| CAPÍTULO X | | |
| A QUANTIDADE DE MOEDA | | |
| 1.º | Entesouramento | 165 |
| 2.º | A Noção de Preferência pela Liquidez | 166 |
| 3.º | Moeda de Ação Direta e Moeda de Ação Indireta | 168 |
| CAPÍTULO XI | | |
| PREÇOS | | |
| 1.º | Causas Monetárias e Amonetárias | 171 |
| 2.º | Nível Geral de Preços e Preços Relativos | 172 |
| 3.º | Índices de Preços | 176 |
| 4.º | O Sentido de "P" na Equação de Trocas | 179 |
| CAPÍTULO XII | | |
| O VOLUME DAS TRANSAÇÕES | | |
| 1.º | Os "Serviços" | 181 |
| 2.º | Os Bens de Consumo e de Investimento | 182 |
| 3.º | O Pleno Emprego dos Fatores de Produção | 184 |
| 4.º | O Sentido de "T" na Equação de Trocas | 187 |
| CAPÍTULO XIII | | |
| A TEORIA DOS RENDIMENTOS MONETÁRIOS | | |
| 1.º | A Teoria das Disponibilidades Monetárias | 189 |
| 2.º | A Teoria dos Rendimentos | 193 |
| CAPÍTULO XIV | | |
| OUTRAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A TEORIA QUANTITATIVA | | |
| 1.º | Os Antiquantitativistas | 199 |
| 2.º | As Antecipações | 200 |
| 3.º | O Núcleo de Verdade da Teoria Quantitativa | 202 |
| 4.º | O Significado das Equações Quantitativas | 203 |
| CAPÍTULO XV | | |
| ALGUNS COROLÁRIOS DA TEORIA DA VARIAÇÃO DO VALOR DA MOEDA | | |
| 1.º | A Ilusão da Moeda Estável | 205 |
| 2.º | A Redistribuição da Propriedade e da Renda | 207 |
| 3.º | Inflação | 212 |
| 4.º | Inflação e "Economia Forçada" | 213 |
| 5.º | O Perigoso Argumento do Aumento de Produção | 221 |
| 6.º | O Sôpro Inflacionário | 221 |

Índice do primeiro volume da terceira edição dos *Princípios de Economia Monetária* de 1954
(Elaboração Própria)

| 8 | | PRINCÍPIOS DE ECONOMIA MONETÁRIA | |
|--|---|----------------------------------|-----|
| | 7.º — Auto-Progressão do Processo Inflacionista | | 222 |
| | 8.º — A Inflação Afeta as Taxas Cambiais ants de Afetar os Preços | | 223 |
| | 9.º — A Deflação | | 226 |
| | 10 — O Caso da Restrição Voluntária do Consumo | | 228 |
| CAPÍTULO XVI | | | |
| FENÔMENOS DE HIPERINFLAÇÃO | | | |
| | 1.º — John Law | | 231 |
| | 2.º — Os "Assignats" | | 234 |
| | 3.º — Inflação Alemã de 1920-1923 | | 237 |
| | 4.º — Inflação Reprimida | | 251 |
| LIVRO IV — TEORIA DOS CÂMBIOS INTERNACIONAIS | | | |
| CAPÍTULO XVII | | | |
| BALANÇO DE PAGAMENTOS | | | |
| | 1.º — A Noção de Balanço de Pagamentos | | 257 |
| | 2.º — Classificação e Terminologia do Balanço | | 259 |
| | 3.º — O Equilíbrio do Balanço de Pagamentos | | 261 |
| | 4.º — A Suposta "Teoria" do Balanço de Pagamentos | | 263 |
| CAPÍTULO XVIII | | | |
| TEORIA DA PARIDADE DO PODER DE COMPRA | | | |
| | 1.º — O Princípio | | 267 |
| | 2.º — Objeções | | 268 |
| | 3.º — Paridade dos Salários de Eficiência | | 273 |
| CAPÍTULO XIX | | | |
| OUTROS ASPECTOS DA TEORIA DOS CÂMBIOS | | | |
| | 1.º — A Teoria das Elasticidades | | 275 |
| | 2.º — A Taxa de Equilíbrio | | 279 |
| | 3.º — O Contrôlo dos Câmbios | | 281 |
| CAPÍTULO XX | | | |
| O BALANÇO DE PAGAMENTOS DO BRASIL | | | |
| | O BALANÇO DE PAGAMENTOS DO BRASIL | | 285 |
| LIVRO V — BANCOS CENTRAIS | | | |
| CAPÍTULO XXI | | | |
| FUNÇÕES E ESTRUTURA DO BANCO CENTRAL | | | |
| § | 1.º — Banco dos Bancos e Banco Emissor | | 295 |
| § | 2.º — Relações com o Estado | | 297 |

Índice do primeiro volume terceira da edição dos *Princípios de Economia Monetária* de 1954
(Elaboração Própria)

| ÍNDICE DAS MATÉRIAS | | 9 |
|--|---|-----|
| 3.º | — Sistemas de Emissão e Conversibilidade | 300 |
| 4.º | — Rigidez ou Ampla Elasticidade? | 304 |
| 5.º | — Redescontos e Adiantamentos | 305 |
| 6.º | — Fundo de Compensação do Balanço de Pagamentos | 308 |
| CAPÍTULO XXII | | |
| O BANCO DE INGLATERRA | | |
| 1.º | — Evolução de Estrutura | 311 |
| 2.º | — Evolução de Após-Guerra | 316 |
| 3.º | — Taxa de Desconto | 320 |
| 4.º | — O "Open-Market" | 325 |
| CAPÍTULO XXIII | | |
| O BANCO DE FRANÇA | | |
| 1.º | — Regime Monetário | 329 |
| 2.º | — Estrutura | 330 |
| 3.º | — Banqueiro do Estado | 332 |
| 4.º | — O Banco dos Bancos e Banco de Desconto | 332 |
| 5.º | — Mercado Monetário — "Open-Market" | 336 |
| 6.º | — Após-Guerra | 338 |
| CAPÍTULO XXIV | | |
| O SISTEMA DE RESERVA FEDERAL AMERICANO | | |
| 1.º | — O Sistema Bancário Americano até 1913 | 341 |
| 2.º | — A Estrutura do Sistema de Reserva | 342 |
| 3.º | — Banco dos Bancos | 343 |
| 4.º | — As Bases da Emissão | 345 |
| 5.º | — A Concentração das Reservas | 347 |
| 6.º | — Relações com o Mercado Monetário | 348 |
| 7.º | — O "Open-Market" | 351 |
| 8.º | — Defeitos da Rêde Bancária Americana | 353 |
| 9.º | — As Reformas de 1932-1935 | 356 |
| CAPÍTULO XXV | | |
| BANCOS CENTRAIS LATINO-AMERICANOS | | |
| 1.º | — Tipos de Economia | 363 |
| 2.º | — Os Instrumentos da Política Monetária | 365 |
| CAPÍTULO XXVI | | |
| O SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO | | |
| 1.º | — As Funções do Banco Central | 371 |
| 2.º | — Bancos Comerciais | 374 |
| 3.º | — Reservas Bancárias | 376 |
| 4.º | — Caixas Econômicas | 377 |
| 5.º | — Outras Formas de Crédito | 378 |

Índice do primeiro volume da terceira edição dos *Princípios de Economia Monetária* de 1954
(Elaboração Própria)

Eugenio Gudin

Professor da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas
da Universidade do Brasil

PRINCÍPIOS DE
ECONOMIA MONETÁRIA

2º VOLUME



RIO DE JANEIRO

Livraria AGIR Editôra

1952

Índice do segundo volume da terceira edição dos *Princípios de Economia Monetária* de 1952
(Elaboração Própria)

ÍNDICE DAS MATÉRIAS

LIVRO I — ELEMENTOS BÁSICOS DA POLÍTICA MONETÁRIA

CAPÍTULO I

TAXA DE JUROS

| | |
|---|----|
| 1) — A Integração da Teoria Monetária na Teoria dos Preços e dos Ciclos | 13 |
| 2) — O Processo Cumulativo de Wicksell | 17 |
| 3) — A Importância Relativa da Taxa de Juros | 24 |
| 4) — A Taxa de Juros e o Valor do Capital | 35 |
| 5) — Movimentos dos Preços e das Taxas de Juros | 40 |
| 6) — Moeda de Ação Direta e de Ação Indireta | 42 |
| 7) — O Problema do Dinheiro Barato | 47 |

CAPÍTULO II

A TEORIA DO JURO

| | |
|--|----|
| 1) — A Teoria Subjetiva, Amonetária — Böhm-Bawerk | 57 |
| 2) — O Período de Produção | 58 |
| 3) — A Teoria Monetária Objetiva — Fundos Disponíveis | 64 |
| 4) — A Teoria Monetária Subjetiva da Preferência pela Liquidez | 67 |
| 5) — Teorias Ecléticas | 72 |

CAPÍTULO III

ECONOMIAS E INVESTIMENTOS

| | |
|---|----|
| 1) — As Economias Individuais e sua Aplicação | 75 |
| 2) — Economias Reais e Economias Monetárias | 76 |
| 3) — O Conceito de Igualdade entre Economia e Investimentos | 80 |
| 4) — Três Espécies de Economias | 92 |

CAPÍTULO IV

O PADRÃO-OURO

| | |
|---|-----|
| 1) — Em que Consiste | 97 |
| 2) — O Padrão-Ouro Puro | 98 |
| 3) — A Evolução | 100 |
| 4) — Fundos de Compensação do Balanço de Pagamentos | 106 |
| 5) — O Padrão-Ouro nas Economias Líderes e nas Reflexas | 108 |
| 6) — A Incongruência do Lastro-Ouro | 110 |
| 7) — O Valor do Ouro | 112 |
| 8) — Por que se Recomenda o Padrão-Ouro | 115 |
| 9) — Os Graves Percalços do Padrão-Ouro | 116 |
| 10) — O Padrão Esterlino | 118 |
| 11) — Meios de Pagamento Internacionais | 120 |

LIVRO II — INTRODUÇÃO À POLÍTICA ECONÔMICA

CAPÍTULO V

ESTABILIZAÇÃO DO NÍVEL DE PREÇOS E MOEDA NEUTRA

| | |
|--|-----|
| 1) — É Possível e Conveniente Estabilizar o Nível Geral de Preços? | 126 |
| 2) — Conclusões do Conselho de Reserva Federal | 130 |
| 3) — O Princípio da Moeda Neutra | 133 |
| 4) — Percalços da Política de Moeda Neutra | 136 |
| 5) — Conclusão | 137 |

CAPÍTULO VI

NOÇÕES DE CICLOS ECONÔMICOS

| | |
|--|-----|
| 1) — A Hipótese do Subconsumo | 141 |
| 2) — Teorias Puramente Monetárias | 145 |
| 3) — Teorias do Superinvestimento | 148 |
| 4) — Teoria da Inovação | 157 |
| 5) — Teoria do Subinvestimento | 159 |
| 6) — O Comportamento Cíclico do Brasil | 164 |

CAPÍTULO VII

O MULTIPLICADOR E O PRINCÍPIO DA ACELERAÇÃO

| | |
|---|-----|
| 1) — Propensão a Consumir ou Função Consumo | 167 |
| 2) — O Conceito do Multiplicador | 174 |

ÍNDICE DAS MATÉRIAS

7

| | |
|--|-----|
| 3) — Os Desvios | 181 |
| 4) — O Multiplicando e as Variações do Multiplicador .. | 182 |
| 5) — O Período do Multiplicador | 186 |
| 6) — Os Investimentos Derivados | 189 |
| 7) — A Inclusão das Transações Internacionais | 191 |
| 8) — O Princípio da Aceleração | 193 |
| 9) — Ação Conjugada do Multiplicador e do Princípio da Aceleração | 202 |

CAPÍTULO VIII

A TEORIA DO EMPRÊGO

| | |
|---|-----|
| 1) — Várias Espécies de Desemprego | 205 |
| 2) — As Causas do Desemprego Involuntário | 207 |
| 3) — O Pleno Emprego | 211 |
| 4) — A Instabilidade do Pleno Emprego | 215 |
| 5) — Equilíbrio em Situação de Subemprego | 216 |
| 6) — O Desemprego como Ponto de Partida | 218 |
| 7) — O Sistema Keynes | 219 |
| 8) — O Desemprego Disfarçado | 227 |
| 9) — O Problema do Emprego no Brasil | 230 |

LIVRO III — POLÍTICA ECONÔMICA

CAPÍTULO IX

ESTABILIDADE ECONÔMICA E POLÍTICA MONETÁRIA
E FISCAL NOS PAÍSES INDUSTRIALIZADOS

| | |
|---|-----|
| 1) — Introdução | 237 |
| 2) — A Política Monetária e suas Limitações | 238 |
| 3) — Política Fiscal | 241 |
| 4) — A Política de Investimentos | 247 |
| 5) — O Crédito Seletivo | 249 |

CAPÍTULO X

ESTABILIDADE ECONÔMICA NOS PAÍSES DE
PRODUÇÃO PRIMÁRIA

| | |
|--|-----|
| 1) — Características | 257 |
| 2) — Medidas de Caráter Estrutural | 260 |
| 3) — Medidas de Caráter Preventivo | 261 |

| 8 | |
|---|-----|
| PRINCÍPIOS DE ECONOMIA MONETÁRIA | |
| 4) — As Medidas Compensatórias e o Balanço de Pagamentos | 265 |
| 5) — A Natureza do Desequilíbrio do Balanço de Pagamentos | 267 |
| 6) — Câmbios Flutuantes | 270 |
| 7) — Desvalorização | 272 |
| 8) — Quotas e Licença Prévia | 279 |
| 9) — O Sistema de Taxas Múltiplas | 281 |
| 10) — Medidas de Cooperação Internacional | 285 |